

Um Manual
**PARA OS DEMOCRATAS
AFRICANOS**

por A FUNDAÇÃO BRENTHURST · SOBRE OS
AUTORES

Um Manual para os Democratas

substantivo

um livro que contém os planos de uma equipa para um jogo;
um conjunto de regras, sugestões ou métodos que são considerados adequados para uma determinada actividade, indústria, emprego, etc.

— Dicionário de Cambridge

INTRODUÇÃO *por Greg Mills*

COMBATER A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO

PARTE 1 *por Níc Cheeseman*

COMO MANIPULAR UMA ELEIÇÃO

PARTE 2 *por Ray Hartley e Paula Roque*

COMO GANHAR UMA ELEIÇÃO

PARTE 3 *por Adalberto Costa, Leopoldo López, Paula Roque e Tendai Biti*

O QUE FAZER NO PODER

PREFÁCIO *por Bobi Wine* · APÓS A PALAVRA *por Adalberto Costa* ·
CONCLUINDO *por Peter Obi*

PREFÁCIO



by **BOBI WINE**
Ex-Membro do Parlamento de Uganda



Robert Kyagulanyi (Bobi Wine)

A MANIPULAÇÃO DO VOTO E O KIT DE FERRAMENTAS DO AUTORITARISMO

As eleições gerais de 2021 no Uganda mostram até que ponto os líderes autoritários esforçar-se-ão para manter o poder. Para o General Yoweri Museveni, o líder de 79 anos que assumiu o poder no Uganda derrubando Idi Amin, o desejo de se agarrar ao poder é tão grande - se não maior - do que a sua ambição de o exercer pela primeira vez há muitas décadas. Tem à sua disposição um conjunto de táticas rudes, mas eficazes para garantir que continua a ser o comandante supremo do país. Uma das principais táticas é a fraude eleitoral.

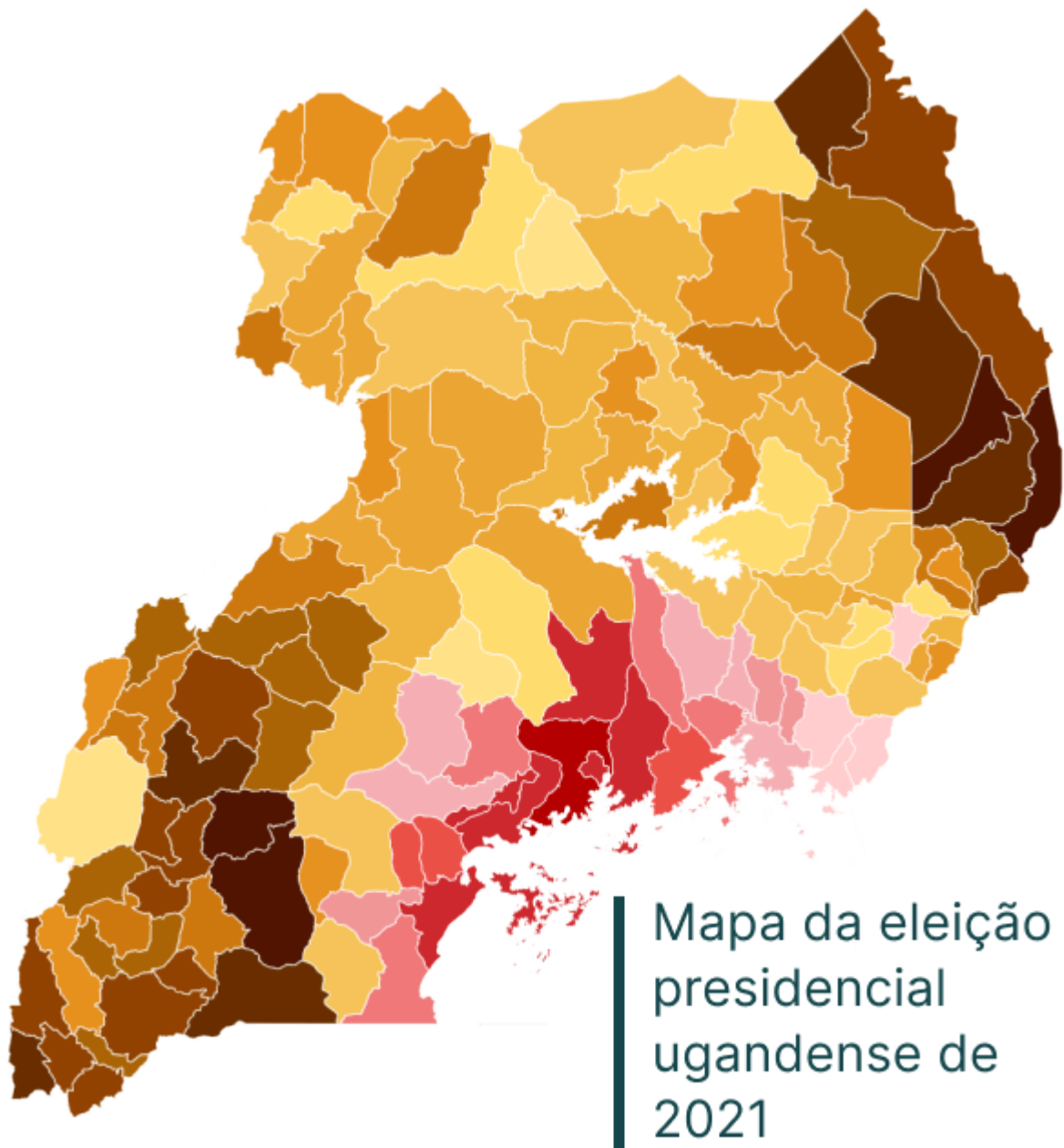


Gráfico original: Kingofthedeath, Wikimedia Commons (CC BY-SA 4.0)

O exemplo mais recente desta tática pode ser constatado nas eleições gerais de 2021 no Uganda, que foi disputada por mim e por dez outros candidatos, e que envolveu uma série de medidas abertas e encobertas utilizadas para manipular o voto a favor do Presidente Museveni.

As imagens de vídeo partilhadas com ONG, jornalistas e nas plataformas de redes sociais detalham estes incidentes. Em Kisoro, na região ocidental do Uganda, um agente da polícia pode ser visto

numa assembleia de voto a colocar boletins de voto numa urna, enquanto um funcionário eleitoral observa. Num outro vídeo, podem ver-se boletins de voto com uma marca contra o meu nome abandonados numa assembleia de voto e não nas urnas. Entretanto, em Bulambuli, um homem com uma camisa amarela brilhante (as cores da campanha de Museveni) é visto a marcar repetidamente boletins de voto a favor do Presidente Museveni. Actos hediondos como estes ocorreram em todo o Uganda, muitos dos quais foram facilitados por agentes de segurança e funcionários eleitorais.



Um apoiante do músico ugandês que virou político Robert Kyagulanyi, também conhecido como Bobi Wine, carrega seu cartaz enquanto protesta em uma rua contra a prisão de Kyagulanyi durante seu comício presidencial em Kampala, Uganda, em 18 de novembro de 2020. Foto: BADRU KATUMBA/AFP via Getty Images

A fase de contagem dos votos constituiu também uma oportunidade para a prática de actos ilícitos. Na sequência de um confronto com o *Daily Monitor*, um jornal ugandês, a Comissão Eleitoral reconheceu que os votos de mais de 1.200 mesas de voto não foram contados. Estas

eram de zonas urbanas, como Kampala, onde eu tinha obtido resultados favoráveis, acumulando mais de 75% dos votos. As irregularidades na contagem também incluíram casos de pessoas falecidas que votaram.



Bobi Wine cumprimenta apoiadores enquanto inicia sua campanha rumo ao leste de Uganda em 1 de dezembro de 2020. Foto: SUMY SADURNI/AFP via Getty Images

A infeliz realidade é que a fraude eleitoral é apenas uma peça de um conjunto de ferramentas autoritárias mais vasto, como vim a descobrir, juntamente com os meus apoiantes e a minha família.

Nos dias que antecederam as eleições, os meus apoiantes foram regularmente espancados pelo pessoal de segurança. O seu crime: manifestar o seu apoio a mim e transportar cartazes da oposição. No dia seguinte às eleições de 2021, eu e a minha mulher fomos colocados em prisão domiciliária durante onze dias, período durante o qual a nossa propriedade foi cercada pela polícia e pelos militares. A família, os amigos e até o Embaixador dos EUA foram impedidos de entrar em minha casa. Só me foi permitido consultar o meu advogado uma vez

durante esta provação. É este o conjunto de ferramentas autoritárias que está a ser utilizado.



Bobi Wine sob prisão domiciliária, fotografado com a sua família. Fonte: X/@HEBobiWine

Para líderes como Museveni, o desejo de se manter no poder dita todas as suas ações. O conjunto de ferramentas à sua disposição, que inclui a manipulação de votos, não só é eficaz, como também é transferível; continuará a mudar de mãos de um autoritário para outro. Esta tem sido a nossa luta no Uganda, mas não nos daremos por vencidos.

INTRODUÇÃO



by **GREG MILLS**
Diretor da Fundação Brenthurst

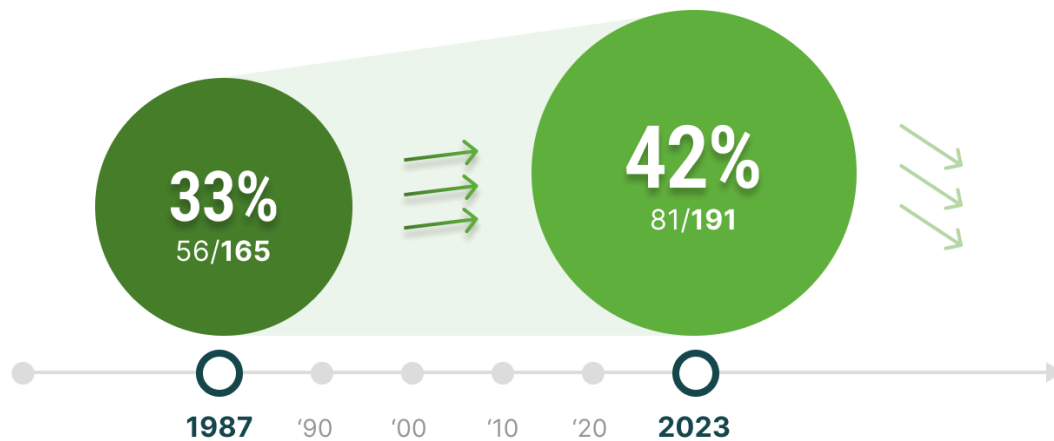
COMBATER A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO

A política contemporânea caracteriza-se globalmente por uma luta permanente entre autocracia e democracia. Num canto estão as campanhas democráticas heróicas exemplificadas pelas “revoluções coloridas”, que hoje representam apenas 20% dos oito bilhões de cidadãos do mundo; no outro, os autoritários liderados pela Rússia, Irão e China. Não se trata apenas de uma luta em torno das liberdades e do tipo de sociedade em que as pessoas preferem viver, mas de outros resultados práticos. A democracia livre, aberta e responsável é uma condição prévia necessária para a melhoria da vida das pessoas, permitindo um crescimento económico inclusivo, emprego, saúde, educação e segurança.

No entanto, há apenas 20 anos, a autocracia parecia estar a entrar em declínio. Os autocratas já não podiam recorrer facilmente a métodos violentos e a armas sem corte para manter as pessoas sob o seu controlo, como Estaline tinha feito ao enviar talvez dez milhões de compatriotas para a morte nos gulags, através de execuções e de fomes artificiais, ou como Mao tinha feito com o seu Grande Salto em Frente e a Revolução Cultural, que, em conjunto, custaram 35 milhões de vidas. A grande viragem para a democracia começou com o golpe de Estado português de 25 de Abril de 1974, que, nas palavras de Samuel Huntington, libertou forças políticas que marcaram o início de uma vaga democrática global, a que chamou a "terceira vaga". As ditaduras de direita terminaram na Europa na sequência dos acontecimentos de Lisboa, com o colapso do Metapolitefsi na Grécia e a morte de Francisco Franco em Espanha, seguindo-se junta após junta na América Latina. Seguiu-se o colapso dos governos do bloco de Leste na Europa Oriental após 1989.

O mundo parecia estar a enveredar por um caminho democrático. O fim da Guerra Fria levou a um aumento do número de democracias e da indústria caseira que lhe estava associada. O número de países classificados pela Freedom House como livres aumentou de 56 em 1965 para um recorde de 81 em 1991 nações, o número mais elevado registado nos 25 anos de história do inquérito democrático anual.

NÚMERO DE PAÍSES CLASSIFICADOS LIVRES



Muitos dos regimes repressivos perderam o seu principal patrocinador

NÃO LIVRE · PARCIALMENTE LIVRE · LIVRE

Mapa mostrando o Status de Liberdade Global. A Freedom House atribui uma pontuação e status de liberdade a 210 países e territórios. Fonte: freedomhouse.org

Segundo o relatório da Freedom House de 2021, o ano 'marcou o 15º ano consecutivo de declínio da liberdade mundial. Os países que registaram uma deterioração superaram os que registaram melhorias pela maior margem registada desde que a tendência negativa começou em 2006. A longa recessão democrática está a aprofundar-se.⁴

O RELATÓRIO PROSSEGUE:

QUASE **75%** DA POPULAÇÃO MUNDIAL



viveu em país

EM DETERIORAÇÃO NO ANO PASSADO.

O declínio atual deu origem a alegações de inferioridade inerente da democracia. Os defensores desta ideia incluem comentaristas oficiais chineses e russos que buscam reforçar sua influência internacional enquanto escapam à prestação de contas por abusos, bem como atores antidemocráticos dentro de Estados democráticos que veem uma oportunidade para consolidar o poder. Eles estão aplaudindo o colapso da democracia e exacerbando-o, posicionando-se contra os grupos e indivíduos corajosos que se propuseram inverter os danos.

Desde então, a democracia tem continuado a sua trajetória descendente. No limiar de 2024, a Freedom House resumiu a situação na sua análise anual: 'A liberdade global diminuiu pelo 18º ano consecutivo em 2023. A amplitude e a profundidade da deterioração foram extensas. Os direitos políticos e as liberdades civis foram reduzidos em 52 países, enquanto apenas 21 países registaram melhorias. As eleições irregulares e os conflitos armados contribuíram para o declínio, pondo em perigo a liberdade e causando grande sofrimento humano.⁵ Embora haja mais eleições do que nunca, muitas delas não são disputadas de forma aberta e livre e não são objecto de

uma contagem transparente. Os antigos movimentos de libertação não estão, em muitos casos, a cumprir a promessa de substituir sistemas opressivos por democracias prósperas e estão, em vez disso, a colaborar activamente para esvaziar a democracia, manipulando o resultado das eleições para se manterem no poder e capturarem o Estado através da utilização dos meios de comunicação social como armas, notícias falsas, propaganda assistida por IA e outras intervenções tecnológicas na votação e na contagem. O conceito de 'Sul Global' está a ser utilizado de forma abusiva pelos autocratas para sugerir que os africanos e outros países do mundo menos desenvolvido não apoiam a democracia, quando a investigação credível mostra claramente que a maioria está a favor de eleições livres e da democracia e que existem correlações claras entre o desempenho do desenvolvimento e a qualidade da democracia.

Embora os autocratas desempenhem um papel maligno de apoio uns aos outros, os democratas não podem esperar grande ajuda do exterior.

Embora os autocratas desempenhem um papel maligno de apoio uns aos outros, os democratas não podem esperar grande ajuda do exterior. No entanto, os ataques à democracia, da Ucrânia à Venezuela, no Sudão e em Myanmar, têm custos para os democratas em todo o lado. Lembrando a sabedoria do juiz Johann Kriegler de que 'só um tolo manipula uma eleição no dia da eleição', manter a vigilância e criar métodos de colaboração entre democratas durante e entre as eleições é agora mais crítico do que em qualquer outro momento desde o fim da Guerra Fria.

O ANO DAS ELEIÇÕES

O ano de 2024 foi descrito como “o ano das eleições” e como “o ano eleitoral definitivo”. Mas isso não significava que seria o ano da democracia. Pelo contrário, pode muito bem acabar sendo o ano do autoritário.

Em 2024, metade da população mundial elegível para votar foi às urnas em 64 países (e em toda a União Europeia), mais do que nunca na história. Os resultados de muitas dessas eleições poderiam ser significativos por muitos anos.

Em 2024, oito das dez nações mais populosas do mundo - Bangladesh, Brasil, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Paquistão, Rússia, México - votaram. A eleição de Taiwan em janeiro de 2024, por exemplo, que resultou em mais uma vitória do Partido Democrático Progressista, provavelmente influenciará a abordagem da China em relação à ilha, possivelmente aumentando o nível de ameaça militar, dada a linha mais autônoma do PDP em relação a Pequim. O Paquistão e a Indonésia, as

duas nações muçulmanas mais populosas do mundo, já realizaram suas eleições, com ambos os processos moldando suas políticas em direção à inclusão ou à extração. O Irã seguirá mais tarde em 2024.



Primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, durante um encontro informal de chefes de Estado e de governo dos países BRICS. Fonte: Wikimedia/The Kremlin (CC BY 4.0)

As eleições na Índia, entre abril e maio de 2024, serão as maiores do mundo. Mais de 900 milhões de pessoas da população indiana de 1,4 bilhões de habitantes registraram-se para votar, em uma eleição em que o atual Primeiro-Ministro Narendra Modi espera ser reeleito para um terceiro mandato de cinco anos.



900 MILHÕES DE ELEITORES REGISTRADOS

de uma população indiana de 1,4 bilhão

A Venezuela é outro país que realiza eleições, previstas como controversas e que irão cimentar o regime autoritário. Em janeiro, o Tribunal Supremo da Venezuela ratificou a proibição de 15 anos imposta

à líder da oposição, María Machado, de ocupar cargos públicos. Isso foi posteriormente confirmado pela autoridade eleitoral do país, significando que seu nome não aparecerá na cédula. Com sua retórica revolucionária e boinas vermelhas, a Venezuela é um país admirado por muitos populistas na África do Sul, incluindo no Congresso Nacional Africano (ANC) e nos Combatentes da Liberdade Econômica (EFF).

Quando Hugo Chávez faleceu em 2013, Julius Malema afirmou:

“Junto-me a milhões de indivíduos progressistas (...) para enviar as minhas sinceras condolências ao povo da Venezuela por ter perdido um líder destemido, politicamente determinado e ideologicamente firme, o Presidente Hugo Chávez.” A morte do homem forte venezuelano, vítima de câncer, pôs fim aos seus catorze anos de governo, mas não ao seu movimento bolivariano, que continua no poder dez anos depois. ‘Apesar da resistência massiva de fantoches imperialistas alugados, [Chávez] foi capaz de levar a Venezuela a uma era onde a riqueza da Venezuela, particularmente o petróleo, foi devolvida à propriedade do povo como um todo’ — Julius Malema

A Liga dos Jovens Comunistas da África do Sul, parte da aliança liderada pelo ANC, afirmou, ‘O camarada Chávez foi uma inspiração para todas as forças progressistas do mundo O seu desafio ao imperialismo e a insistência em que as vastas reservas petrolíferas da Venezuela fossem usadas para elevar as massas populares mudaram a vida de milhões de pessoas’. Em 2024, mais de um quarto da população venezuelana já havia fugido do país, tornando-o simultaneamente o maior depósito de reservas de petróleo e a maior fonte de refugiados a nível mundial.

Algumas eleições terão mais consequências do que outras,

especialmente o elefante na sala, o concurso presidencial dos EUA. Apesar de todas as previsões de que o ex-presidente Donald Trump não poderia concorrer, ou concorreria da prisão, ele está atualmente bem posicionado, ao que parece, para garantir um segundo mandato, refletindo, no mínimo, a extensão das divisões sociais nos EUA e as visões arraigadas de dentro e de fora sobre o 'sistema'.



Donald Trump falando na Conferência de Ação do Turning Point de 2023 na Flórida. Foto: Flickr/Gage Skidmore (CC BY-SA 2.0)

Muitas destas eleições não serão livres, mas antes um meio de legitimar o partido no poder e/ou de satisfazer os doadores e outros parceiros.

Em África, são esperadas - ou estavam previstas - eleições na Mauritânia, Mali, Maurícias, Botswana, Chade, Sudão do Sul, Ruanda, Moçambique, Gana, Argélia, Togo, Namíbia, Guiné-Bissau, Comores, Tunísia, Senegal, Somalilândia, Madagáscar e, claro, aos 29 de Maio na África do Sul. Deste número, cinco estão na categoria Não Livre, conforme definida pela Freedom House, nove Parcialmente Livres e outros cinco na categoria Livre - Gana, Botswana, Maurícias, Namíbia e África do Sul.



das eleições de 2024 na África seriam realizadas em países considerados
PARCIALMENTE LIVRES
OU NÃO LIVRES



As eleições no Mali já tinham sido adiadas indefinidamente, enquanto as do Senegal foram adiadas devido à interferência política do presidente, que prevaricou perante uma provável vitória da oposição.

A África não é o único continente afetado pela gestão da ascensão do autoritarismo. A primeira-ministra do Bangladesh, Sheikh Hasina, ganhou um quarto mandato consecutivo em janeiro de 2024, embora as eleições tenham sido boicotadas pelo principal partido da oposição do país em protesto contra a repressão da dissidência política.



Sheikh Hasina, Primeira-Ministra de Bangladesh. Fonte: Flickr/Russel Watkins, DFID (CC BY 2.0)

De igual modo, no Paquistão, apesar de o seu partido ter sido reprimido e de ter sido preso com base no que os seus apoiantes afirmam serem

acusações forjadas, o ex-primeiro-ministro Imran Khan obteve o maior número de votos nas eleições de fevereiro de 2024, mas não o suficiente para obter uma maioria absoluta. A "reeleição" de Vladimir Putin em março também se enquadra nesta categoria, especialmente após o assassinato na prisão, no mês anterior, de Alexei Navalny, seu mais proeminente crítico doméstico.



Das 64 eleições a nível mundial em 2024, 38 (59%) seriam realizadas em países considerados não livres ou parcialmente livres pela Freedom House. É claro que estas eleições têm nuances, nomeadamente no que se refere à verdadeira participação eleitoral, um indicador do apoio de um homem (ou mulher) forte, e ao carácter do regime no poder. Uma coisa é, por exemplo, tentar catalisar um processo democrático e garantir um resultado justo num país sob regime militar, outra é num regime com tendências autoritárias.

DEMOCRACIAS AUTORITÁRIAS

‘Para os meus amigos, tudo, para os meus inimigos, a lei,’ disse o general peruano Óscar Benavides. O general foi presidente do Peru por duas vezes, a segunda das quais (1933-1939) durante um período denominado de ‘fascismo autoritário’.

Os métodos pelos quais os regimes autocráticos se mantêm no poder recordam-nos a afirmação de Benavides. Podem, de facto, ser

caracterizados como 'democratas autoritários' oximorónicos, pela forma como utilizam as instituições públicas de forma antidemocrática para transformar os assuntos em seu proveito, desde a eliminação de rivais que se candidatam a eleições até à anulação de práticas aceitáveis. São utilizadas várias táticas para manter o poder e a ilusão de democracia: as ONG locais podem ser pressionadas através de inspecções e auditorias fiscais e outras, com procedimentos de registo rigorosos, e através de restrições aos fluxos de doadores estrangeiros, enquanto proliferam as ONG patrocinadas pelo governo (designadas talvez apropriadamente como GONGO na Rússia). Estes são países onde a crítica é vista como traição, onde a diversidade de pontos de vista é vista sobretudo como uma fraqueza e raramente como uma força. Os líderes que desencorajam o estudo e o escrutínio crítico das suas próprias situações carecem obviamente de um sentido de ironia, dado que esse questionamento ajudou não só a conseguir a libertação das autoridades coloniais, mas também esteve na origem da inovação nas economias desenvolvidas.

Os líderes que desencorajam o estudo e o escrutínio crítico das suas próprias situações carecem obviamente de um sentido de ironia.

Estes regimes gostam de listas e nomeações partidárias e não de eleições directas. Visam os meios de comunicação social e os jornalistas independentes (por vezes de forma fatal, como foi o caso na Rússia), assegurando simultaneamente que estejam na primeira linha dos noticiários locais. Jogam com a necessidade de estabilidade, ao mesmo tempo que agradam aos apoiantes com contratos, subsídios sociais e pensões, e empregos - uma receita para a corrupção generalizada e a estagnação. O conceito de 'Estado de desenvolvimento' ou 'Estado como agência de desenvolvimento' é a linguagem preferida. O emprego estatal é mantido a um nível elevado,

juntamente com as lealdades. Na África do Sul, onde a taxa de desemprego se situa acima dos 40%, o Estado é actualmente o maior empregador, com cerca de um quarto da força de trabalho.

ÁFRICA DO SUL



E quando se trata de eleições, isto é mais sofisticado do que simplesmente espancar ou prender oponentes, ou mesmo manipular os resultados eleitorais. As técnicas incluem a manipulação de distritos, a adulteração dos cadernos eleitorais, a invenção de eleitores-fantasmas, a investigação dos registos de votação (a mais infame através da base de dados digital Maisanta, na Venezuela), a redistribuição dos recursos sob a forma de contratos e bens aos apoiantes, o estrangulamento dos recursos dos opositores, incluindo através da intimidação dos financiadores, a restrição do financiamento estrangeiro às ONG e o controlo dos meios de comunicação social. As eleições são uma necessidade para manter a legitimidade, pelo que se tornam um alvo do aparelho de Estado. Como observou Dobson sobre a Venezuela de Chávez:

... um "paradoxo único: a cada eleição, o país perde mais da sua democracia".

A economia política é moldada pelas necessidades do poder e do clientelismo. Como Tendai Biti nos recorda, "a retenção do poder alimenta a utilização do Estado como uma arena para a redistribuição". A identidade é igualmente transformada em arma como instrumento de lealdade e de privilégio. Do mesmo modo, "a pobreza e a ignorância são

transformadas em armas através do recurso a esmolas, através de subsídios alimentares e sociais, em que a dependência é utilizada como uma força maligna pelos governantes”, segundo Biti, um veterano opositor ao regime de Robert Mugabe, que foi Ministro das Finanças no governo de unidade do Zimbabwe.

A tentação de os líderes se afastarem dos ideais liberais é óbvia, até porque elimina os constrangimentos à manobrabilidade e impõe níveis de transparência e responsabilidade. Assim, o autoritarismo não tem apenas a ver com a violência em si, ou mesmo com o facto de os votos contarem - e serem contados - nas eleições nacionais. Tem a ver com um sistema e com o objectivo do governo, em que as elites lucram desproporcionadamente e têm pouca (ou nenhuma) responsabilidade ou possibilidade de serem desalojadas através das urnas. Este modelo é atractivo para estas elites. Oferece a perspectiva de uma rápida acumulação de riqueza para uns poucos seleccionados (com o “grande homem” no topo da pilha dos bilionários, como acontece com Vladimir Putin, por exemplo) e de nunca perder o poder sem limites legais à autoridade pessoal e ao controlo estatal de todos os controlos e equilíbrios, incluindo os meios de comunicação social.

Isso não é comum nos países ocidentais, independentemente do apelo pessoal de alguns dirigentes. Imagine-se, como escreve Anne Applebaum, “um presidente americano que controlasse não só o poder executivo - incluindo o FBI, a CIA e a NSA - mas também o Congresso e o poder judicial; o *New York Times*, o *Wall Street Journal*, o *Dallas Morning News* e todos os outros jornais; e todas as grandes empresas, incluindo a Exxon, a Apple, a Google e a General Motors”.

Em resposta à sua insegurança, “em vez de democracia”, continua Applebaum, Putin e a sua laia “promovem a autocracia; em vez de unidade, tentam constantemente criar divisão; em vez de sociedades abertas, promovem a xenofobia. Em vez de deixarem as

■ pessoas ter esperança em algo melhor, promovem o niilismo e o cinismo”.

Esta intriga quer que a democracia falhe, e não apenas na Ucrânia.

Daí a decisão de invadir de novo a Ucrânia, colapsar a sua democracia e a sua economia, pressionar as instituições ocidentais até ao ponto de ruptura e apoiar os autoritários noutros locais, da Síria ao Sudão, ao mesmo tempo que diminui a influência americana. Para parodiar a frase de Francis Fukuyama sobre o fim da Guerra Fria, é o regresso da história. Mas é uma história que está a ser reescrita com grande risco e enormes custos.

Há cada vez mais perigos na tentação do autoritarismo, sobretudo no que diz respeito à governação, à responsabilidade, à transparência e aos direitos humanos. Mas não se trata de um grande salto de atitude para um movimento de libertação mergulhado numa falsa ideologia comunista (os líderes têm todos grandes interesses empresariais privados) e numa luta em que os fins justificavam habitualmente os meios. Além disso, vivendo numa região rodeada de outros movimentos com ideias semelhantes, desde Angola, passando pela Namíbia e Zimbabwe, até Moçambique e Tanzânia, todos eles ainda estão firmemente instalados no poder desde a independência. Até agora, a maioria tem operado menos através do medo e da violência do que através de meios mais sofisticados, uma combinação de esquemas económicos de tipo mafioso, controlo dos meios de comunicação social e enfraquecimento das instituições, uma mistura cuidadosa de “coerção calibrada” que envolve a aplicação de algum medo juntamente com a distribuição de rendas, intimidação e propaganda, esquemas ideológicos elaborados e aquilo a que Sergei Guriev e Daniel Triesman se referem como “rituais de lealdade”, desde o suborno à auto-censura. Estes métodos incluem a utilização de bancos e instituições offshore para proteger os seus activos e subornar outros para a sua causa.

Embora possam (em grande parte) manter-se dentro dos limites da lei e da violência, ignoram habitualmente o espírito da lei.

A ascensão destes "democratas autoritários" pode, evidentemente, ser combatida. A história do activismo democrático não violento ilustra a importância deste processo de identificação dos apoiantes estrangeiros dos regimes, e não dos funcionários locais, e de uma ou duas personalidades-chave, numa tentativa de fragmentar a sua fachada. A aplicação de sanções específicas contra estes indivíduos também pode ter efeito, nem que seja como instrumento de ostracismo, uma vez que não há nada de que um pária político goste mais do que ser amado.



Benazir Bhutto. Fonte: Flickr/AnneAE (CC BY-NC-ND 2.0)

Benazir Bhutto, por exemplo, falou sobre a eficácia das medidas financeiras contra os líderes, considerando os pontos de pressão. 'O primeiro telefonema que receberão será o da amante fazendo compras no Harrods quando seu cartão de crédito for bloqueado', disse ela ao biógrafo Ron Suskind. 'E o segundo será da esposa reclamando por que as mensalidades do pequeno Ahmed não foram pagas em Georgetown. Eles logo mudarão de atitude.' Existem contra-argumentos, incluindo

que as sanções externalizam as razões dos problemas de um país, como a União Nacional Africana do Zimbabwe - Frente Patriótica (ZANU-PF) tentou fazer com medidas específicas contra membros proeminentes do partido no Zimbabwe, e que exigem resistência que as democracias não têm. Mas a retórica hostil sobre este tipo de medidas personalizadas sugere que são eficazes - ou, no mínimo, necessariamente



Revolução Tunisina. Fonte: Flickr/Chris Belsten (CC BY 2.0)

Os comícios e concentrações não violentos podem ser úteis para trazer à superfície, de forma discreta, questões sociais e políticas, enquanto os principais slogans e símbolos podem ser ferramentas poderosas e politicamente catalisadoras (a Revolução de Jasmim na Tunísia, a Revolução de Veludo na Checoslováquia, a Revolução das Rosas na Geórgia e a Revolução Laranja na Ucrânia são exemplos). A sondagem é outro método para resistir à intimidação e às tentativas de usar o bilhete de identidade. Ao contactar directamente grupos de amostragem, é possível determinar quais são as questões que preocupam os eleitores e jogar com elas, alterando assim os estereótipos de identidade.

Contudo, não são apenas os partidos no poder que são culpados ou que precisam de ser controlados ou alterados. Também as oposições terão de melhorar o seu jogo.

O DESAFIO DA PRIMEIRA LIBERTAÇÃO

Outra tendência é a forma como os antigos movimentos de libertação aprendem rapidamente a transformar o poder, ao estilo dos democratas autoritários, para seu próprio benefício, incluindo a forma como colaboram entre si para responder aos desafios colocados pelos partidos e movimentos democráticos da oposição.

A maioria dos países da África Austral ainda não experimentou uma 'segunda' libertação; ou seja, a libertação dos libertadores. Em vez disso, os sete antigos movimentos de libertação regionais restantes têm procurado consolidar o seu poder, trabalhando em colaboração uns com os outros para esse fim contra seus inimigos, conhecidos ou não.

INCLUEM:

- **O Movimento Popular para a Libertação de Angola** (MPLA, no poder há 48 anos até 2024),
- **O Partido Democrático do Botswana** (BDP, 58),
- **A Frente de Libertação de Moçambique** (FRELIMO, 49),
- **A Organização Popular do Sudoeste Africano da Namíbia** (SWAPO, 33 anos),
- **Chama Cha Mapinduzi da Tanzânia** (CCM, ou 'Partido Revolucionário', cerca de 63 anos se incluirmos o período pré-partidário entre 1961 e 1977),
- **O Congresso Nacional Africano** (ANC) na África do Sul (30), e
- **ZANU-PF**, 43.

Um dos meios de cooperação tem sido a organização do Antigo Movimento de Libertação (FLM), cuja cimeira mais recente teve lugar

em Victoria Falls, aos 18 de Março de 2024. Todos membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o FLM é uma reencarnação do agrupamento dos Estados da Linha da Frente que se juntaram na década de 1970 para combater o apartheid. Mas a encarnação moderna desta organização não visa defender os interesses dos 216 milhões de pessoas que vivem dentro das fronteiras dos seus membros, mas sim a manutenção do poder político do partido no poder. De acordo com um comunicado de imprensa do ANC após a cimeira de Victoria Falls, a FLM é:

Intro Anc

[Uma] plataforma crucial para fazer avançar a consolidação de uma frente progressista na região da África Austral e no continente como um todo, tanto mais que as forças contra-revolucionárias procuram dividir e fragmentar a frente progressista através de forças políticas dissidentes, incluindo o financiamento de ONG como frentes para atingir esses objetivos. Por conseguinte, a agenda contra-revolucionária continua a mostrar a sua cara feia, através do apoio a vários partidos políticos da oposição com o objetivo de fragmentar o apoio eleitoral popular da FLM. O objetivo destas forças é travar o avanço da revolução e manter o continente africano como fornecedor de recursos naturais para enriquecer o mundo ocidental, tal como aconteceu durante a época da escravatura e da conquista colonial. O neocolonialismo considera a FLM como a principal ameaça, daí a sua agenda para desestabilizar a nossa unidade, utilizando processos elaborados que se entrelaçam com todas as esferas [da] nossa nacionalidade, para capturar as mentes do nosso povo e colocá-lo contra a FLMS.¹⁴

Esta descrição ignora convenientemente décadas de má governação e culpa a ira dos eleitores contra as FLM em atores externos.

Nas décadas de 1970 e 1980, os Estados da Linha de Frente enfrentavam o inimigo comum do apartheid. Hoje em dia, estão unidos por objetivos menos nobres. Eles compartilham um novo inimigo comum: partidos de oposição que se atrevem a desafiar seu domínio do poder e as rendas consideráveis que fluem para suas elites por meio de contratos e corrupção. Para eles, é inconcebível que os partidos da oposição sejam totalmente indígenas dos seus países e tenham forte apoio de grande parte das pessoas. A FLM foi criada para monitorar e analisar tendências geoestratégicas, e desafios domésticos e globais ao seu governo, enquanto geram planos para apoiar uns aos outros.

Mesmo o ocidental mais celebratório dos movimentos de libertação – e ainda há alguns companheiros de viagem – teria de reconhecer que este desenvolvimento não está nos interesses das pessoas que vivem sob esses regimes ou da causa da democracia de forma mais ampla. Uma cúpula anterior da FLM, realizada em 2017, adotou o documento 'Guerra com o Ocidente', que acusava as antigas potências coloniais e os EUA de buscarem mudança de regime por meio de 'revoluções coloridas', financiando desafiantes da oposição e até mesmo conspirações de golpe. Essa cúpula concluiu que uma escola política conjunta para ideologia era necessária para instilar vigilância contra tais ameaças. Ela proporcionaria 'forte base ideológica' para quadros do partido, juntamente com uma série de 'medidas disciplinares rígidas' a serem adotadas pelos movimentos de libertação irmãos.¹⁵

Ao lutar contra moinhos de vento em busca de inimigos ideológicos imaginários, a declaração da cúpula da FLM de 2024 conclui:

Intro Anc

‘À medida que nos aproximamos das eleições nacionais e provinciais, estamos confiantes de que as forças neocoloniais que procuram desestabilizar os movimentos de libertação não terão sucesso. Como ANC, estamos confiantes em uma vitória eleitoral absoluta porque as pessoas que defenderão o movimento são as forças motoras e beneficiárias da mudança, as massas do nosso povo.’ A declaração acrescentou, ‘Estamos confiantes de que nossa agenda de transformação fala mais alto do que a propaganda barata que procura fazer descarrilar a hegemonia política das FLMS.’¹⁶

Declaração do ANC sobre a Entrega da Presidência da Reunião dos Antigos Movimentos de Libertação

A FLM assim expressa abertamente o seu objetivo de desenvolver estratégias para que os movimentos de libertação mantenham o poder político, partidos que já estão no poder ininterruptamente em 2024 há 324 anos. Os fins do poder, dito de outra forma, justificam quaisquer meios, quer se trate de caricaturar as oposições democráticas como neo-colonialistas, neoliberais ou ocidentais, quer se trate de rejeitar as revoluções coloridas como conspirações instigadas pelo exterior contra os interesses do povo.

Os democratas de todo o mundo, e especialmente os do Ocidente, deveriam sair do seu estupor de acreditar que os movimentos de libertação africanos apoiam os seus valores ou mesmo os seus interesses, até porque os dois estão interligados. Mas os democratas africanos deveriam estar ainda mais preocupados com as tentativas deliberadas de diluir e diminuir os seus direitos. Não podem fingir que

não foram avisados, dado o atrevimento dos antigos movimentos de libertação a este respeito.

OS AUTORITÁRIOS UNEM-SE DESCARADAMENTE

A Escola de Liderança Mwalimu Julius Nyerere foi criada em 2022 na Tanzânia pelo Partido Comunista Chinês (PCC) como uma escola de formação política, referida na declaração da FLM acima como a 'escola política de topo para todos os partidos membros [sic] da FLM'. Este facto deve ser visto com grande preocupação, e não apenas pelos concorrentes continentais externos da China. Os democratas de todo o mundo, incluindo em África, devem estar em alerta.



A primeira coisa que os participantes veem ao entrar na escola de liderança é uma citação do primeiro líder da Tanzânia após a independência, Julius Nyerere. Foto: Escola de Liderança Mwalimu Nyerere

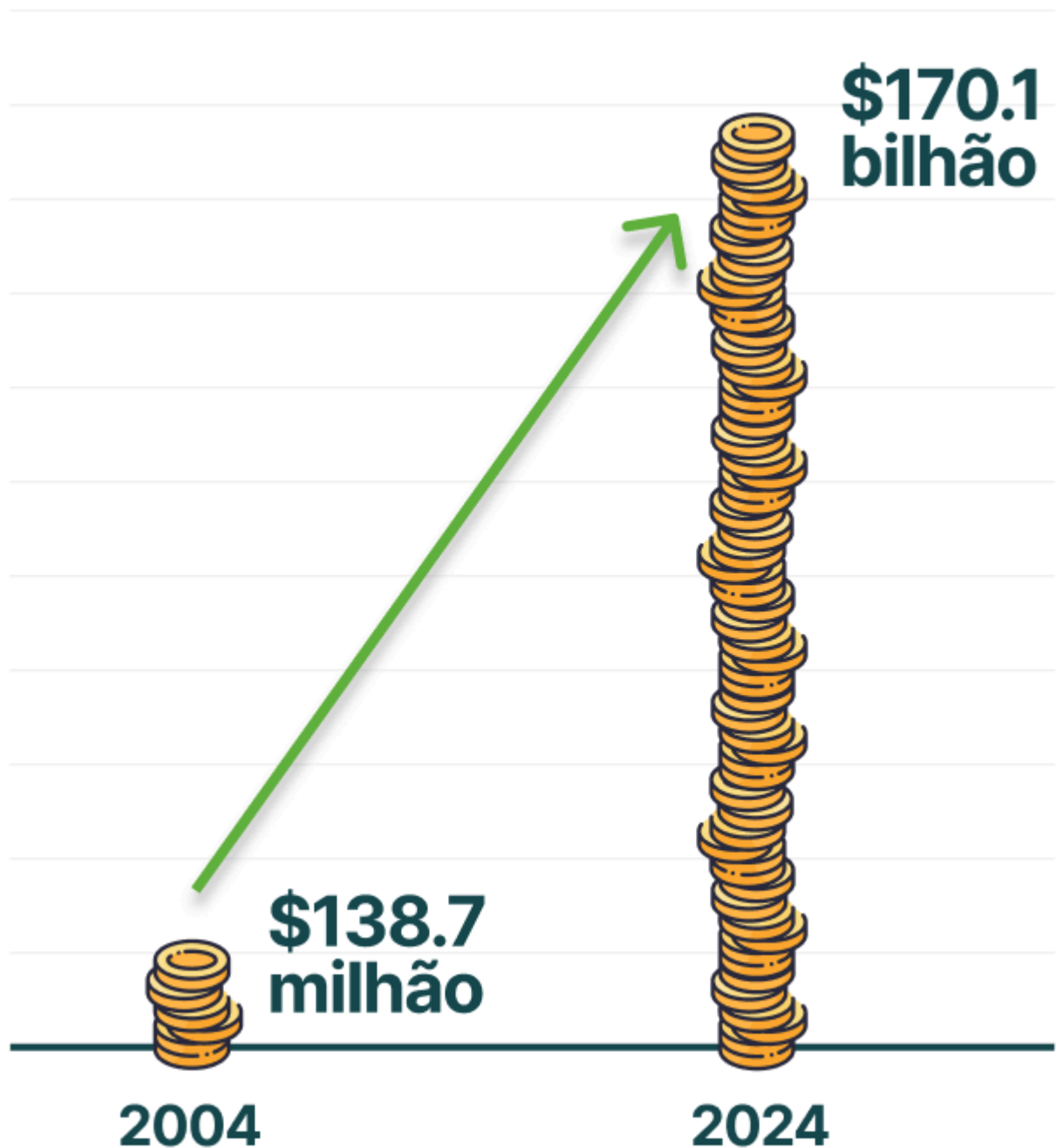
Apoiada pelo PCC da China, a Escola de Liderança Nyerere foi criada para dar formação ideológica e criar redes de contactos com quadros

de seis dos sete partidos de libertação da África Austral (o Botswana não foi incluído no início) que se mantiveram no poder desde a independência: o MPLA, a FRELIMO, a SWAPO, o CCM, o ANC e a ZANU-PF.

Esta preocupação com o papel da China não tem origem na sinofobia. A nova vaga de interesse chinês em África desde 2000 trouxe muitas mudanças positivas, investindo em empresas e construindo infraestruturas e, ao fazê-lo, ajudou a mudar a percepção do continente como um problema a resolver para uma perspectiva de negócio.

Mas esta escola partidária não pretende transmitir as lições da reforma económica, da eficácia burocrática ou das estratégias anticorrupção, todas elas com uma experiência considerável na China. De qualquer modo, nenhuma destas mensagens é particularmente interessante para os participantes.

Em vez disso, trata-se de uma jogada geopolítica cínica, que vem acompanhada de claras condições e procura criar uma vantagem. A condicionalidade chinesa, para utilizar um termo "ocidental", não é, neste caso, uma melhor governação - talvez o oposto, de facto - mas sim dívida, muita dívida.

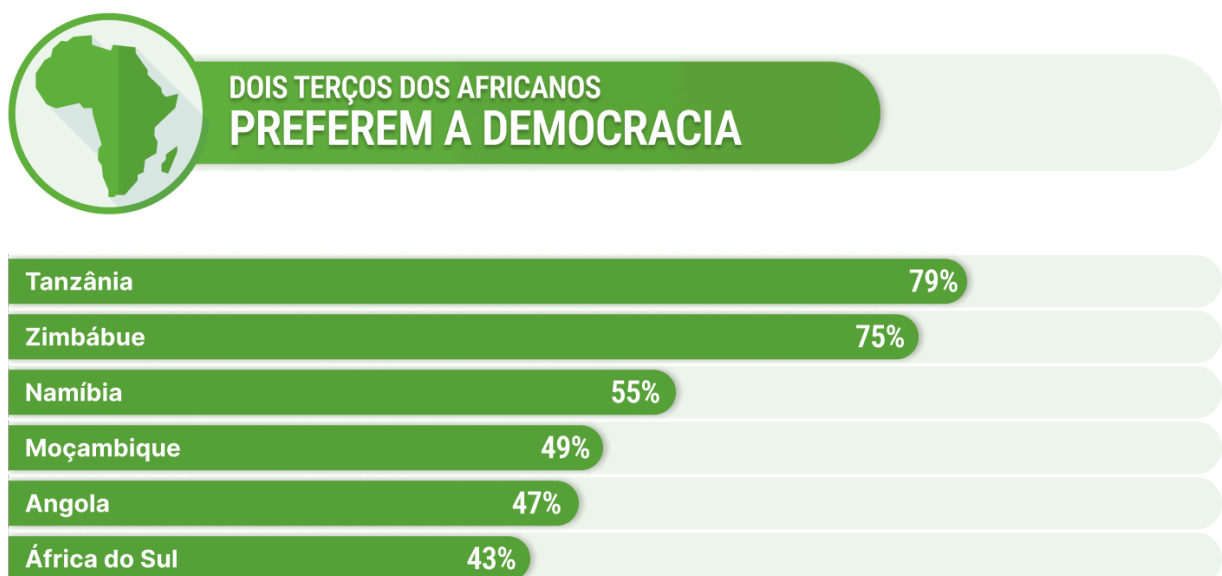


Os empréstimos chineses aos países africanos aumentaram de 138,7 milhões de dólares para 170,1 bilhões de dólares nos últimos 20 anos.

Na África Subsariana, a quota da China no total da dívida pública externa aumentou de menos de 2% em 2005 para quase dez vezes essa percentagem em 2021. Trata-se de uma alavanca bastante útil para garantir o apoio africano à China em si mesma, bem como aos seus objetivos mais vastos e a uma entrada firme nos recursos minerais e energéticos da região.¹⁷

Trata-se de um desenvolvimento político profundamente preocupante e que deve suscitar dúvidas quanto à razão pela qual estes movimentos de libertação procuraram originalmente o poder e quanto aos meios utilizados para o conseguir. A Escola de Liderança Nyerere permite que os partidos da FLM colaborem sistematicamente através da formação partilhada em instalações que lhes foram oferecidas pela Escola Central do Partido do PCC em Pequim através de uma doação de 40 milhões de dólares.¹⁸

Isto não foi feito no interesse da democracia, antes pelo contrário, dada a tendência histórica de cinco dos seis membros fundadores do colégio (a África do Sul está isenta, por enquanto) para o regime de partido único e a forma consistente como maquinaram para minar o constitucionalismo e a prática eleitoral democrática. Não só partilham um desdém aberto pela oposição política, como têm abafado e interferido com as ameaças democráticas ao seu governo, incluindo a prisão e mesmo o assassinato de líderes da oposição e da sociedade civil problemáticos. Agora estão a unir-se para preservar o seu domínio, independentemente do que as suas populações possam preferir.



Dois terços dos africanos inquiridos pelo Afrobarómetro preferem consistentemente a democracia a outras formas de governo, incluindo

43% na África do Sul, 47% em Angola, 75% no Zimbábue, 79% na Tanzânia, 49% em Moçambique e 55% na Namíbia.

De um modo geral, parece que quanto mais tempo se experimenta o regime de partido único, mais se aprecia a democracia.¹⁹

Como observa o académico ugandês Paul Nantulya, o termo mandarim para esta ajuda mútua é *weiwen*, traduzido como "manutenção da estabilidade" ou "sobrevivência do regime" sob o domínio do PCC. Escrevendo para o Centro Africano de Estudos Estratégicos, Nantulya conclui: "O modelo de governação do PCC está a emergir como uma das manobras utilizadas para manipular os sistemas multipartidários e agarrar-se ao poder."²⁰



A Escola de Liderança Mwalimu Julius Nyerere é uma parceria entre os partidos no poder da Tanzânia, Moçambique, Namíbia, Angola, África do Sul, Zimbabwe e o PCC.

Baseando-se na lenda do líder pós-colonial da Tanzânia, Mwalimu Julius Nyerere, a escola de liderança com o mesmo nome é a primeira escola política que o Partido Comunista Chinês (PCC) construiu no estrangeiro. Comissários políticos da Escola Central do Partido do PCC em Pequim foram destacados para a Escola de Liderança de Nyerere como instrutores na formação de uma 'Frente Unida' (ou *tongyi zhanxian*), uma estratégia do PCC alegadamente destinada a mobilizar apoios para promover os interesses do partido e isolar os seus adversários.

Os primeiros meios de comunicação social externos a noticiar a Escola de Liderança Nyerere escreveram: 'Por detrás das portas fechadas da

escola, a economia passa para segundo plano em relação à formação política. Os professores chineses enviados de Pequim ensinam aos líderes africanos que o partido no poder deve estar acima do governo e dos tribunais e que uma disciplina feroz dentro do partido pode garantir a adesão à ideologia do partido.²¹



Oito bandeiras são hasteadas na entrada da escola: a bandeira nacional da Tanzânia e uma para cada partido dominante dos países africanos participantes, bem como a bandeira do PCC. | Foto: Politiken/Sebastian Stryhn Kjeldtoft

O emblema do PCC está incluído em todas as comunicações oficiais da Escola de Liderança de Nyerere, juntamente com as insígnias dos seis ~~partidos da FLM, enquanto a bandeira do PCC está hasteada na sua~~

entrada. Ironicamente, apesar de Nyerere promover a justiça social e a

redução das desigualdades, a Escola de Liderança

Nyerere tem um objetivo muito diferente. Na formatura de junho de

2023, que contou com a presença de líderes do PCC e da FLM, Richard

Kasese, antigo alto funcionário da Tanzânia, falou sobre as próximas

eleições da SADC. Se não as ganharmos, não haverá movimentos de

libertação. Por agora, devemos ajudar a ZANU [Zimbabwe] a ganhar, e

contrastantemente, de deslegitimar seus opositores. Desde então, eles

tem estado abertamente dispostos a minar ou revogar esses direitos

próximo ano (pode ser até 2024) em OPA [Tanzânia] em 2025. Tenha em mente que o plano Sapatista, Christopher Clapham, observa essas lições dos movimentos de libertação que não tarda a chegar o

momento em que esse regime 'é julgado não pelas promessas, mas A forma como a Rússia tem prestado apoio militar aos autoritários pelo desempenho e, se se limitou a entrincheirar-se em posições de africanos e, em troca, extraído minerais e outras recompensas privilégio reminiscentes de seu predecessor deposto, esse julgamento financeiros, e a relação crescente da teocracia iraniana no continente é provável que seja severo'.²³ africanos são igualmente motivos de preocupação quanto à situação

futura da democracia. Mas este não é apenas um desafio africano.

A ascensão de autocratas e 'democracias autoritárias' pode ser

combatida, mas isso exige aprender algumas lições críticas e recentes.

Em primeiro lugar, o Ocidente não virá em auxílio dos democratas, na África como noutros lugares. Estão demasiado preocupados em travar as suas próprias batalhas e não perder terreno para a China, Rússia e outros.

A estabilidade e os interesses estratégicos prevalecem sobre os direitos humanos. Embora o apoio externo fosse útil, não há nenhuma boa razão recente para estar especialmente esperançoso. Pelo menos, no entanto, deveriam, como o líder da oposição ugandesa Robert Kyagulanyi – também conhecido como Bobi Wine – observou sobre os EUA, e 'não pagar ao nosso opressor'. Os estrangeiros não devem fazer mal se não conseguirem encontrar os meios morais e financeiros para fazer o bem.

Em segundo lugar, os movimentos de libertação podem ser fracos na prestação de serviços e na obtenção de melhores opções e resultados económicos para os seus cidadãos, mas são muito bons a manterem-se no poder e a dependerem uns dos outros para obter assistência.

Isso só pode ser reforçado com o envolvimento de outros BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a maioria dos quais são estados autoritários. O sucesso tem que vir principalmente da apropriação e organização locais.



Foto de "família" do BRICS à margem da 10ª Cúpula do BRICS em 2018. | Foto: Flickr/GovernmentZA (CC BY-ND 2.0)

E, em terceiro lugar, a responsabilidade de ganhar eleições tem de recair sobre os próprios movimentos da oposição. Embora os detentores do poder tentem roubar as eleições de muitas formas, as oposições têm de agir e evitar ser espectadores passivos.

Precisam de uma narrativa própria, de se ligar aos eleitores, de unificar os seus movimentos e de adoptar as boas práticas do manual dos democratas. Os passos importantes incluem campanhas de recenseamento eleitoral e publicidade direccionada com base nos resultados das sondagens, uma estratégia de mensagens para lidar com notícias falsas, bem como a formação (e financiamento) mais mundana dos agentes eleitorais, a verificação assídua dos cadernos eleitorais (especialmente na remoção de eleitores mortos) e a mobilização de democratas em todas as regiões, dada a centralidade do

acompanhamento e apoio africanos. Os cidadãos, e não os actores externos, têm de ganhar o voto muito antes do dia das eleições.

Os líderes dos partidos da oposição e dos movimentos da sociedade civil precisam, portanto, de elaborar um 'manual sobre a democracia' para as eleições. As oposições não podem confiar na justiça de concorrer contra o governo. Embora as redes sociais ofereçam oportunidades reais para a oposição, especialmente porque reduzem o custo da campanha, não são uma panaceia, porque o governo também pode tirar partido das mesmas ferramentas e pode 'desligar' a Internet. Para além da realização de boas campanhas, as oposições devem ter uma visão que as diferencie. Os partidos têm de dar aos cidadãos uma boa razão para votarem neles. Também é necessário que os democratas – dentro e fora do governo – estabeleçam uma narrativa que transcenda as fronteiras da identidade. Em tudo isto, a oposição tem de demonstrar as suas próprias credenciais democráticas, cumprindo a promessa com que se candidatou.

Estas tácticas e as estratégias que lhes estão subjacentes são o tema deste manual, que reúne um grupo de especialistas internacionais, todos eles observadores atentos aos comportamentos autoritários em África e no estrangeiro, e muitos dos quais já participaram em eleições como candidatos ou observadores. Este livro pretende ser um guia para aqueles que procuram um futuro mais democrático, invertendo a situação contra a autocracia. Para garantir um resultado diferente e melhor, temos pela frente uma luta dedicada e dura.

Muita coisa está em jogo, mais do que em qualquer outro momento desde o fim da Guerra Fria. A política e a necessidade de liberdade de escolha, de equilíbrio de poderes e de concorrência de ideias são cruciais para melhorar a governação e o desempenho económico.²⁴ Mas, como disse Viktor Yushchenko, o antigo Presidente da Ucrânia que liderou a Revolução Laranja em 2004, que permitiu que o país se

encaminhasse para a Europa em vez de permanecer sob a alçada da Rússia, 'não se pode ter liberdade sem democracia.'²⁵

¹ Samuel Huntington, *A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

² 'Linha do Tempo da Liberdade no Mundo', *Freedom House*, <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/50-Year-Timeline>.

³ William J. Dobson, *A Curva de Aprendizagem do Ditador: Dentro da Batalha Global pela Democracia*. New York: Anchor, 2013.

⁴ 'Democracia sob Cerco', *Freedom House*, 2021, <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2021/democracy-under-siege>.

⁵ 'Os Crescentes Danos das Eleições Falhas e Conflitos Armados', *Freedom House*, 2024, <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2024/mounting-damage-flawed-elections-and-armed-conflict>.

⁶ Koh Ewe, 'O Ano das Eleições Final: Todas as Eleições ao Redor do Mundo em 2024', *Time*, 28 Dezembro 2023, <https://time.com/6550920/world-elections-2024/>.

⁷ Sapa, 'Malema Lamenta Morte do Anti-imperialista Chávez', *Mail & Guardian*, 6 Março 2013, <https://mg.co.za/article/2013-03-06-malema-mourns-death-of-anti-imperialist-chavez/>.

⁸ Sapa, 'Malema Lamenta Chávez', *Soweton*, 6 Março 2013, <https://www.sowetanlive.co.za/news/2013-03-06-malema-mourns-chavez/>.

⁹ Dobson, *A Curva de Aprendizagem do Ditador*.

¹⁰ Falando no lançamento da Plataforma para Democratas Africanos, Cidade do Cabo, 23 Março 2024.

¹¹ Anne Applebaum, 'A Razão pela Qual Putin Arriscaria uma Guerra', *The Atlantic*, 3 Fevereiro 2022, <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2022/02/putin-ukraine-democracy/621465/>.

¹² Sergei Guriev e Daniel Triesman, *Ditadores de Gira: A Mudança de Face da Tirania no Século XXI*. Princeton: Princeton University Press, 2022.

¹³ Discussão, Bellagio, 7 Maio 2013.

¹⁴ 'Declaração do ANC sobre a Entrega da Presidência do Encontro do Movimento de Libertação (FLM) dos Seis Partidos Irmãos da Zanu-PF (Cde Dr. O.M. Mpofu) para o ANC (Cde Fikile Mbalula) nas Cataratas Vitória, 18 Março 2024', *Congresso Nacional Africano*, 17 Março 2024, <https://www.anc1912.org.za/anc-statement-on-the-handover-of-the-chairmanship-of-the-meeting-of-the-former-liberation-movement-flm-six-sister-parties-from-zanu-pf-cde-dr-o-m-mpofu-to-the-anc-cde-fikile-mbalula-at-victoria/>.

¹⁵ 'Quando "Democracia" se Torna "Mudança de Regime"', *Instituto para Estudos de Segurança*, 15 Dezembro 2017, <https://issafrica.org/iss-today/when-democracy-becomes-regime-change>.

¹⁶ 'Declaração do ANC sobre a Entrega da Presidência do Encontro do Movimento de Libertação'.

¹⁷ Hany Abdel-Latif, Wenjie Chen, Michele Fornino e Henry Rawlings, 'O Desaceleramento da Economia da China Atingirá o Crescimento da África Subsaariana', *Fundo Monetário Internacional*, 9 Novembro 2023, <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/11/09/cf-chinas-slowng-economy-will-hit-sub-saharan-africas-growth>.

¹⁸ Jevans Nyabiage, 'Escola do Partido Político da China na África Recebe Primeiros Estudantes de 6 Países', *South China Morning Post*, 21 Junho 2022, <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3182368/china-party-school-africa-takes-first-students-6-countries>.

¹⁹ 'Analise Online', *Afrobarometer*, <https://www.afrobarometer.org/online-data-analysis/>.

²⁰ Paul Nantulya, 'A Primeira Escola Política da China na África', *Centro de Estudos Estratégicos da África*, 7 Novembro 2023, <https://africacenter.org/experts/paul-nantulya/>.

²¹ Bethany Allen-Ebrahimian, 'Na Tanzânia, Pequim está Gerindo uma Escola de Treinamento para o Autoritarismo', *Axios*, 20 Agosto 2023, <https://www.axios.com/chinese-communist-party-training-school-africa>.

²² 'Discurso de Richard Atufigwege Kasesela na Cerimônia de Encerramento na Escola de Liderança Mwalimu Julius Nyerere', *YouTube*, <https://www.youtube.com/watch?v=5wNOglQaTDw>.

²³ Christopher Clapham, 'De Movimento de Libertação a Governo', *Relatórios Internacionais KAS*, 1 Fevereiro 2013, https://www.kas.de/documents/252038/253252/7_dokument_dok_pdf_33517_2.pdf/7434a417-9120-2bc4-62b3-e9d6ab7c9078?version=1.0&t=1539663338095.

²⁴ Greg Mills, *Estado Rico, Estado Pobre*. Johannesburg: Penguin Random House, 2023.

²⁵ Falando no lançamento da Plataforma para Democratas Africanos, Cidade do Cabo, 23 Março 2024.

PARTE 1

Como MANIPULAR UMA ELEIÇÃO



by **NIC CHEESEMAN**
Cientista Político Britânico

Ao longo dos últimos dez anos, os ditadores e os seus aliados em todo o mundo têm demonstrado de forma consistente que sabem como manipular as eleições e permanecer no poder utilizando uma vasta gama de estratégias cada vez mais sofisticadas. Mesmo os líderes que levam a economia para o fundo do poço e deixam a corrupção fora de controlo sabem como jogar a política de dividir para reinar e intimidar os apoiantes rivais. O livro *How to Rig an Election* (2024) identifica cinco estratégias principais que têm sido utilizadas nos últimos 30 anos para evitar que governos impopulares sejam derrotados: Estratégias de 'manipulação invisível', como o gerrymandering e a manipulação das listas eleitorais; clientelismo e suborno eleitoral; estratégias de dividir para reinar, incluindo o uso do medo e da violência; tácticas digitais e online, incluindo a desinformação e a pirataria informática; e fraude eleitoral e enchimento de urnas. A combinação destas estratégias pode tornar excepcionalmente difícil a conquista do poder pelos partidos da oposição e ajuda a explicar por que razão, em média, os regimes autoritários que realizam eleições têm mais probabilidades de sobreviver do que aqueles que não o fazem. Em geral, a qualidade das

eleições é particularmente baixa em África, em grande parte da Ásia, nos Estados pós-comunistas e, em menor grau, na América Latina (ver Figura 1).

QUALIDADE DAS ELEIÇÕES EM TODO O MUNDO

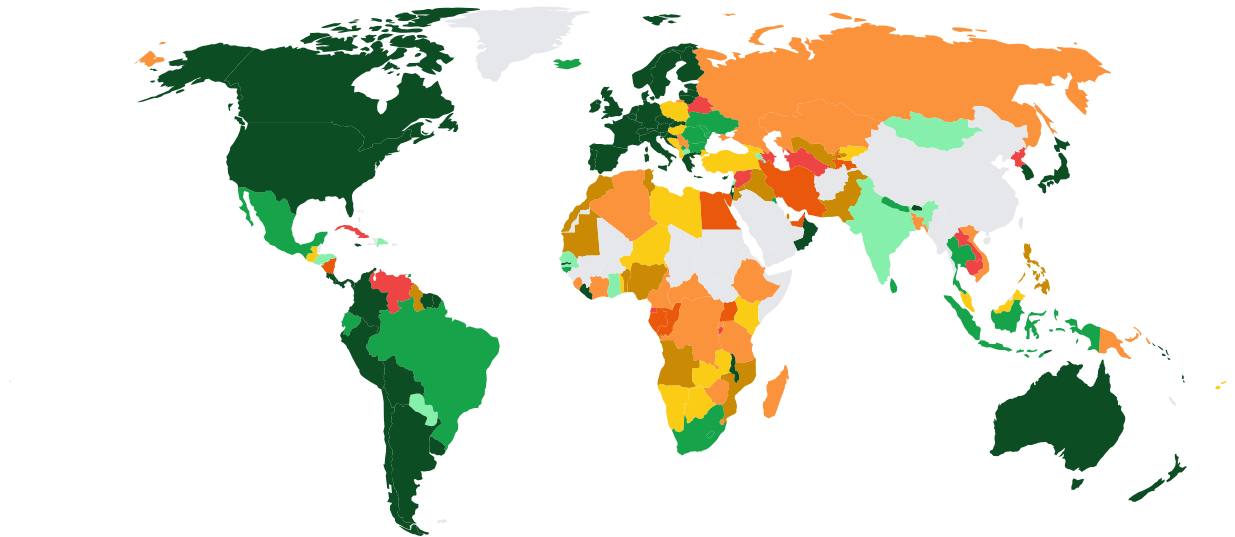


Figura 1: Qualidade das eleições em todo o mundo. Grau de liberdade e justiça das eleições numa escala de 0 a 4, em que as pontuações mais elevadas = mais livres.

Fonte:

Duas tendências recentes de manipulação eleitoral tornaram esta difícil situação ainda mais exigente.

PRIMEIRA,

há fortes indícios de aprendizagem autoritária, em que as estratégias que se revelaram eficazes num contexto autoritário são rapidamente partilhadas com os aliados autoritários do governo noutros Estados. Consequentemente, estamos num jogo dinâmico do gato e do rato, em que, sempre que uma forma de manipular as eleições é encerrada, os ditadores são capazes de utilizar outras. Como disse uma vez um líder da oposição desmoralizado,

O governo está sempre a pensar em novas formas de manipular as próximas eleições, enquanto nós estamos sempre a responder aos problemas que vimos nas últimas.

SEGUNDA,

a fraude eleitoral está a tornar-se mais descarada. No passado, quando os governos estavam preocupados com a possibilidade de serem responsabilizados pela comunidade internacional por manipulações eleitorais, preferiam estratégias subtis, menos susceptíveis de serem detectadas. Agora que os doadores internacionais se tornaram menos propensos a exigir a democracia e a condenar a fraude eleitoral, os autocratas estão cada vez mais dispostos a utilizar estratégias de grande visibilidade, como a violência extrema e a falsificação flagrante dos resultados. Pensemos no assédio brutal, na tortura e no assassinato dos apoiantes do líder da oposição ugandesa Bobi Wine antes das eleições ugandesas de 2021, na detenção de líderes da oposição e na repressão generalizada de vozes críticas e manifestantes na Nicarágua durante a campanha de 2021, e na manipulação óbvia da votação de 2023 na Serra Leoa, que foi feita de forma tão flagrante que foi facilmente exposta.

A qualidade média das eleições no mundo diminuiu, portanto, nos últimos dez anos.



A qualidade média das eleições no mundo diminuiu, portanto, nos últimos dez anos. De acordo com o Instituto V-Dem, depois de ter atingido um máximo recente de 2,8 em 4 em 2012 (pontuações mais elevadas = melhores eleições), este valor caiu para 2,68 em 2022, devido a um aumento da intimidação governamental e a um declínio da liberdade dos meios de comunicação social. Estas tendências significam que as eleições são agora mais perigosas para os partidos da oposição e mais difíceis de ganhar (ver Figura 2).

ELEIÇÕES INTIMIDAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2023

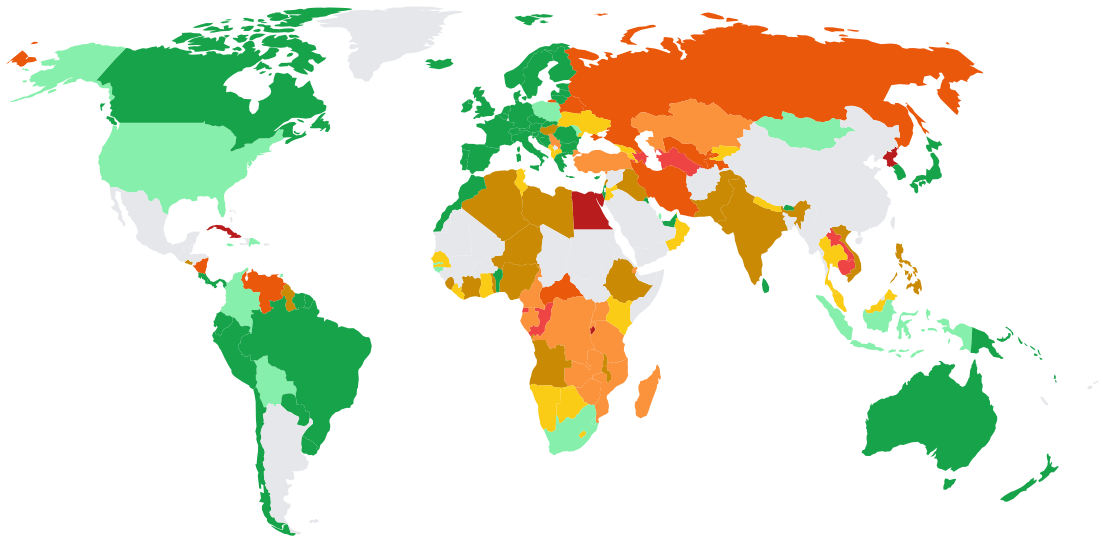


Figura 2: Grau de intimidação do governo durante as eleições, numa escala de 0–4, em que as pontuações mais elevadas = menos intimidação. Vermelho = 0; Verde = 4. Fonte: V-Dem

Por conseguinte, é fundamental que aqueles que se preocupam com as eleições e a democracia - cidadãos, activistas, apoiantes da oposição, grupos da sociedade civil, jornalistas, etc. - inovem de forma tão rápida e eficaz como os seus homólogos autoritários e partilhem esta informação com aqueles que lutam pela liberdade em todo o mundo.

Este capítulo apresenta as formas como os regimes repressivos manipulam actualmente as eleições, centrando-se nas estratégias específicas que utilizam para minar os partidos da oposição e na forma como estas podem ser contrariadas. Começa por abordar a forma como os autocratas tentam minar os partidos e os líderes da oposição e, em seguida, discute a forma como dominam os meios de comunicação social e impedem a dissidência, capturam e intimidam a população em geral, compram apoios e manipulam os resultados. Cada secção do capítulo apresenta as tácticas mais recentes que estão a ser utilizadas e aponta os passos importantes a dar antes de decidir concorrer a um cargo, na preparação para a formação de um movimento de oposição.

Segue-se uma discussão mais aprofundada sobre as formas como os regimes autoritários procuram assegurar uma vantagem injusta e fornece um conjunto de recomendações sobre como responder, com base na forma como os partidos da oposição os ultrapassaram em eleições recentes.

COMO OS AUTORITÁRIOS MINAM OS PARTIDOS E OS LÍDERES DA OPOSIÇÃO

Uma das principais estratégias utilizadas pelos governos autoritários é dividir para reinar e fragmentar os partidos da oposição, ao mesmo tempo que lançam ataques contínuos ao carácter dos principais líderes da oposição para os estigmatizar e rebaixar. Por conseguinte, as campanhas de oposição bem-sucedidas têm de encontrar formas de resistir a estas estratégias e de apresentar os seus líderes como figuras unificadoras eficazes, apesar da desinformação que será espalhada sobre eles.

Para o conseguir, há dois aspectos fundamentais.

EM PRIMEIRO LUGAR,

construir coligações inclusivas e estáveis e ter propostas políticas claras e concretas pode aumentar a credibilidade dos movimentos da oposição.

EM SEGUNDO LUGAR,

evitar cometer erros básicos, como a utilização de uma linguagem violenta ou “tribalista”, que favorece o governo.

Os autocratas inteligentes estão constantemente à procura da maior ameaça à sua autoridade. Em muitos casos, seguem, monitorizam e colocam escutas activas em indivíduos antes mesmo de estes decidirem concorrer a um cargo. Isto é especialmente provável quando se trata de líderes de grupos proeminentes da sociedade civil e de sindicatos, e de filhos de antigos líderes da oposição ou de fundadores nacionais. Se se fala de si como potencial líder da oposição, o seu telefone pode estar sob escuta e os seus movimentos podem ser seguidos. Os seus tweets e posts anteriores também serão armazenados em sites de redes sociais, como o Facebook e o Twitter/X, e os utilizadores podem muito bem fazer uma captura de ecrã para que haja um registo do que disse, mesmo que apague as suas contas.

Resistir às estratégias de dividir para reinar implica, portanto, adoptar uma abordagem a longo prazo, pensar na sua marca e reputação muito antes de se tornar candidato, adoptar uma abordagem inclusiva e antecipar as estratégias de divisão que os partidos no poder irão utilizar.

Para vencer é preciso planear com antecedência:

- Quer se queira quer não, está-se efectivamente numa campanha eleitoral para toda a vida e o que se faz antes de anunciar que se vai candidatar é importante.
- Pense cuidadosamente nas suas declarações e acções, bem como nos líderes e grupos a que se associa em todas as ocasiões – eles podem e serão usados contra si.
- Tenha especial cuidado com os comentários sobre grupos específicos – se forem vistos como depreciativos ou se os seus rivais os puderem fazer parecer depreciativos, podem ser evocados durante as eleições e custar-lhe o apoio de comunidades inteiras.

ESTIGMATIZAÇÃO DOS LÍDERES DA OPOSIÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDIR PARA REINAR

A política de dividir para reinar tem sido uma estratégia básica dos regimes autoritários desde antes da era colonial até aos dias de hoje. Os ditadores e autocratas estão bem cientes de que a maior ameaça ao seu poder vem de uma oposição unida. Evitar a derrota depende, portanto, da exacerbação das tensões para fragmentar a resistência ao regime autoritário.

Há duas formas principais de o fazer.

A PRIMEIRA

é tentar dividir a oposição segundo linhas económicas, étnicas, raciais, religiosas ou regionais. Isto é mais eficaz e, portanto, mais provável de ser tentado em países onde a etnia, a raça, os grupos linguísticos e/ou as regiões são particularmente salientes, como na África Subsariana, ou onde as identidades económicas são mais pronunciadas, como na América Latina e na Europa.

A SEGUNDA

consiste em enquadrar os principais líderes da oposição como traidores ou vendidos e como alvo legítimo da violência do Estado. Esta estratégia tem-se revelado particularmente eficaz nos casos em que as potências externas são salientes e consideradas como tendo desempenhado um papel malicioso, como é o caso dos Estados Unidos em muitos países da América Latina e das antigas potências coloniais em África. Se os

governos conseguirem fazer isto com sucesso, podem fazer com que os líderes e movimentos rivais pareçam "tóxicos", impedindo-os de formar coligações e alianças com outros grupos mais moderados.

Para além destas abordagens, os governos procuram frequentemente rotular os líderes da oposição como ameaças à segurança nacional. Isto pode ser acompanhado da afirmação de que são traidores, mas também pode assumir outras formas. A descrição da oposição como particularmente violenta e desestabilizadora, por exemplo, pode ser utilizada para justificar o recurso a uma repressão severa para a controlar. Entretanto, a acusação de que um determinado líder da oposição apoia políticas sociais e económicas radicais que ameaçariam a propriedade e as famílias - por exemplo, da classe média - provou ser uma forma eficaz de impedir o surgimento de alianças entre classes.



Presidente Edgar Lungu da Zâmbia | Flickr/Paul Kagame (CC BY-NC-ND 2.0)

Em alguns casos, as três formas de estigmatização podem ocorrer ao mesmo tempo. Nas eleições gerais de 2021 na Zâmbia, por exemplo, o Presidente Edgar Lungu repetiu duas estratégias frequentemente utilizadas por governos anteriores para tentar bloquear a ascensão política do líder da oposição Hakainde Hichilema e do seu Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional (UPND). Uma delas foi concebida para restringir Hichilema à sua base entre a comunidade de Tonga na

Província do Sul, alegando que Hichilema era um nacionalista de Tonga que não se preocupava com os interesses do resto do país e em quem não se podia confiar. A outra estratégia consistia em tentar impedir Hichilema de mobilizar os jovens e as populações urbanas descontentes da Zâmbia, descrevendo-o como um elitista fora de alcance que enriqueceu manipulando de forma corrupta a privatização imperfeita das minas de cobre à custa dos trabalhadores das minas do país.



Candidato da oposição senegalesa Bassirou Diomaye Faye discursa para os apoiantes. | Foto: Campanha Presidencial de Bassirou Diomaye Faye

Mais recentemente, durante as eleições gerais senegalesas de 2024, o governo do Presidente Macky Sall procurou apresentar o líder da oposição Ousmane Sonko e o seu partido Patriotas Africanos do Senegal para o Trabalho, a Ética e a Fraternidade (PASTEF) como radicais criminosos cuja própria existência ameaçava a estabilidade do Estado e da nação senegaleses. Como parte desta estratégia, foram utilizadas acusações forjadas para deter Sonko e outros dirigentes, como o secretário-geral do PASTEF, Bassirou Diomaye Faye, e mantê-los na prisão durante o início da campanha eleitoral. Simultaneamente, o próprio PASTEF foi “dissolvido” depois de o Ministro do Interior ter assinado um decreto que acusava os dirigentes do PASTEF de

“apelarem frequentemente aos seus apoiantes para movimentos insurreccionais, o que teve consequências graves, incluindo a perda de vidas, muitos feridos, bem como actos de pilhagem de bens públicos e privados”.¹ A perseguição a Sonko e a determinação do governo em impedir que o seu nome aparecesse nas urnas foram tão intensas que ele acabou por ser forçado a abandonar o cargo em favor de Diomaye.



Apoiantes do candidato presidencial Bassirou Diomaye e do líder da oposição Ousmane Sonko manifestam-se em Dakar no dia 24 de fevereiro de 2024. Foto: JOHN WESSELS/AFP via Getty Images

Como responder eficazmente às estratégias de dividir para reinar:

- Criar campanhas inclusivas e humanizar os líderes da oposição para que não possam ser retratados como perigosos ou excludentes.
- Formar coligações amplas e estáveis para alargar o seu apelo eleitoral e reforçar o sentimento de inclusão.
- Gerir cuidadosamente a imagem dos principais candidatos para os apresentar como líderes responsáveis.

- Evitar erros de campanha que possam ser facilmente aproveitados pelo partido no poder.

Resistir a essas estratégias exige fazer declarações e tomar medidas que minem a narrativa do partido no poder. Talvez o mais importante seja...

...coligações inclusivas que foram fundamentais para o sucesso dos partidos da oposição em países como o Senegal (2000), o Quênia (2002) e a Gâmbia (2016).

Na Gâmbia, por exemplo, o regime brutal do Presidente Yahya Jammeh foi reforçado pelo uso da força extrema e por um sistema eleitoral em que os eleitores não dispunham de boletins de voto, mas deixavam cair berlindes na urna do candidato da sua escolha.



Um oficial eleitoral conta berlindes que serão usados pelos eleitores em uma estação de votação no distrito de Tallinding, em Serekunda, em 30 de novembro de 2016, na véspera da eleição presidencial na Gâmbia. Foto: MARCO LONGARI/AFP via Getty Images

Por conseguinte, poucos observadores deram à oposição uma grande mudança nas eleições gerais de 2016, especialmente porque Jammeh ganhou as eleições de 2011 com 71,5% dos votos. Apesar disso, formou-se uma ampla coligação de sete partidos – a maior desde a independência – em torno de Adama Barrow. Este facto concentrou o voto da oposição, ao mesmo tempo que deu aos cidadãos a esperança de que Jammeh pudesse ser derrotado. Apesar das condições eleitorais injustas, que incluíram o encerramento da Internet e tentativas generalizadas de compra de votos, Barrow ganhou com 46% dos votos, quase 10% mais do que o Presidente.



Adama Barrow em sua posse após vencer a eleição. Foto: Chrisroberts-192 (CC BY-SA 4.0)

Quando as coligações formais não são viáveis, as estratégias para demonstrar uma liderança inclusiva tornam-se ainda mais importantes. Uma estratégia útil consiste em obter o apoio de líderes políticos e comunitários influentes que não se candidatam. Por exemplo, apesar de a oposição senegalesa não estar completamente unida para as eleições de 2024, com uma série de candidatos presidenciais de menor importância a concorrer, Diomaye foi impulsionado pelo apoio de outros

líderes políticos. Talvez o mais significativo seja o facto de o antigo presidente Abdoulaye Wade e o seu Partido Democrático Senegalês terem dado o seu apoio a Diomaye depois de o seu próprio candidato ter sido desqualificado.

Tomar medidas para construir um partido mais inclusivo com uma representação mais ampla da sociedade também pode ser muito eficaz, especialmente se for acompanhado de esforços para humanizar um líder da oposição e alargar a sua base através da realização de comícios em áreas maiores. Na Zâmbia, por exemplo, a equipa de campanha de Hichilema trabalhou arduamente antes das eleições de 2021 para mudar a sua imagem. Por um lado, a sua aliança alargou-se para incluir líderes mais proeminentes de fora da Província do Sul, e os seus comícios e discursos foram utilizados para se ligar e apelar aos eleitores urbanos de todo o país.



Pôster de campanha de Hakainde Hichilema. Fonte: X/Hakainde Hichilema

Por outro lado, a campanha aproveitou a alcunha de 'Bally' dada a Hichilema por alguns eleitores mais jovens. Na Zâmbia, Bally refere-se a um tio amigo que pode ajudar a sair de uma situação difícil. O sucesso dessa alcunha, usada consistentemente na campanha social da UPND, permitiu a Hichilema transformar sua riqueza pessoal e sucesso empresarial de um risco em uma força.

Em vez de os cidadãos verem o sucesso pessoal de Hichilema como algo que o tornava diferente e pouco susceptível de os ajudar, o nome Bally passou a ser visto como uma prova da sua capacidade de cuidar da Zâmbia na sua hora de necessidade.

Ao adotar estas estratégias, os partidos de oposição que concorrem a eleições injustas podem minar as estratégias de dividir para reinar usadas pelos governos, ampliar a sua base de apoio e, em última análise, conquistar o poder.



EXEMPLO DE PAÍS



VENEZUELA

PODER POPULAR NA VENEZUELA

por Leopoldo López

A imagem do cartaz mostra o Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Foto: Hossein Zohrevand (CC BY 4.0)

Em 2024, o dia 28 de Julho está prestes a tornar-se um ponto de viragem para a Venezuela, um dia para a resiliência e determinação do seu povo na sua esperança de fazer a transição para a democracia através das urnas. Sejam os claros, as eleições que terão lugar estarão longe de ser livres

ou justas, mas a vontade maciça de votar pela mudança (mais de 80%) será impossível de esconder.

Quando Hugo Chávez subiu ao poder em 1999, prometeu mudança e, de facto, a mudança veio, mas no sentido de um colapso económico que levou a uma catástrofe humanitária, a uma migração maciça (mais de 25% da população) e a uma autocracia total. A Assembleia Nacional Constituinte, que reescreveu a Constituição, marcou o início do desmantelamento das instituições democráticas na Venezuela. Este desmantelamento foi gradual e escondido sob uma fachada de processos eleitorais, em que as eleições se tornaram espectáculos anuais - frequentemente manipulados e manipulados a favor do regime. O voto electrónico, a censura e a marginalização dos candidatos opositores corroeram o quadro democrático.

O regime de Chávez, e posteriormente o de Nicolás Maduro, minaram a concorrência política legítima. Os candidatos favoritos foram retirados dos boletins de voto; eu próprio fui impedido de concorrer ao cargo de governador de Caracas em 2008, apesar do forte apoio da opinião pública. O regime chegou mesmo a expropriar partidos políticos, instalando líderes fantoches, semeando a confusão e criando uma falsa oposição.

O caminho para as eleições de 28 de Julho começou com as eleições primárias de 22 de Outubro de 2023, em que María Corina Machado saiu vitoriosa, tornando-se a candidata e líder da oposição. Pouco depois, foi também desqualificada. Desde então, o regime aumentou a censura, efectuou detenções arbitrárias e tentou dividir a oposição. Contudo, apesar destes obstáculos, surgiu uma unidade notável.

Edmundo González, o candidato unificado, inicialmente desconhecido, lidera agora com mais de 65%, enquanto o apoio de Maduro se situa abaixo dos 20%. A unidade entre Machado e González representa uma aliança poderosa, mobilizando um eleitorado com mais de 90% de venezuelanos ansiosos por uma mudança democrática.

As tentativas de manipulação e repressão do regime apenas reforçaram a determinação do povo. A próxima eleição é mais do que um concurso; é um referendo sobre o futuro da Venezuela. A maioria silenciosa, mais de 90% dos venezuelanos, está pronta para votar em grande número, e a maioria deles fará isso por uma transição democrática. O dia das eleições será um dia de poder popular, em que os venezuelanos reclamam a sua nação.

Este momento é crucial não apenas para a Venezuela, mas para o mundo, como prova do poder duradouro do povo unido pela democracia. Será um dia que evidencia a resiliência de uma nação determinada a moldar o seu destino. O mundo testemunhará à união dos venezuelanos, demonstrando que, mesmo em tempos sombrios, a luz da democracia e do poder do povo pode brilhar intensamente, iluminando um novo caminho.

BARREIRAS DE REGISTO E EXCLUSÃO POLÍTICA

Uma estratégia clássica de exclusão consiste em impedir que os candidatos e partidos da oposição se inscrevam efetivamente nas eleições, impedindo-os de aparecerem no boletim de voto.

Isto é feito de três formas principais.

PRIMEIRO,

os formulários da oposição podem ser rejeitados por uma questão técnica, ou seja, com base no facto de uma parte do formulário não ter sido preenchida exatamente como deveria.

SEGUNDO,

pode dizer-se que os candidatos são inelegíveis porque não cumprem um dos critérios, como ser nacional do país ou ter um certo nível de educação.

TERCEIRO,

os governos tentam impedir que os candidatos da oposição possam apresentar fisicamente os seus documentos. Em todas as três estratégias, os governos não jogam limpo, como é óbvio, e em vez disso manipulam a lei e as provas para justificar exclusões ilegítimas.

Esta abordagem pode ser muito eficaz para os partidos no poder porque tem menos visibilidade do que a violência eleitoral e pode ser enquadrada como uma simples questão técnica e não como um ato flagrante de exclusão política. Este facto ajuda a explicar por que razão, entre 1989 e 2010, os candidatos da oposição foram excluídos em mais de uma em cada dez eleições. Um exemplo clássico é o da Zâmbia, onde Kenneth Kaunda foi impedido de concorrer às eleições gerais de 1996 pelo Presidente Frederick Chiluba. Antes das eleições, o governo de Chiluba tinha aprovado uma lei que estabelecia que os candidatos

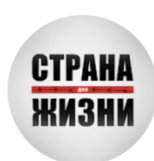
presidenciais tinham de ser filhos de dois cidadãos zambianos e alegou que os pais de Kaunda não eram zambianos, apesar de Kaunda ter sido o presidente da Zâmbia desde a independência até 1991.

Outros exemplos de exclusão são abundantes. *How to Rig an Election* conta a história das eleições gerais de 2006 em Madagáscar, quando "as perspectivas de reeleição de [Marc] Ravalomanana enfrentaram um forte desafio de Pierrot Rajaonarivelo, um antigo vice-primeiro-ministro'. Tendo sido enviado para o exílio, Rajaonarivelo teve de regressar ao país para poder concorrer. 'De acordo com a lei eleitoral malgaxe, os candidatos só podem concorrer se tiverem apresentado o seu pedido de candidatura pessoalmente - em Madagáscar. Consequentemente, Rajaonarivelo deu o passo lógico: reservou voos para casa, numa tentativa de pôr fim ao seu exílio e candidatar-se à presidência ... Os apoiantes apareceram no aeroporto, prontos para receber o líder do seu partido em casa. Em vez disso, foram confrontados com gás lacrimogéneo. Simultaneamente, o Presidente Ravalomanana encerrou unilateralmente o aeroporto de Toamasina a todo o tráfego aéreo e o voo de Rajaonarivelo foi recusado devido ao "risco de segurança".² A mesma coisa aconteceu repetidamente até ao fim do prazo para a apresentação dos documentos de candidatura. Por fim, Rajaonarivelo foi impedido de se candidatar e Ravalomanana ganhou com uma vitória esmagadora.



Pierrot Rajaonarivelo. Foto: Mavitriky (CC BY-SA 3.0)

Esta estratégia continua a ser amplamente utilizada. Nas eleições de 2020 na Bielorrússia, o 'último ditador' da Europa, o Presidente Alexander Lukashenko, enfrentou uma pressão crescente de uma população desesperada por liberdade política. A oposição ao seu governo tinha sido anteriormente fragmentada pelo uso de muitas das estratégias descritas neste capítulo, mas começou a cristalizar-se atrás de Syarhei Tsikhanouski, que tinha ganho proeminência devido ao seu conteúdo pró-democracia no YouTube e nas redes sociais.



Страна для жизни •

@stranazhizni • 234K subscribers • 2.4K videos

Канал "Страна для Жизни" был создан Сергеем Тихановским, который в данный момент...

t.me/strana_official and 5 more links

Subscribe

Join

Canal no YouTube de Syarhei Tsikhanouski | Fonte: YouTube

Reconhecendo que provavelmente perderia para Tsikhanouski numa disputa livre e justa, Lukashenko mandou prender Tsikhanouski e uma série de outros líderes da oposição. Com base neste facto, Tsikhanouski foi subsequentemente impedido de concorrer às eleições presidenciais.

Como responder eficazmente às barreiras de registo e exclusão política:

- Criar uma equipa específica responsável pela revisão e finalização dos formulários de candidatura e estabelecer provas dos requisitos essenciais, tais como a nacionalidade, os requisitos educativos, etc.
- Reforçar a capacidade jurídica interna para aconselhar sobre os procedimentos de registo, desenvolver conhecimentos especializados sobre a forma de recorrer de registos rejeitados e preparar antecipadamente a documentação para esses recursos.
- Adoptar estratégias de liderança flexíveis para poder substituir os candidatos que foram rejeitados por alternativas fortes e continuar a concorrer às eleições.
- É preciso ter muito cuidado com os boicotes eleitorais como resposta - muitas vezes enfraquecem a oposição durante décadas e permitem que o partido no poder altere a Constituição para consolidar o seu domínio.

O estabelecimento de procedimentos internos eficazes para garantir que os formulários sejam preenchidos corretamente e que a prova de elegibilidade necessária seja assegurada com bastante antecedência pode ajudar a reduzir o risco de exclusão eleitoral. Mas se um governo estiver determinado a proibir um rival de concorrer, preencher os formulários na perfeição não será suficiente, uma vez que a administração encontrará razões espúrias para proibir a oposição. Quando isto acontece, é fundamental uma liderança flexível. Voltando ao exemplo do Senegal, quando se tornou claro que o Presidente Sall não tencionava permitir que Sonko concorresse às eleições de 2024, uma vez que era o líder da oposição mais conhecido e carismático,

Sonko afastou-se a favor de Diomaye. Isto significava que a oposição podia concorrer às eleições, embora com um líder diferente, e depois de o próprio partido ter sido oficialmente 'dissolvido' pelo governo.

A outra opção principal da oposição consistia em boicotar as eleições com base no princípio de que Sonko deveria ter sido autorizado a candidatar-se, procurando assim constranger o partido no poder a fazer concessões e atrair o apoio da comunidade internacional. Esta foi a opção tomada pelo principal partido da oposição no Bangladesh, o Partido Nacionalista do Bangladesh, antes das eleições de Janeiro de 2024, com base no facto de o nível de repressão ser tão elevado que não era viável disputar efectivamente as eleições. Esta decisão era compreensível no contexto - desde Outubro de 2023, mais de 1 500 dirigentes e activistas da oposição foram condenados no âmbito de uma vaga de repressão - mas é uma decisão arriscada.³ O facto de não se candidatar a lugares nas legislativas, por exemplo, pode aumentar consideravelmente a maioria de que o partido no poder dispõe na legislatura. Este facto é particularmente significativo porque, na maioria dos países, uma maioria de dois terços é suficiente para alterar a Constituição, o que pode permitir ao governo aprovar legislação mais restritiva ou eliminar os limites de mandatos do Presidente. Ao mesmo tempo, os boicotes podem permitir o aparecimento de novos partidos e líderes para preencher o vazio, dificultando o posterior restabelecimento dos partidos boicotados. É por esta razão que a análise das provas efectuada por Matthew Frankel conclui que...

... 'os boicotes eleitorais raramente funcionam e o partido que boicota acaba quase sempre pior do que antes'.⁴

No caso do Senegal, a decisão de Sonko e Diomaye de se candidatarem foi claramente a mais correta. Sonko conseguiu transferir a sua popularidade para Diomaye, que venceu confortavelmente com 54%

dos votos. No caso da Bielorrússia, a candidatura de um 'substituto' foi menos bem-sucedida, mas, apesar disso, conseguiu manter a bandeira da democracia hasteada e dar esperança para o futuro. Ao constatar que não podia apresentar os documentos de candidatura de Tsikhanouski, a sua mulher, Sviatlana Tsikhanouskaya, decidiu candidatar-se em seu lugar. O Presidente Lukashenko permitiu que ela se candidatasse com base no argumento misógino de que uma mulher não poderia ser uma ameaça para ele. Provando que Lukashenko estava errado, a coragem de Tsikhanouskaya e o facto de ela não ser uma 'política normal' atraíram os cidadãos para o seu lado, dando origem a manifestações em massa e a um novo impulso da oposição. A manipulação eleitoral e as ameaças de violência acabaram por ser utilizadas para a impedir de ganhar a presidência, mas só depois de ter demonstrado o desejo de mudança política dos bielorrussos.



A líder da oposição bielorrussa, Sviatlana Tsikhanouskaya, se dirige aos deputados do Parlamento Europeu. Foto: Flickr/Parlamento Europeu (CC BY 2.0)

COMO OS AUTORITÁRIOS CONTROLAM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, SILENCIAM AS VOZES DA OPOSIÇÃO E COMPRAM VOTOS

Dois aspectos da manipulação eleitoral que recebem muito menos atenção do que deveriam são a manipulação da comunicação social e a compra de votos. A paisagem mediática tende a ser inerentemente tendenciosa para os partidos no poder. Mesmo em democracias estabelecidas, os governos em funções tendem a dominar a cobertura noticiosa simplesmente porque os meios de comunicação têm de cobrir declarações políticas importantes e discursos. Nos Estados autoritários, a situação é muito pior, com um vasto leque de estratégias dissimuladas e frequentemente ilegais utilizadas para minar a liberdade dos meios de comunicação social. Dado o papel dos meios de comunicação social na formação das atitudes populares em relação aos líderes e aos partidos – e mesmo em relação à questão de saber se o governo está a fazer um bom trabalho – é essencial ter um plano de comunicação social eficaz para contornar estas restrições.

Os partidos no poder também procuram manipular as atitudes populares recorrendo ao clientelismo, a promessas de novos desenvolvimentos e à compra de votos. Em quase todas as eleições, o governo consegue gastar mais do que os partidos da oposição devido ao seu acesso aos recursos estatais e à sua capacidade de utilizar a corrupção para transferir as receitas do Estado para o seu orçamento de campanha.

Os partidos da oposição cometem frequentemente dois erros fundamentais quando respondem à manipulação da comunicação social e à compra de votos.

NO QUE DIZ RESPEITO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,

existe por vezes a tentação de desistir dos meios de comunicação tradicionais, como os jornais e a rádio, e de se concentrar extensivamente nas redes sociais, que são de mais fácil acesso. Trata-se de uma abordagem compreensível, tendo em conta o carácter fechado dos meios de comunicação tradicionais e o entusiasmo em torno das redes sociais, mas as campanhas em linha não podem ganhar uma eleição por si só.

NO QUE DIZ RESPEITO À COMPRA DE VOTOS,

pode ser tentador tentar competir com o partido no poder dando constantemente esmolas. Embora alguma distribuição de fundos desta forma possa ser necessária para garantir que os candidatos parecem credíveis e generosos, é provável que seja impossível ultrapassar o partido no poder. Uma abordagem mais eficaz consiste em dizer aos cidadãos que o voto secreto significa que podem aceitar dinheiro de todos os candidatos que lho ofereçam e, mesmo assim, votar no partido que escolheram.

Para vencer é preciso planear com antecedência:

- Criar uma equipa dedicada aos meios de comunicação social responsável pelo desenvolvimento de mensagens-chave, pela manutenção da campanha 'na marca' e pelo desenvolvimento da estratégia dos meios de comunicação social.
- Recordar aos eleitores que o dinheiro que lhes é dado pelos funcionários e líderes do partido no poder é, na realidade, o seu dinheiro, uma vez que foi normalmente roubado dos fundos públicos.
- Criar uma base de dados central de endereços de correio electrónico e números de telefone de jornalistas para que possa divulgar rapidamente histórias importantes e comunicados de imprensa aos meios de comunicação social em geral com o toque de um botão.
- Estabelecer relações com os jornalistas e os meios de comunicação social muito antes das eleições, de modo a criar confiança antes da campanha.

- Estabelecer campanhas de comunicação social em linha e fora de linha, diferentes mas que se apoiem mutuamente, que se alimentem umas às outras.

Por conseguinte, é fundamental que os partidos de oposição desenvolvam estratégias de media flexíveis que não percam de vista a importância dos meios de comunicação tradicionais, possam operar mesmo em ambientes restritivos e lembrem aos eleitores que podem aceitar o dinheiro do partido no poder e ainda assim 'votar com a sua consciência'.



EXEMPLO DE PAÍS



ZIMBABWE

FRAUDE ELEITORAL NO ZIMBABWE

por Tendai Biti

A imagem no cartaz mostra Emmerson Mnangagwa, Presidente do Zimbabwe, no Fórum Econômico Mundial em Davos, em 2018. Foto: Flickr/World Economic Forum (CC BY-NC-SA 2.0)

Desde a independência em 1980, o Zimbabwe teve catorze eleições importantes, todas elas muito contestadas e disputadas. Os principais instrumentos de fraude eleitoral no Zimbabwe têm sido a violência; a captura do Estado e a corrupção; a fraude; a utilização da dependência, fome e ignorância como armas; a fraude eleitoral; a gerrymandering; a propaganda e o populismo; e o puro roubo à luz do dia. ...

¹ As eleições foram realizadas em 1980; 1985; 1990; 1995 (eleições parlamentares); 1996 (eleições presidenciais); ...

CONTROLE DA MÍDIA, CENSURA E DESINFORMAÇÃO

Os governos tendem a utilizar cinco estratégias principais para afirmar o controlo sobre a paisagem mediática. Censuram firmemente os organismos públicos de radiodifusão, incluindo as principais estações de rádio e televisão. Utilizam a publicidade governamental - que, em alguns países, vale mais para os jornais do que as vendas - para punir os críticos do regime e recompensar os porta-vozes leais. Promovem fortemente as suas próprias narrativas através de uma combinação de meios de comunicação social nacionais e internacionais, assegurando que os cidadãos recebem as suas comunicações diariamente.

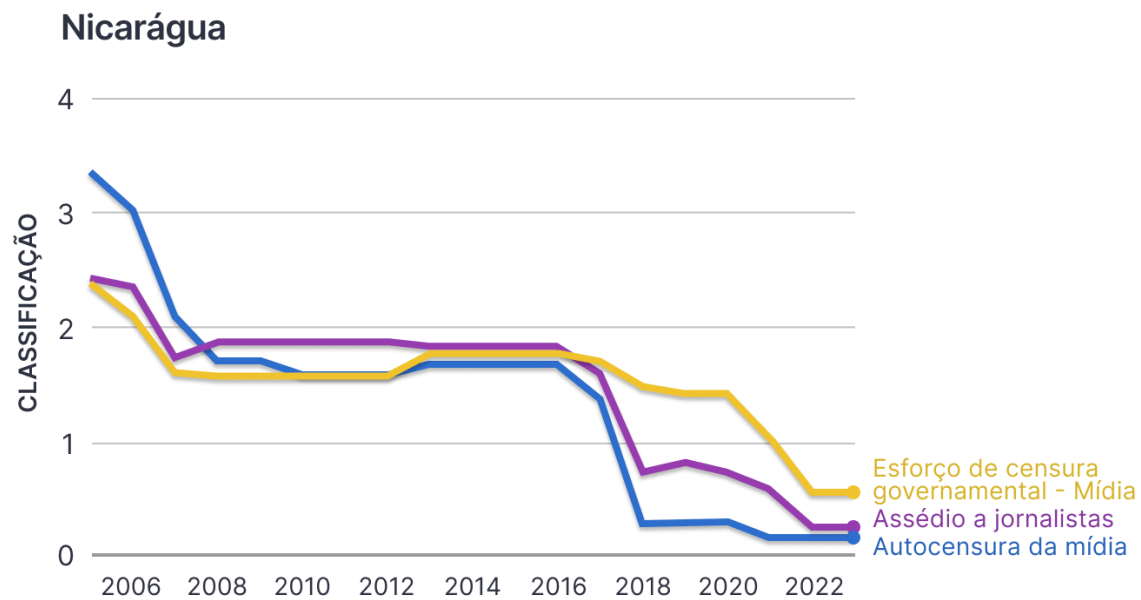
Distorcem as redes sociais, espalhando desinformação e empregando equipas de apoiantes do partido no poder para se fazerem passar por 'cidadãos normais', a fim de ocultar a impopularidade do governo. E utilizam legislação repressiva para visar e prender vozes críticas em linha e para influenciar o comportamento das empresas de telemóveis e telecomunicações em seu benefício.

Todo este arsenal de estratégias é utilizado em regimes particularmente repressivos, tornando extremamente difícil para os grupos da oposição fazer passar a sua mensagem. Na Nicarágua, por exemplo, os ataques à imprensa aumentaram drasticamente após o regresso de Daniel Ortega ao poder em 2007.



Daniel Ortega em 2012. Fonte: Flickr/Cancillería del Ecuador (CC BY-SA 2.0)

Desde então, o assédio aos jornalistas e a censura dos meios de comunicação aumentaram, bem como a autocensura dos meios de comunicação – quando os jornalistas decidem não escrever coisas críticas ao governo porque conhecem os riscos potenciais. De acordo com o Instituto V-Dem, 'o governo de Ortega tem fechado o espaço jornalístico ao longo dos anos, aprovando leis que permitem a criminalização de notícias dissidentes, detendo e intimidando jornalistas e revogando licenças de meios de comunicação independentes. Os protestos antigovernamentais em 2018 foram recebidos com repressão violenta, seguida de ataques ainda mais pesados à imprensa independente.'⁵



Source: [LinkedIn V-Dem Institute](#)

This graph shows how attacks on press freedom in Nicaragua have increased since Daniel Ortega's return to power in 2007.

Este gráfico mostra como os ataques à liberdade de imprensa na Nicarágua aumentaram desde o retorno de Daniel Ortega ao poder em 2007. Fonte: V-Dem

Muitas destas estratégias serão bem conhecidas dos líderes da oposição, mas a medida em que as redes sociais são manipuladas e as empresas multinacionais podem ser intimidadas é frequentemente subestimada.



AS227685	Vietel-Tanzania, TZ	Host	Icon	Website	Mail	DOWN	33%	
AS227685	Vietel-Tanzania, TZ	Hostel		WhatsApp	DOWN	24%		
AS227685	Vietel-Tanzania, TZ	Hostel		Instagram	DOWN	38%		
AS227685	Vietel-Tanzania, TZ	Hostel		WhatsApp	DOWN	46%		
AS227685	Vietel-Tanzania, TZ	Hostel		Twitter	DOWN	16%		
AS227685	Vietel-Tanzania, TZ	Hostel		Twitter	DOWN	31%		
AS227685	Vietel-Tanzania, TZ	Hostel		Twitter	DOWN	7%		
AS227685	Vietel-Tanzania, TZ	Hostel		Google Translate	DOWN	36%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		Twitter	DOWN	0%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		WhatsApp	DOWN	0%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		Twitter	DOWN	0%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		Google Translate	DOWN	16%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		Twitter	DOWN	0%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		WhatsApp	DOWN	21%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		WhatsApp	DOWN	18%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		Gmail	DOWN	14%		
AS27011	MIC-AS, TZ	Tigo		WhatsApp	DOWN	25%		
AS36938	VTL-ASN, TZ	Vodacom		WhatsApp	DOWN	16%		
AS36938	VTL-ASN, TZ	Vodacom		Gmail	DOWN	13%		
AS36938	VTL-ASN, TZ	Vodacom		Google Translate	DOWN	16%		
AS36938	VTL-ASN, TZ	Vodacom		WhatsApp	DOWN	0%		
AS36938	VTL-ASN, TZ	Vodacom		Instagram	DOWN	36%		
AS36938	VTL-ASN, TZ	Vodacom		Twitter	DOWN	0%		
AS36938	VTL-ASN, TZ	Vodacom		Twitter	DOWN	0%		
AS36938	VTL-ASN, TZ	Vodacom		Twitter	DOWN	0%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		Twitter	DOWN	0%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		Twitter	DOWN	0%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		Google Translate	DOWN	2%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		Gmail	DOWN	15%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		WhatsApp	DOWN	0%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		WhatsApp	DOWN	16%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		Twitter	DOWN	0%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		WhatsApp	DOWN	16%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		Instagram	DOWN	33%		
AS36938	Zante-AS, TZ	Zanzibar Telecom		WhatsApp	DOWN	7%		

C

Nas eleições de 2020 na Tanzânia, por exemplo, o governo do Presidente John Magufuli conseguiu pressionar as empresas internacionais de telemóveis a bloquear mensagens que mencionassem o nome do principal líder da oposição, Tundu Lissu. Quando os cidadãos enviavam mensagens sobre seus pais ou empregos, as mensagens passavam; mas quando enviavam às mesmas pessoas mensagens sobre seu apoio a Lissu, as mensagens nunca eram recebidas. Uma das empresas que participou nesse processo foi a Vodacom Tanzânia, parte do Vodafone Group, sediada no Reino Unido, que afirma promover 'inclusão para todos', enquanto 'opera de forma responsável'.

Pesquisas recentes também demonstraram até que ponto os partidos no poder estão a tentar moldar as discussões nas redes sociais. Na Nigéria, por exemplo, os influenciadores estabeleceram-se como autodenominados 'secretários de propaganda' e trabalham para os partidos na produção de informação e desinformação, que muitas vezes inclui notícias falsas e bizarras. Ao mesmo tempo, o partido no poder investiu uma grande quantidade de tempo e energia para se certificar de que poderia moldar as discussões nas redes sociais em seu próprio benefício. Isso é fundamental porque, enquanto as mensagens partilhadas no Twitter podem ser lidas instantaneamente por milhões de pessoas, o mesmo não acontece em plataformas como o WhatsApp, onde os grupos estão limitados a 512 pessoas. Isso significa que, para comunicar com um grande número de pessoas, é necessário criar um sistema hierárquico de grupos sobrepostos.



Antes das eleições gerais de 2019, o partido no poder fez isso através do Buhari New Media Centre, coletando milhares de números de telefone e criando várias camadas de grupos WhatsApp em todos os

níveis do sistema político. Como resultado, puderam comunicar com dezenas de milhares de apoiantes de forma muito mais rápida e eficiente do que qualquer outro partido no país. Isso permitiu que os líderes do partido fossem rapidamente alertados sobre novos desenvolvimentos no terreno e divulgassem a sua mensagem preferida aos apoiantes e ativistas, que posteriormente publicariam esse conteúdo no Facebook e no Twitter, dando-lhe um alcance muito mais amplo.

Uma vez estabelecidas essas redes, torna-se possível promover os tipos de mensagens de divisão acima referidos, demonizando os líderes da oposição e minando sua credibilidade.

Estratégias particularmente eficazes incluem o uso de imagens adulteradas, e em particular, de áudio adulterado e vídeos deepfake, que são muito mais susceptíveis de serem acreditados pelos cidadãos do que simples mensagens de texto.

Resistir a essas estratégias é hoje em dia um grande desafio, tendo em conta os maiores recursos de que dispõem os partidos no poder e o fato de as empresas de redes sociais não terem investido o suficiente para acompanhar a corrida ao armamento das redes sociais que se verificou em muitos países. Para poder desmentir as mensagens falsas, é importante criar uma equipe específica responsável pela análise das plataformas dos meios de comunicação social e pela emissão de correções. Esta equipe deve também desenvolver fortes ligações aos meios de comunicação social tradicionais, às empresas de redes sociais e aos ministérios governamentais, de modo à que especialmente mensagens problemáticas, como os discursos de ódio - que podem não ser difundidos pelo próprio governo - possam ser removidas.

Além, disso os partidos da oposição precisam aprender a lição do Buhari New Media Centre e desenvolver redes e estruturas eficazes para comunicar suas mensagens. Isso deve incluir a configuração de grupos sobrepostos no WhatsApp e no Telegram (ou similares) e o desenvolvimento de conteúdos distintos para diferentes plataformas, uma vez que as mensagens devem ser otimizadas para WhatsApp, Facebook, Twitter e/ou sites normais. Aproveitar o alcance existente e a criatividade de influenciadores e figuras com um número significativo de seguidores também é uma boa ideia, pois muitas vezes são mais capazes de acessar a consciência pública e do que vai correr bem online do que os líderes políticos e conselheiros.

Ao fazê-lo, é importante evitar o risco de adotar uma campanha excessivamente negativa que se baseie em acusações contra os líderes do partido no poder e em atacar funcionários do governo. Este tipo de campanha negativa pode ser necessário até certo ponto para evidenciar as falhas do governo, mas pode alienar os cidadãos se não for acompanhada de mensagens positivas sobre o que a oposição fará melhor. Manter um foco positivo também é importante porque o uso de narrativas agressivas, especialmente se usadas contra líderes de certas comunidades e origens, pode minar a capacidade da oposição em parecer inclusiva.

Como responder eficazmente à manipulação dos media e à desinformação:

- Não espere que as mensagens se tornem virais ou que as redes sociais sejam eficazes por si só – é essencial criar uma equipa de comunicação social e desenvolver estruturas para exercer influência e promoção online.
- Desenvolver um sistema eficaz de sobreposição de grupos de WhatsApp/Telegram para permitir que as mensagens sejam rapidamente partilhadas do nível nacional para o local e vice-versa.

- Nomear pessoas designadas responsáveis por combater a desinformação através da rápida correção de informações falsas.
- Estabelecer ligações com as principais empresas de media e redes sociais para poder alertá-las rapidamente sobre a desinformação.
- Centrar-se principalmente em narrativas positivas – campanhas demasiado negativas podem ter o efeito de alienar os cidadãos.
- Aproveitar influenciadores existentes e cidadãos bem conectados que já têm um número significativo de seguidores.

Utilizar meios de comunicação tradicionais sempre que possível para reforçar as mensagens das redes sociais e alcançar cidadãos que não estão online.

Também é fundamental não se concentrar demasiado nas redes sociais. Em alguns países, a proporção de eleitores no Twitter pode ser tão baixa como 10–20%. Na África Subsariana, por exemplo, menos de metade da população tem acesso directo à Internet – e menos de 20% tem electricidade em países como o Burkina Faso, o Burundi, a República Centro-Africana, o Níger e o Malawi – enquanto 80% tem acesso à rádio.⁶ Por conseguinte, é importante ter uma forte campanha digital, mas é essencial não perder de vista o impacto dos meios de comunicação tradicionais. O desenvolvimento de mensagens e anúncios para comunicar através da rádio – por exemplo, em emissoras públicas, sempre que possível, e através de rádio FM e estações de rádio comunitárias – pode chegar a mais pessoas do que uma campanha eficaz nas redes sociais. Também vale a pena investir no acesso à televisão e na cobertura jornalística, especialmente onde o ambiente mediático é menos controlado. Isto deve-se tanto ao facto de atingirem públicos diferentes como ao facto de o conteúdo publicado através destes meios de comunicação ser muitas vezes recolhido e repetido online e através de rádios comunitárias. Além disso, inquéritos sobre a utilização dos meios de comunicação social em países como o Quênia revelaram que os cidadãos tendem a confiar muito mais nos jornais e na televisão do que nas plataformas das redes sociais, porque estão

conscientes de que muitas das informações que recebem através do WhatsApp e do Twitter são falsas. Uma estratégia holística dos meios de comunicação social que dê ênfase a mensagens positivas e a críticas direccionadas ao desempenho do governo é, portanto, a forma mais eficaz de conquistar amigos e influenciar pessoas.



EXEMPLO DE PAÍS



UGANDA

CONTA DE BOBI WINE

por Bobi Wine

A imagem do cartaz mostra a bandeira de Uganda em um mastro. Foto: Flickr/mattlucht (CC BY 2.0)

No Uganda, as eleições gerais realizam-se de cinco em cinco anos. Contudo, sob o regime do ditador Yoweri Museveni, que já está há 38 anos no poder, estas eleições são normalmente o culminar de uma campanha de perseguição de cinco anos, em três fases, que tem como alvo os seus opositores e os seus apoiantes. Esta perseguição inclui execuções extrajudiciais,

desaparecimentos forçados, raptos, detenções sem julgamento, subornos e intimidações, violência e proibição-fantasma de todas as actividades políticas da oposição. O objectivo é, em última análise, dar ao ditador uma vantagem injusta sobre os seus adversários no dia das eleições seguinte. Tendo participado nas eleições presidenciais de 2021 no Uganda, a minha experiência é a seguinte.

Na primeira fase, o regime de Museveni tem como alvo os seus opositores políticos e os seus apoiantes. A perseguição nesta fase tem o duplo efeito de não só deixar os apoiantes da oposição desiludidos com as eleições, mas também de impedir os candidatos da oposição de terem qualquer contacto significativo com os eleitores. Isto nega-lhes efectivamente a oportunidade de se popularizarem a si próprios e às suas políticas alternativas, e permite a Museveni interagir com os mesmos eleitores sem ser contestado, sob o pretexto de lançar ou implementar projectos governamentais em todo o país.

A fraude eleitoral na segunda fase ocorreu meses antes, durante as campanhas presidenciais e no dia das eleições. Entre os incidentes, conta-se um em que a Comissão Eleitoral publicou os cadernos eleitorais nacionais "limpos", reflectindo que mais de 7.000 "eleitores" tinham 100 anos de idade ou mais. Alguns deles tinham mais de 150 anos! Mais tarde, recorrendo à polícia e às forças armadas, o Estado submeteu-me a mim e à minha equipa de campanha a uma operação militar brutal, disfarçada de campanha presidencial.

Eu e a minha equipa de campanha fomos sujeitos a espancamentos diários, gás pimenta, gás lacrimogéneo e balas reais por parte da polícia e dos militares, que nos seguiam para onde quer que tentássemos realizar reuniões de

campanha em todo o país. Devido a esta brutalidade, não realizámos campanhas em mais de 70% dos locais que tínhamos previamente agendado com a aprovação da Comissão Eleitoral.

Mesmo nos poucos locais onde realizámos campanhas, estas foram regularmente interrompidas pela polícia e pelos militares, que disparavam bombas sonoras, gás lacrimogénico e balas reais directamente contra mim e contra a multidão. Em consequência disso, alguns membros da minha equipa de campanha, bem como apoiantes, perderam a vida. Alguns perderam membros, enquanto outros sobreviveram com graves lesões físicas e psicológicas. O comandante dos guardas da polícia que nos foram destacados pela Comissão Eleitoral no início do período de campanha também foi baleado na perna, tendo sido retirado em consequência.

Durante as campanhas, fomos muitas vezes impedidos de falar em estações de comunicação social estatais e privadas, a quem já tínhamos pago. O regime chegou ao ponto de nos impedir de aceder a instalações de alojamento no interior do país, o que nos obrigou a dormir literalmente à beira da estrada em várias ocasiões.

Duas semanas antes do encerramento das campanhas, caímos numa emboscada militar quando nos deslocávamos a uma das ilhas para fazer campanha. Toda a minha equipa de campanha foi então presa e detida durante os seis meses seguintes.

Alguns dias antes do dia das eleições, 14 de Janeiro de 2021, o regime desligou a Internet em todo o país e enviou milhares de forças armadas e mercenários estrangeiros para os centros urbanos e outros redutos da oposição. Proibiu também a existência de centros de contagem independentes.

No dia da votação, os materiais eleitorais foram entregues tardiamente nas assembleias de voto nos bastiões da oposição, apesar de essas assembleias estarem perto dos escritórios da Comissão Eleitoral, que estava a distribuir os materiais. Em muitas assembleias de voto onde os materiais foram entregues a tempo, a votação começou tarde, e alguns eleitores perderam-na posteriormente.

A maioria dos agentes eleitorais que tínhamos destacado para supervisionar o processo e guardar os nossos votos em cada assembleia de voto foram mortos, presos, subornados ou intimidados a abandonar o seu posto. Os serviços de dinheiro móvel que utilizávamos para pagar os subsídios dos nossos agentes foram desactivados. Os meus números de telefone e os do meu círculo mais próximo também foram desactivados.

Os militares invadiram mesas de voto aleatórias, especialmente nas zonas rurais, afugentaram os eleitores que esperavam na fila para votar e depois assinalaram Museveni em todos os boletins de voto restantes. De seguida, colocaram-nos nas urnas e declararam a votação "encerrada".

A terceira fase começou com os militares a cercarem-me a mim e à minha família em casa, menos de um dia depois das eleições. Ficámos detidos em nossa casa durante os onze dias seguintes e fomos libertados depois de Museveni ter sido declarado vencedor. Nessa altura, já tinha perdido dez dias do prazo de quinze dias em que podia contestar a "vitória" de Museveni em tribunal.

A minha equipa jurídica utilizou os cinco dias para compilar à pressa provas e identificar testemunhas, redigir a petição e depois apresentá-la no Tribunal Supremo - um tribunal

presidido pelo antigo advogado de Museveni, o Juiz Alfonse Chigamoy Owiny-Dollo.

Acabámos por ser obrigados a retirar a petição depois de o tribunal ter rejeitado os nossos pedidos para alterar a petição, para apresentar provas adicionais e para que o conflituoso e tendencioso Owiny-Dollo se afastasse de estar entre os juízes que iriam ouvir a petição. Em Maio de 2021, Museveni acabou por tomar posse, completando mais um ciclo de cinco anos de fraude e manipulação eleitoral que veio a definir o seu reinado opressivo.

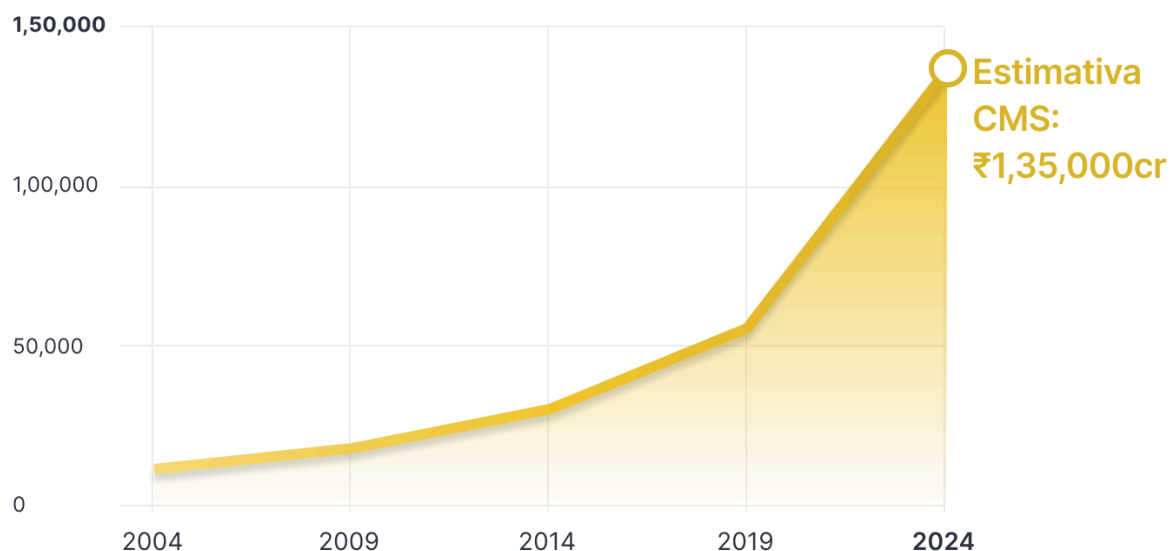
COMPRA DE VOTOS E 'POLÍTICA DO DINHEIRO'

Os governos têm uma vantagem natural no que diz respeito à compra de votos e à política do dinheiro, porque têm acesso direto aos recursos do Estado que podem usar para financiar suas campanhas. Eles também sabem que as comunidades locais ficam frequentemente frustradas com o fato de que os parlamentares e outros líderes fazem uma campanha intensa em suas áreas durante as eleições e depois passam mais tempo na capital uma vez eleitos. Dado que muitas das promessas de campanha são normalmente quebradas, é fácil perceber por que partidos no poder recorrem frequentemente à distribuição de dinheiro durante as campanhas, numa tentativa de melhorar a sua imagem e obter o favor dos eleitores. O que é distribuído varia frequentemente de país para país e de região para região. Dinheiro é comumente distribuído em comícios e esquinas de ruas, com comida, camisetas e bebidas

distribuídas livremente durante as reuniões de partidos. Esta é uma das razões pelas quais as eleições são frequentemente tão caras para candidatos e partidos de todos os tipos - com as eleições de 2024 na Índia definidas para serem uma das mais caras de sempre, com mais de 16 bilhões de dólares, de acordo com o *Economist*.⁷

Eleições caras

Gastos eleitorais dos partidos em 2024 quase dobraram desde a última eleição de Lok Sabha



Custo de cada voto

Despesas eleitorais/número de eleitores



A distribuição de dinheiro e presentes cumpre uma série de funções para um candidato. Pode demonstrar que o candidato é generoso e que está disposto a atuar como um líder da comunidade que irá tratar das preocupações dos cidadãos. Isto é particularmente importante em países que não têm um Estado de bem-estar social e onde normas se desenvolveram de que políticos atendam as necessidades básicas dos eleitores, desde taxas escolares e hospitalares até custos funerários. É também uma forma de os líderes demonstrarem que são acessíveis, o

que, como argumenta Portia Roeloffs, é uma das principais preocupações dos eleitores, especialmente em países com eleições baseadas em distritos.⁸



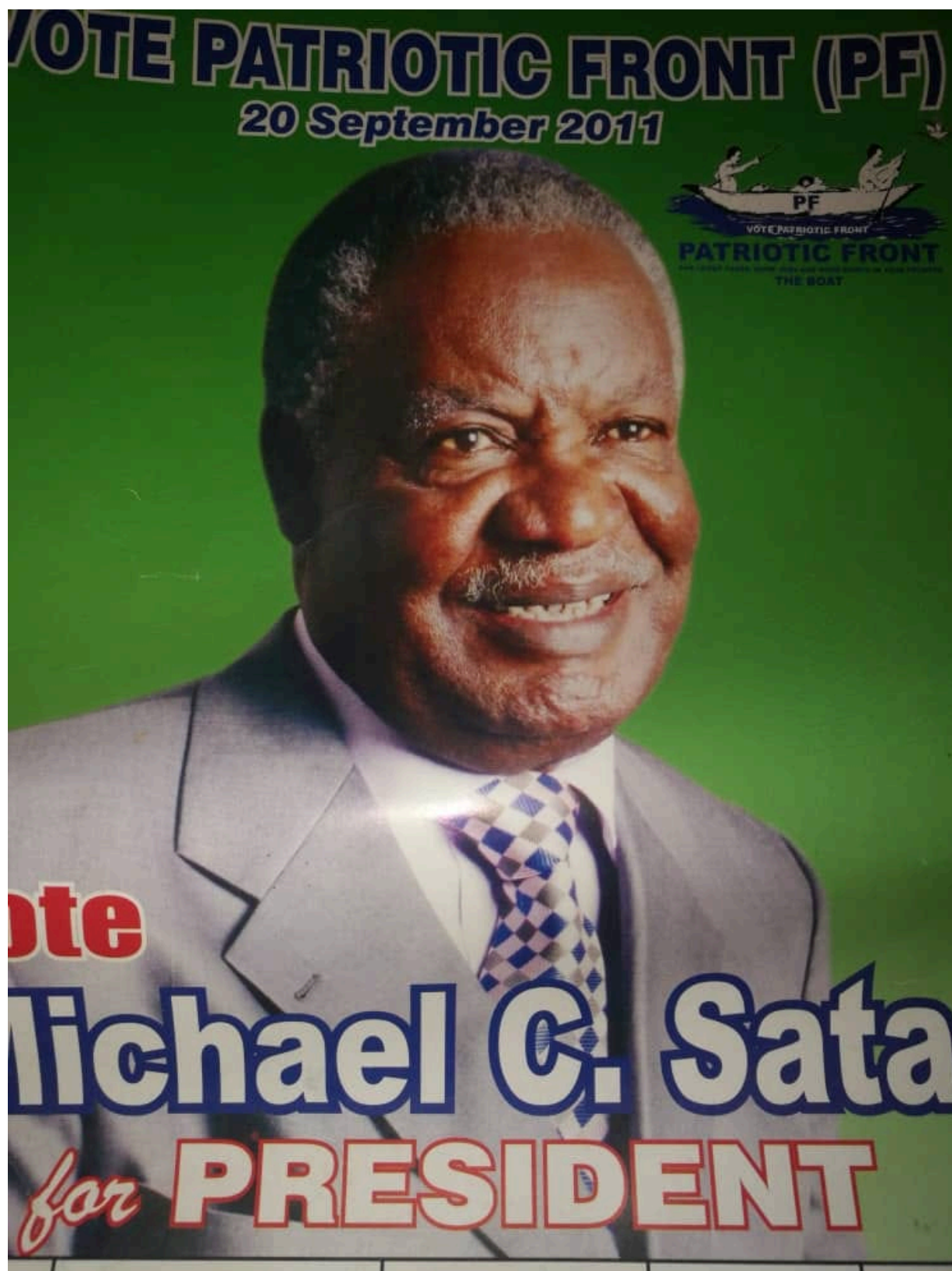
O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, saúda seus apoiadores durante uma carreata em 13 de maio de 2024 em Varanasi, Índia. A eleição geral de 2024 na Índia foi a mais cara do mundo, com partidos políticos e candidatos gastando generosamente para conquistar eleitores. Foto: Elke Scholiers/Getty Images

Apesar da onnipresença da compra de votos em muitos países, e do fato de que geralmente é ilegal, é muito raro ver processos judiciais por esse crime, ou vê-lo citado como uma razão para que uma eleição seja fraudulenta. Uma das razões para isso é que muitas vezes é praticado por uma ampla gama de candidatos de diferentes partidos. Outra é que as comissões eleitorais são geralmente cautelosas em apresentar casos contra líderes governamentais e muitas vezes requerem o apoio da polícia para obter uma acusação bem-sucedida em qualquer caso. Isso pode dar a impressão de que não há como combater a compra de votos, mas, na verdade, muitos partidos da oposição encontraram um meio de minar os governos que buscam comprar apoio, transformando tais práticas em uma poderosa ferramenta de campanha própria.

Um excelente exemplo vem das eleições fundacionais da Namíbia, quando a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO), que havia libertado o país, enfrentou a Aliança Turnhalle Democrática (DTA). No final do longo período de regime autoritário minoritário na Namíbia, a DTA havia se envolvido em conversações com o governo do apartheid na África do Sul que criou um plano para as eleições que deixaria aspectos fundamentais do apartheid inalterados. Reconhecendo que era improvável vencer com base na popularidade e legitimidade, a DTA começou a comprar votos. Em resposta, o líder da SWAPO, Sam Nujoma, percebeu que seu partido não poderia competir, dadas as grandes quantidades de dinheiro que fluíam para a DTA, e, em vez disso, disse aos namibianos que aceitassem o que lhes era oferecido, mas que votassem no interesse nacional. Como um dos seus colegas líderes da SWAPO declarou, 'Comam DTA, votem SWAPO'.⁹

Como responder efetivamente à compra de votos:

- Mostrar que seus candidatos são credíveis, sendo generosos e acessíveis às comunidades locais, mas não tentar competir com o partido no poder na compra de votos.
- Dizer aos cidadãos que podem aceitar dinheiro dos candidatos se tiverem de fazê-lo, mas que ainda podem votar no melhor.
- Construir a confiança dos eleitores no sigilo do voto, para que se sintam à vontade para votar na oposição, independentemente de quem lhes tenha dado presentes.
- Enfatizar que pequenas ofertas desaparecem em dias, enquanto os serviços públicos valem mais dinheiro e duram todo o ano.



Cartaz de campanha de Michael Sata. Fonte: Zambia News Express

Uma estratégia semelhante funcionou para Michael Sata e a oposição da Frente Patriótica (PF) na Zâmbia nas eleições gerais de 2011. Com uma desvantagem de mais de dez para um durante a campanha, a PF encorajou os seus apoiantes a não se esquecerem de que o voto era secreto, e que, por isso, podiam 'comer o bolo e ficar com ele'.¹⁰ Isto

levou a que Guy Scott, companheiro de candidatura de Sata, cunhasse a frase inglesa/bemba, 'Don't Kubeba', que significa 'Não lhes digas'. Esta estratégia foi extremamente eficaz, e Sata ganhou as eleições com 43% dos votos, mais 9% do que Rupiah Banda, do partido no poder.

De facto, tanto na Namíbia como na Zâmbia, os líderes da oposição conseguiram transformar o recurso do governo à compra de votos em seu próprio benefício, argumentando que isso demonstrava a corrupção do partido no poder e o pouco que este tinha feito para melhorar o nível de vida do cidadão comum. A este respeito, é importante ter em mente que a investigação demonstrou que os eleitores muitas vezes não consideram legítima uma tentativa flagrante de 'comprar' o seu apoio. Embora os presentes e as transferências financeiras como parte de uma relação a longo prazo sejam frequentemente considerados não só aceitáveis como desejáveis em países com baixos níveis de desenvolvimento económico, a sua legitimidade advém do facto de serem expressões de uma ligação mais profunda entre eleitores e líderes. Estes laços têm geralmente origem em ligações regionais, familiares, étnicas ou religiosas e evoluem ao longo de muitos anos, com líderes credíveis a investirem em projetos de desenvolvimento local e a atuarem como representantes regionais em debates públicos. A distribuição de dinheiro na ausência de uma ligação deste tipo pode, de facto, fazer com que um candidato perca o seu apoio se for visto como uma tentativa flagrante de comprar eleitores na ausência de ter cultivado uma relação real. Os partidos da oposição podem, por conseguinte, obter ganhos se chamarem a atenção para exemplos deste tipo de comportamento por parte dos líderes dos partidos no poder - e se assegurarem de que eles próprios nunca o cometem.

COMO OS AUTORITÁRIOS CONTROLAM A POPULAÇÃO E A CAMPANHA

A violência política é muito comum em eleições nas novas democracias e em contextos mais autoritários. Entre 2012 e 2016, um quarto de todas as eleições registrou violência contra a oposição. A violência é particularmente útil para o governo, pois serve a uma série de funções, como desmobilizar os apoiadores da oposição e silenciar os meios de comunicação, tornando a ideia de desertar para se juntar à oposição menos atraente para os membros do partido no poder. Em alguns casos, a violência é flagrante e cometida pela polícia e forças de segurança, sendo, nesse caso, óbvia para observadores e a comunidade internacional.

Em outros casos, os governos se tornaram muito bons em disfarçar a violência ou culpá-la sobre os partidos de oposição. Isto incluiu o emprego de atores não-estatais, como grupos de vigilantes e milícias, para que confrontos com apoiadores da oposição possam ser enquadrados como locais, espontâneos e/ou étnicos, portanto, fora do controle ou responsabilidade do governo. Também inclui táticas de 'falsa bandeira', como agentes do partido governista fingindo ser apoiadores da oposição e cometendo atos de violência bem publicitários que são usados para legitimar uma repressão contra os apoiadores da oposição.

Isso significa que os partidos de oposição frequentemente enfrentam um duplo desafio se quiserem vencer eleições injustas – proteger seus apoiadores e ativistas da violência, por um lado, enquanto capturam evidências de abusos para responsabilizar o partido no poder, por outro.

Para vencer é preciso planejar com antecedência:

- Criar uma equipa específica responsável pelo acompanhamento da violência, recolha de provas – incluindo fotografias e registos médicos – e pela apresentação destas a grupos de direitos nacionais e internacionais e observadores eleitorais.
- Estabelecer uma equipa de assistência social responsável por cuidar das pessoas feridas durante a violência e das famílias das pessoas mortas.
- Evitar responder com violência – isto legitima novos ataques do governo e cria a impressão nos meios de comunicação social e junto dos observadores internacionais de que as partes são 'tão más como as outras'.

O USO DA VIOLÊNCIA PARA DISCIPLINAR E MOBILIZAR

Especialmente nos casos em que a política de dividir para reinar e os esforços para silenciar as vozes críticas não são bem-sucedidos, os governos autoritários recorrem ao uso da violência. Parte-se frequentemente do princípio de que a violência é atraente para os autocratas porque intimida os líderes e apoiantes da oposição, facilitando assim a vitória nas eleições. No entanto, esta é apenas metade da história. Outra razão pela qual os ditadores recorrem à violência é para assustar de tal forma os seus próprios aliados e apoiantes que estes não considerem a hipótese de desertar para a oposição. Ao demonstrar o elevado custo de abandonar a aliança no poder, os autocratas podem reforçar a disciplina dentro das suas próprias fileiras - mesmo nos casos em que alguns dos seus aliados prefeririam sair. Isto é particularmente importante porque em muitos Estados autoritários enraizados, como o Uganda e o Ruanda, é pouco provável que o governo seja derrotado, a menos que haja uma cisão no seio do próprio partido no poder. De facto, em muitos países, a primeira

transferência de poder só ocorreu depois de uma facção se ter separado do governo. Na maioria dos casos, esta situação foi desencadeada pela intensidade da batalha de sucessão para substituir um presidente que tinha morrido no cargo ou que tinha sido forçado a abandonar o cargo por limite de mandatos, razão pela qual as eleições "abertas", em que o partido no poder tem de apresentar um novo candidato presidencial, têm muito mais probabilidades de resultar em transferências de poder.¹¹

Os múltiplos usos da violência política explicam por que razão esta estratégia continua a ser utilizada em todo o mundo, apesar do aparecimento da tecnologia dos telemóveis, o que significa que é muito mais provável que os abusos sejam registados. Nas eleições gerais de 2021 no Uganda, por exemplo, registou-se um aumento significativo do recurso à repressão em comparação com os escrutínios anteriores. Nomeadamente, o principal líder da oposição, Bobi Wine, foi continuamente perseguido, tendo também sido detido e maltratado.

Pensemos no assédio brutal, na tortura e no assassinato dos apoiantes do líder da oposição ugandesa Bobi Wine antes das eleições ugandesas de 2021.



Bobi Wine no chão após ter sido baleado. Fonte: X/@HEBobiWine

Uma vez que tal violência tenha sido empregada, os governos podem ser capazes de invocar a memória dela para reprimir comunidades e líderes da oposição por anos, deixando claro que a mesma coisa acontecerá se não se comportarem 'da maneira certa'. No Zimbábue, isso é às vezes chamado de 'violência sutil' ou 'agitar a caixa de fósforos' - ou seja, uma vez que você tenha incendiado a casa de alguém, você não precisa fazer isso novamente, apenas precisa ficar ao lado de fora agitando uma caixa de fósforos e as pessoas sentem uma pressão intensa para se alinharem.

A vantagem dessa abordagem é que ela reduz o número de abusos físicos que um governo precisa cometer, permitindo que a intimidação passe despercebida pelos observadores eleitorais e pela mídia de massa. Estratégias igualmente encobertas também são regularmente usadas para intimidar jornalistas e as principais instituições de freios e contrapesos. Juízes e observadores eleitorais domésticos, por exemplo, recebem regularmente ameaças de morte na preparação para a divulgação de veredictos importantes sobre processos eleitorais.

Raramente é sensato responder a essas táticas com violência, por duas razões. Primeiro, isso tende a legitimar o uso de maior violência contra a oposição, e o governo tem mais armas. Em segundo lugar, muitos governos demonizam partidos de oposição alegando que são arruaceiros que provocam tensões sociais, como discutido acima, e qualquer uso de violência torna essa estratégia mais fácil de operacionalizar.

Uma melhor opção é tentar exercer pressão doméstica e internacional para forçar o governo a reduzir o nível de repressão.

Para fazer isso, é importante coletar sistematicamente provas de abusos de direitos humanos para que possam ser apresentadas à mídia doméstica e internacional, aos tribunais e grupos da sociedade civil. Isso requer o desenvolvimento de uma rede forte para registrar incidentes violentos e evidências do que aconteceu, estabelecer laços com grupos de direitos humanos domésticos e da sociedade civil, e comunicar claramente com observadores eleitorais e mídia doméstica e internacional.

Como responder eficazmente ao uso da violência:

- Desenvolver uma rede sólida com os meios de comunicação social nacionais, regionais e internacionais e com os grupos de defesa dos direitos humanos, de modo a que as provas de abusos possam circular em tempo real.
- Explicar aos observadores e aos meios de comunicação social como a violência é cometida e como é organizada pelo partido no poder.
- Levar casos legais a tribunais regionais e internacionais, como o Tribunal Penal Internacional, o Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos e o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos.
- Sublinhar o empenho da oposição em abordagens inclusivas não violentas e evitar a ideia de que os partidos da oposição são os motores do conflito.

- Utilizar estratégias como a política "melancia" para que seja mais fácil para os apoiantes do partido escaparem à violência no dia-a-dia.
- Aproveitar a desaprovação pública da violência para descrever o partido no poder como uma fonte de instabilidade e desordem.

Deixar os apoiantes expostos a ataques é susceptível de minar o moral, pelo que é importante que os partidos da oposição sejam vistos como proactivos. Uma forma de o fazer é criar uma unidade interna responsável por cuidar das pessoas alvo de violência e das suas famílias, procurando ao mesmo tempo minimizar o risco de abusos dos direitos humanos. As medidas eficazes adoptadas por alguns partidos nos últimos dez anos incluem a utilização da política da 'melancia', em que os apoiantes da oposição são encorajados a não professar qualquer lealdade política ou a fingir que apoiam o partido no poder, a fim de navegar em segurança na campanha eleitoral.



"Melancia" enche o público durante as campanhas eleitorais na Serra Leoa. Foto: cocorioko.net

O termo provém da Serra Leoa e da Zâmbia, onde se referia a cidadãos que se vestiam de verde – a cor do partido no poder – por fora, mas eram ‘vermelhos’ – a cor do principal partido da oposição – por dentro. Essa tática torna mais difícil para os capangas do governo e ativistas saber quem atacar durante a campanha e quem tentar impedir de chegar à estação de votação para depositar um voto.

O que tais estratégias não podem fazer é proteger os apoiantes da oposição nas suas áreas de origem, onde o governo sabe que a maioria dos eleitores votará em partidos rivais. Para tentar defender os apoiantes nessas áreas, alguns políticos e líderes da oposição formaram grupos de ‘autodefesa’ para tentar proteger os apoiantes de ataques quando vão às urnas. Isso foi feito, por exemplo, por alguns líderes da oposição nas eleições nigerianas de 2023. Isso pode ajudar a aumentar a confiança dos eleitores de oposição, mas, mais uma vez, é crucial evitar ser visto empregando milícias para cometer violência, pelos motivos acima expostos. Na Nigéria, por exemplo, o emprego de milícias e gangues por políticos tem sido um contribuinte significativo para a espiral de violência testemunhada em muitas partes do país, o que deixou todos os cidadãos menos seguros e criou uma crise de segurança tão grave que ameaça minar as perspectivas de democracia.



EXEMPLO DE PAÍS



ANGOLA

A EXPERIÊNCIA ANGOLANA

por Paula Roque

A foto da capa mostra João Lourenço, presidente de Angola. Foto: The Kremlin (CC BY 4.0)

As eleições ajudaram a alcançar muitos objectivos estratégicos em Angola, para além das funções de eleição de um parlamento e de consolidação do processo democrático...

INTERRUPÇÃO DA CAMPANHA: PROIBIÇÃO DE MANIFESTAÇÕES, RESTRICÇÕES DE MOVIMENTOS, INFILTRAÇÃO E COOPTAÇÃO

Outro grande desafio que os partidos da oposição têm enfrentado nos últimos anos são as restrições à realização de campanhas. Em geral, os partidos da oposição têm muito mais probabilidades de verem os seus comícios proibidos e de enfrentarem restrições à realização de campanhas. Em países com legislação colonial repressiva ou desactualizada, isto é frequentemente feito através da recusa de emissão de licenças para a realização de eleições. Nas eleições de 2023 no Zimbabwe, por exemplo, a Coligação de Cidadãos para a Mudança, o principal partido da oposição, teve de cancelar o evento de lançamento da sua campanha depois de lhe ter sido negada autorização à última hora pela polícia, que alegou falta de instalações sanitárias. Noutros casos, preocupações espúrias com a segurança são frequentemente utilizadas para impedir ou encerrar comícios da oposição, quando a principal ameaça de violência provém, na verdade, de bandos governamentais e das forças de segurança, e não dos próprios membros da oposição.



SAY NO TO

**Abductions, Arrests, Lawfare
Intimidations, Rigged Elections**

Pôster de mídia social pela Coalizão de Cidadãos pela Mudança (CCC). Foto: X/CCCZimbabwe

O uso dessas estratégias atingiu o auge durante a epidemia de Covid-19, quando preocupações legítimas com a saúde foram usadas para criar um ambiente de campanha altamente restritivo. Em países como Uganda, por exemplo, os partidos da oposição foram regularmente impedidos de realizar reuniões e eventos, enquanto as mesmas regras raramente eram aplicadas da mesma forma ao governo. Essas estratégias podem ser particularmente difíceis de contrariar, especialmente quando aparentam ser legítimas devido a preocupações com a saúde ou segurança e quando são brutalmente reforçadas pelas forças de segurança. Durante a Covid-19, por exemplo, houve inúmeros

casos das forças de segurança cometendo graves violações dos direitos humanos, enquanto aplicavam medidas de distanciamento social, incluindo em toda a África, Ásia e América Latina.

Nos últimos dez anos, a estratégia mais eficaz para contrabalançar essas restrições tem sido encontrar formas alternativas de comunicar com os eleitores nas áreas afetadas, utilizando:

A.

incidentes em que candidatos da oposição são impedidos de realizar eventos para gerar apoio online e simpatia;

B.

redes sociais e mídia local, como rádios comunitárias e jornais regionais simpatizantes para comunicar com cidadãos em áreas que não podem ser alcançadas fisicamente; e

C.

espalhar mensagens chave da oposição através de estruturas e redes partidárias desenvolvidas antes da campanha.

Como responder eficazmente às restrições de campanha:

- Use provas, incluindo imagens de vídeo, se possível, para sensibilizar os cidadãos, observadores e a comunidade internacional sobre as restrições à oposição e a razão pela qual os comícios e reuniões são cancelados.
- Desenvolva mensagens direcionadas para essas áreas para que não se sintam excluídas da campanha, enfatizando preocupações locais e o compromisso da oposição em envolver-se com cidadãos e líderes dessas regiões.

- Use plataformas de redes sociais, rádios comunitárias e estruturas partidárias existentes para espalhar a mensagem, indo de porta em porta sempre que possível – a combinação de contato pessoal e mensagens nas redes sociais de líderes da oposição pode ser particularmente eficaz.

A combinação destas estratégias foi utilizada, por exemplo, pela campanha de Hichilema nas eleições zambianas de 2021. Em alguns casos, o governo tentou minar os movimentos de Hichilema, impedindo-o de alugar aviões para viajar para determinados locais ou fazendo com que as forças de segurança bloqueassem o progresso da sua caravana.



A polícia bloqueia a campanha de Hichilema em 29 de julho de 2021. Foto: The Lusaka Times; veja o artigo completo.

Durante alguns desses incidentes, a equipe da UPND capturou imagens de Hichilema explicando calma e decisivamente para os oficiais das forças de segurança por que ele deveria ter permissão para passar e o dano que eles estavam causando à democracia zambiana. Essas imagens foram então carregadas nas redes sociais, onde, em alguns

casos, se tornaram virais. Isso serviu a três propósitos. Primeiro, explicava aos apoiadores do partido e a outros cidadãos por que sua região não havia visto um comício da oposição - impedindo o governo de interpretar a ausência de uma reunião como prova de que a área não era valorizada pelo UPND. Segundo, o tom inteligente e razoável adotado por Hichilema, diante das razões irracionais que foram apresentadas para bloquear seu caminho, reforçou sua reputação como uma figura estadista, ao mesmo tempo que minava a legitimidade do governo. Terceiro, o envolvimento generalizado com as publicações da UPND nas redes sociais ajudou a alertar os observadores nacionais e internacionais para as restrições injustas que a oposição enfrentou durante a campanha.

Ao mesmo tempo, a campanha da UPND usou o WhatsApp e outras plataformas para comunicar mensagens em áreas que Hichilema não podia alcançar pessoalmente. Combinar esse tipo de mensagens com estratégias 'tradicionais', como ir de porta em porta em bairros provavelmente simpáticos à oposição, pode ser particularmente eficaz. Porque muitos indivíduos podem não ver mensagens no WhatsApp e Twitter, e porque os cidadãos valorizam particularmente candidatos que são acessíveis e abordáveis, como discutido acima, é extremamente impactante reforçar campanhas regionais com o contato pessoal ao nível das bases.

COMO OS AUTORITÁRIOS MANIPULAM ANTES DAS ELEIÇÕES

Os autocratas inteligentes não manipulam no dia das eleições - isso é para amadores. Os verdadeiros especialistas manipulam as sondagens com muita antecedência, longe dos olhos da comunicação social

internacional e dos observadores eleitorais. Duas das formas mais eficazes de o fazer são a *gerrymandering* e a supressão de eleitores. A *gerrymandering* é o processo de manipulação da configuração dos círculos eleitorais de modo a que o partido no poder obtenha mais lugares com o mesmo número de votos. A supressão de votos refere-se à utilização de várias estratégias para impedir que os eleitores de uma determinada identidade ou filiação partidária se registem para votar e/ou possam votar.

Estas estratégias são particularmente eficazes porque passam despercebidas e raramente são fonte de grande controvérsia eleitoral. A prova disso é o facto de serem amplamente utilizadas, mesmo em democracias estabelecidas. Um relatório recente do Brennan Center for Justice concluiu que, nos EUA, um número notável de 29 estados aprovou um total de 94 leis de voto restritivas nos últimos 10 anos.¹² Em muitos casos, estas novas leis tiveram o efeito de tornar menos provável que os eleitores não brancos fossem às urnas nos estados controlados pelo Partido Republicano.



Assim, a motivação por trás dessas mudanças é clara:

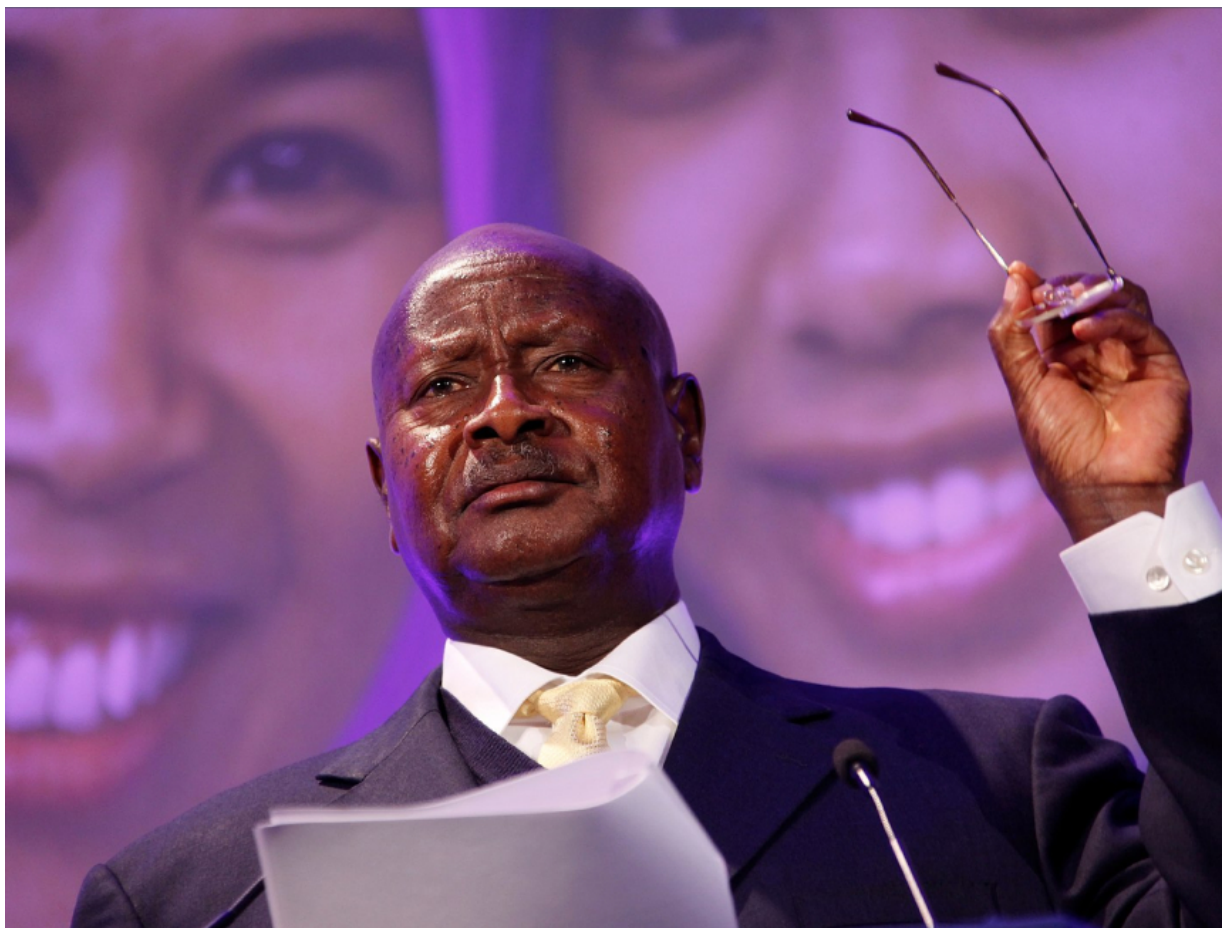
elas são projetadas para impedir que grupos propensos a votar nos democratas depositem seus votos.

Ao mesmo tempo, há uma manipulação eleitoral disseminada tanto por republicanos quanto democratas que buscam traçar as fronteiras dos círculos eleitorais de uma forma que lhes permita ganhar mais votos. Isso distorce o mapa eleitoral e também tem um efeito partidário, dando aos republicanos entre 10 e 20 assentos que, de outra forma, eles não ganhariam.

O facto de estas práticas serem comuns e moldarem os resultados eleitorais nas "democracias estabelecidas" demonstra a importância de os partidos e líderes da oposição encontrarem formas de as contestar.

Para vencer é preciso planear com antecedência:

- Estabeleça uma unidade para ajudar os apoiantes a obterem documentos de identificação nacionais (se necessário) e a registarem-se para votar.
- Reforce a capacidade de recolher provas de práticas de registo injustas, nomeadamente durante o recenseamento eleitoral, que é menos susceptível de ser acompanhado pelos meios de comunicação social e pelos observadores.
- Pressione os doadores internacionais e a comissão eleitoral para que introduzam a tecnologia biométrica digital no registo dos eleitores.



EXEMPLO DE PAÍS



UGANDA

COMO É QUE AS ELEIÇÕES NO UGANDA TÊM SIDO MANIPULADAS E COMO É QUE ESSA MANIPULAÇÃO TEM MUDADO AO LONGO DO TEMPO

A imagem mostra o Presidente Museveni. Foto: Flickr/Russell Watkins (CC BY-SA 2.0)

Em 18 de Janeiro de 2021, Yoweri Museveni, que é presidente do Uganda desde 1986, obteve a sua sexta vitória eleitoral, com 59% dos votos. O processo eleitoral foi marcado por

assédio sistemático, intimidação e actos de violência contra a oposição política do país, que era liderada pelo músico mais popular do país e legislador da Plataforma de Unidade Nacional, Robert Kyagulanyi.

Como muitos autocratas que governam há muito tempo, em África e noutros lugares, Museveni afinou as suas táticas de sobrevivência ao longo do tempo. O seu regime é sustentado pelos quase 2 bilhões de dólares de ajuda que recebe anualmente dos Estados Unidos e de grandes instituições mundiais como o Banco Mundial. Assim, estabeleceu-se meticulosamente para se manter no controlo de um país em que a maioria dos seus cidadãos já não estava viva quando ele tomou o poder há uma geração. De facto, ele tem sido um pioneiro em muitos aspectos. Em 2005, por exemplo, orquestrou a eliminação dos limites constitucionais dos mandatos presidenciais. E em 2018, seguiu-se a eliminação dos limites de idade presidencial.

Durante o seu reinado de quase quatro décadas, o Uganda tornou-se um dos Estados policiais mais repressivos, não só em África, mas possivelmente no mundo. No período que antecedeu e durante os períodos eleitorais, Museveni estabeleceu um plano: confiar na aplicação partidária da lei para suprimir qualquer aparência de dissidência ou mobilização da oposição; ameaçar os meios de comunicação social locais e impedir a entrada de repórteres internacionais no país; encerrar os principais grupos de educação cívica e social, ao mesmo tempo que prende os seus líderes com base em acusações forjadas; e, quando tudo o resto falha, usar a força letal contra os opositores ao regime e os manifestantes pacíficos. Museveni procura justificar essa violência alegando

que os manifestantes pró-oposição, em particular, são meros "agentes de esquemas estrangeiros".

Embora a violência patrocinada pelo Estado contra aqueles que são considerados, ou de outra forma enquadrados pelo governo, como oponentes políticos tenha sido um pilar, a máquina política de Museveni também demonstrou capacidade de se adaptar aos tempos. Antes das eleições de 2021, por exemplo, o regime encerrou as redes sociais, incluindo o Facebook, o Instagram e o Twitter, o que se prolongou até ao próprio dia das eleições. As autoridades também negaram a acreditação aos observadores eleitorais. Ambas as acções foram tentativas claras de impedir as denúncias de enchimento de urnas; de ocultar o suborno, espancamento, detenção e alegado assassinio de observadores eleitorais e voluntários dos partidos da oposição; bem como de oferecer ao regime uma desculpa de negação plausível no que diz respeito às chocantes violações dos direitos humanos cometidas rotineiramente pelas forças de segurança ugandesas.

O mais ameaçador é o facto de a violência do Estado ser agora mais intensa e o número de mortos estar a aumentar. Antes das últimas eleições, por exemplo, em Novembro de 2020, cidadãos armados apenas com smartphones capturaram as forças de segurança a disparar balas reais contra civis que protestavam contra a mais recente detenção do líder da oposição, Robert Kyagulanyi. No total, foi confirmada a morte de 54 pessoas em plena luz do dia, tendo a polícia detido mais de 1 000 pessoas no âmbito dos tumultos que se seguiram. A seguir às eleições, quando Kyagulanyi regressou a casa depois de ter votado, encontrou soldados acampados na sua propriedade e, durante os onze dias seguintes, ele e a sua

família permaneceram em prisão domiciliária - uma ocorrência agora rotineira de cada vez que chega ao país depois de uma viagem ao estrangeiro.

Em consequência, uma sondagem recente da Gallup revelou que apenas cerca de um terço dos inquiridos no Uganda se diz confiante na integridade das eleições do seu país. Ter a audácia de se candidatar a um cargo político, ou apoiar um candidato da oposição, não deveria ser o equivalente a uma sentença de morte. Infelizmente para o Uganda e para os cidadãos ugandeses, parece ser esse o caso actualmente e no futuro.

GERRYMANDERING, MANIPULAÇÃO DO REGISTRO ELEITORAL E SUPRESSÃO DE VOTOS

A manipulação do registo eleitoral e a supressão de eleitores tendem a envolver sete estratégias principais projetadas para maximizar o número de eleitores do partido governante nas listas e excluir os apoiantes da oposição.



Ilustração de Gerrymandering. Ilustração: Brennan Centre

PRIMEIRO,

localizar mais centros de registro e dedicar mais tempo e recursos para registrar eleitores em redutos conhecidos do partido no poder do que em áreas da oposição.

SEGUNDO,

usar violência e intimidação para semear medo entre as comunidades de oposição e tornar menos provável que se registrem, e/ou deslocar apoiadores da oposição para que eles não tenham os documentos necessários para se registrar.

TERCEIRO,

não processar pedidos de cartões de identidade nacional ou documentação semelhante que é necessária (em muitos países, mas não em todos) para registrar-se para votar provenientes de áreas da oposição.

QUARTO,

manipular os cadernos eleitorais para excluir eleitores de certas áreas ou origens.

QUINTO,

permitir que eleitores mortos permaneçam nas listas eleitorais para que agentes do partido no poder possam votar em seu nome.

SEXTO,

negar aos grupos da sociedade civil o direito de realizar campanhas de registro eleitoral e projetos de educação dos eleitores. Sétimo, negar aos partidos da oposição, grupos da sociedade civil e observadores eleitorais o acesso ao registro eleitoral para permitir que inspecionem efetivamente e identifiquem erros.

Em alguns casos, uma combinação de todas as sete estratégias é usada.

Isso pode levar a registros eleitorais horrivelmente inchados que sub-representam significativamente certos grupos e a sociedade, incluindo eleitores mais jovens, que geralmente têm menos probabilidade de ter os documentos necessários para se registrar porque apenas recentemente atingiram a maioria. Os partidos da oposição que esperam se beneficiar de um 'dividendo juvenil' precisam, portanto, tomar medidas para garantir que os jovens realmente possam se registrar para votar. Ao mesmo tempo, a presença de muitos cidadãos falecidos nos cadernos eleitorais facilita o 'voto fantasma', pois ativistas do partido no poder e funcionários eleitorais cooptados podem colocar cédulas falsas em nome desses indivíduos, seguros de que não comparecerão para votar por si mesmos. Esta estratégia é

particularmente eficaz porque significa que o governo pode encher a urna de votos sem nunca acabar com mais de 100% de presença.



Eleitores numa estação de votação em Uganda. Foto: Flickr/Secretariado da Commonwealth (CC BY-NC 2.0)

Esta é uma estratégia frequentemente utilizada pelo Presidente Yoweri Museveni no Uganda. Nas eleições gerais de 2016, 43 mesas de voto no distrito de Kiruhura, parte dos seus bastiões, assistiram a algo espantoso: todas as pessoas votaram, e...

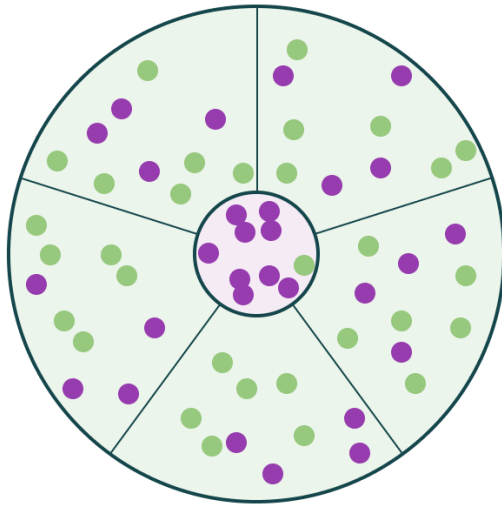
todas as pessoas votaram em Museveni. Não houve um único boletim de voto que tenha sido anulado e nem uma única pessoa que estivesse demasiado doente para ir às urnas.

A realidade, claro, foi que os funcionários eleitorais e do partido no poder tinham conspirado para acrescentar votos para aqueles que não apareceram, e os boletins 'interpretados' que deveriam ter sido rejeitados foram contados como votos para Museveni. Como resultado,

o presidente recebeu 100% de apoio com 100% de afluência às urnas. Embora seja óbvio para todos que esta eleição foi manipulada, porque a afluência às urnas nunca excedeu os 100%, não se tratou de uma infracção eleitoral e atraiu muito menos atenção do que deveria ter atraído.

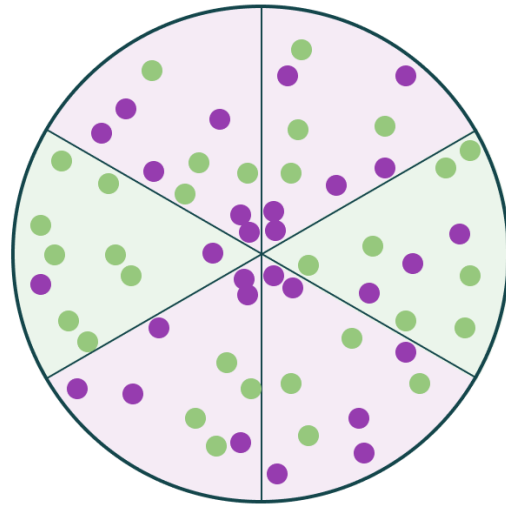
No que diz respeito à gerrymandering, esta assume normalmente a forma de os governos aumentarem o número de assentos legislativos nos seus bastiões mais do que nos bastiões da oposição. Esta prática é contrária às melhores práticas internacionais, segundo as quais as fronteiras devem ser traçadas de modo a garantir que haja aproximadamente o mesmo número de pessoas em cada círculo eleitoral, uma vez tidas em conta questões como as características naturais (rios e montanhas) e a configuração de outras unidades administrativas. Em muitos países, isto resulta numa distribuição regional distintiva dos lugares. Por exemplo, uma vez que os partidos da oposição obtêm frequentemente um maior apoio nas zonas urbanas, que têm mais acesso à informação e são mais difíceis de controlar pelos governos, estes criam deliberadamente mais assentos legislativos do que deveriam existir nas zonas rurais e menos nas zonas urbanas. Nos sistemas políticos parlamentares, este método pode ser utilizado para evitar que os governos percam o poder, uma vez que é o maior partido no parlamento que selecciona o primeiro-ministro.

VERDE NO COMANDO



5 distritos verdes 1 distritos roxos

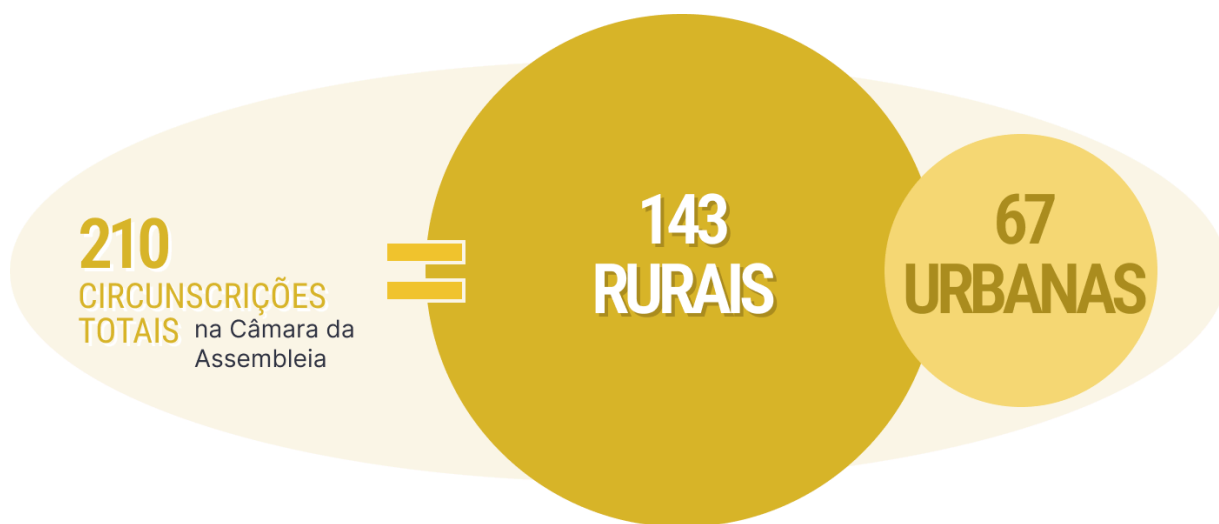
ROXO NO COMANDO



2 distritos verdes 4 distritos roxos

Nos sistemas presidenciais, a manipulação dos distritos eleitorais não pode determinar quem lidera o país, pois aplica-se às eleições baseadas nos círculos eleitorais, como as disputas para membros do parlamento e conselheiros locais, mas não deixa de ser importante porque pode ser usada para minar o escrutínio legislativo e permitir que o governo consiga uma maioria suficientemente grande para mudar a constituição.

O uso da manipulação dos distritos eleitorais é perfeitamente demonstrado pelo caso do Zimbabwe. Antes das eleições de 2008, um relatório de delimitação propôs redesenhar o mapa eleitoral, aumentando o número de assentos de 120 para 210. A grande maioria dos novos assentos foram localizados em áreas rurais, apesar de o Zimbabwe ter grandes cidades e uma população urbana de milhões de habitantes. De acordo com Ian Makone, que ajudou a dirigir a campanha do Movimento para a Mudança Democrática nessa eleição, 'a nossa direcção eleitoral estabeleceu que dos 210 círculos eleitorais na Assembleia Nacional, 143 são círculos rurais, enquanto apenas 67 são urbanos e periurbanos. Portanto, tecnicamente falando, a ZANU-PF já tem a maioria crucial de dois terços na Câmara Baixa antes mesmo de um único voto ser lançado.'



É muito difícil responder efetivamente a essas estratégias. Como são mais técnicas e feitas bem antes das eleições, tendem a receber menos atenção da mídia e da comunidade internacional. Também têm menos visibilidade, portanto, pode ser mais difícil mobilizar os cidadãos contra elas. Outro desafio é que pode ser perigoso enfatizar o excesso de manipulação durante uma campanha eleitoral porque isso pode desmoralizar os apoiadores e fazê-los sentir que não adianta votar se as eleições já estão manipuladas. Portanto, é particularmente importante direcionar as mensagens, enfatizando a manipulação para observadores eleitorais, a comissão eleitoral e doadores internacionais, mas ressaltando como a ação eficaz por parte dos apoiadores e ativistas do partido resultará em vitória ao falar com a mídia doméstica e os apoiadores do partido.

Como responder eficazmente à manipulação das listas eleitorais e ao gerrymandering:

- Incentivar um grupo independente da sociedade civil e/ou investigadores a elaborar um relatório sobre as fronteiras dos círculos eleitorais, a sua equidade e o seu provável impacto no processo eleitoral.
- Exigir o direito de inspeccionar e verificar os cadernos eleitorais muito antes do dia da votação.
- Realizar continuamente acções para garantir que os apoiantes da oposição possuem os documentos de identificação necessários e estão registados

para votar.

- Expor e realçar a parcialidade do sistema de forma clara e forte à comissão eleitoral e aos observadores eleitorais antes do dia das eleições.
- Tenha cuidado para não transmitir uma mensagem que seja interpretada como implicando que as eleições já estão perdidas/não podem ser ganhas, pois isso pode desmoralizar os apoiantes e reduzir a afluência às urnas - em vez disso, sublinhe a forma como o partido e os seus apoiantes estão a trabalhar para ultrapassar os desafios que enfrentam.

Embora possa ser particularmente desafiador garantir uma mudança positiva nesta área, as eleições recentes trouxeram melhorias consideráveis na qualidade dos cadernos eleitorais em muitos países, embora isso nem sempre tenha resultado em vitórias da oposição. A introdução do recenseamento biométrico dos eleitores tem sido muito eficaz na remoção dos eleitores mortos dos cadernos eleitorais.

Na Nigéria, por exemplo, "a introdução do recenseamento eleitoral biométrico, completo com cartões de eleitor permanentes biométricos, foi responsável pela eliminação de cerca de 10 milhões de registos ilegítimos das listas eleitorais, abrindo caminho a eleições de melhor qualidade e, em última análise, facilitando a transferência de poder em 2015".¹⁴ Aos olhos do Grupo de Observadores da Commonwealth, "a introdução de Cartões de Eleitor Permanentemente biométricos é, na nossa opinião, um fator importante para reforçar a integridade do processo eleitoral, garantindo que apenas os eleitores elegíveis possam votar no dia da votação".¹⁵ Juntamente com a formação de uma forte coligação da oposição, e o fraco desempenho do Presidente Goodluck Jonathan, este facto resultou na primeira vitória da oposição desde a reintrodução do multipartidarismo em 1999.



Um funcionário eleitoral escaneia o polegar de um eleitor usando um sistema biométrico em uma seção eleitoral em Lagos em 28 de março de 2015. Foto: EMMANUEL AREWA/AFP via Getty Images

Reduzir o número de eleitores falecidos na lista é apenas o primeiro passo que os partidos de oposição precisam pressionar, porém. Também é crucial garantir que, uma vez que uma lista de eleitores tenha sido elaborada, ela seja totalmente auditada. Partidos no poder tendem a querer impedir isso, mas às vezes concordam com um processo de auditoria como parte das reformas para tentar re-legitimar o sistema político após uma crise, ou porque não entendem totalmente o significado do que parece ser um processo árido e tecnocrático. Após a violência de 2007/2008 no Quênia, o novo papel eleitoral – gerado por meio de tecnologia biométrica – foi auditado de forma independente pela KPMG e também foi disponibilizado para ser auditado por grupos da sociedade civil.

O melhor a fazer nesse sentido é testar o recenseamento de pelo menos três maneiras:

UM

Realizar um teste para ver quantos registros duplicados existem e se alguém está registrado que não deveria estar (ou seja, porque são muito jovens ou não estão ligados a um endereço específico).

DOIS

Recolher uma amostra da lista (por exemplo, 1.200 inscrições na lista) e depois encontrar essas pessoas para se certificar de que são eleitores reais e de que os seus dados foram registrados corretamente.

TRÊS

Recolher uma amostra do eleitorado (por exemplo, 1.200 pessoas que possam provar que passaram pelo processo de registro) e certificar-se de que estão corretamente incluídas no registro.

A realização de versões destes testes melhorou significativamente a lista de eleitores em países como o Quênia e o Zimbábue. Enquanto uma série de outros abusos significa que a ZANU-PF ainda está no poder no Zimbábue, o Quênia teve sua segunda transferência de poder em 2022, em parte devido a melhorias na equidade do sistema eleitoral.

É importante notar, no entanto, que a simples realização dos testes não melhora o registro eleitoral em si - para isso, é essencial que as conclusões sejam implementadas; por exemplo, eliminando entradas duplicadas.

Onde a supressão de votos é uma preocupação, uma das coisas mais importantes que os partidos da oposição podem fazer é garantir que estão constantemente empenhados em:

A

certificar-se de que os apoiadores têm documentos de identidade nacionais relevantes; e

B

certificar-se de que os apoiadores estão registrados para votar o mais cedo possível no ciclo.

Uma forma eficaz de fazer isso é dividir as áreas conhecidas por apoiar a oposição em diferentes ruas ou grupos de casas e depois dividi-las entre os ativistas do partido, que podem ir de porta em porta oferecendo transporte aos cidadãos (por exemplo, uma carona no carro ou em um ônibus) para o centro de votação. Uma estratégia semelhante deve ser usada para mobilizar eleitores para as próprias eleições. o que



EXEMPLO DE PAÍS



CAMEROON

A LONGEVIDADE DE PAUL BIYA NO PODER E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS CAMARÕES

por Felix Nkongho

A imagem do cartaz mostra Paul Biya, Presidente da República dos Camarões, discursando na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2009.

Foto: Flickr/United Nations Photo (CC BY-NC-ND 2.0)

Paul Biya, o Presidente dos Camarões, conseguiu manter-se no poder durante 42 anos, desafiando os apelos à mudança democrática e à transição política. O seu reinado prolongado

tem-se caracterizado por várias estratégias e ações que consolidaram o seu controlo e enfraqueceram as forças da oposição.

Biya expurgou estrategicamente potenciais rivais no seio do partido no poder, eliminando efetivamente quaisquer desafios significativos à sua liderança. Ao excluir as vozes discordantes, estabeleceu um sistema monolítico em que os partidos da oposição são controlados ou manipulados, enfraquecendo a oposição política legítima.

O recurso a políticas de divisão e governação tem sido uma estratégia recorrente no livro de jogo de Biya. Ao explorar as divisões étnicas, regionais e linguísticas, Biya fomentou as clivagens entre a população, impedindo assim a formação de uma frente de oposição unificada. Esta tática tem sufocado eficazmente a dissidência e mantido uma paisagem política fragmentada.

Biya tem recorrido sistematicamente às forças militares e de segurança para suprimir as vozes da oposição e reprimir a dissidência. A perseguição dos apoiantes da oposição, dos activistas e dos jornalistas criou uma atmosfera de medo, desencorajando a oposição política e as críticas públicas ao seu regime.

O Presidente também explorou a mecânica eleitoral em seu proveito. Através do redesenho das fronteiras e de alegadas fraudes eleitorais, alargou as suas vitórias e consolidou a sua maioria. As eleições tornaram-se meros inconvenientes processuais, com Biya a concorrer praticamente sem oposição e com um risco mínimo de perder o poder.

Biya cultivou uma classe política que procura rendimentos e que se mantém fiel ao seu regime. Ao criar um sistema em que

as elites políticas beneficiam da sua lealdade para com ele, Biya assegura o seu apoio e minimiza a resistência ao seu regime. Este sistema de clientelismo reforça ainda mais o seu poder e perpetua uma cultura de corrupção e nepotismo.

A ausência de uma oposição unida e consolidada favoreceu Biya. As divisões internas, as rivalidades pessoais e a falta de estratégias coesas enfraqueceram as forças da oposição, facilitando a Biya a manutenção do seu controlo do poder.

O conflito anglófono, caracterizado por tensões e violência entre o governo e as regiões anglófonas, permitiu a Biya desviar as atenções da sua má governação. Ao enquadrar o conflito como uma questão de segurança nacional, Biya desviou efectivamente a atenção das suas próprias falhas de governação para ameaças externas, consolidando assim ainda mais o seu poder.

Biya tem beneficiado do apoio de potências estrangeiras, nomeadamente da França e, mais recentemente, da Rússia, que lhe têm dado apoio político e económico. Este apoio reforçou a estabilidade do seu regime e reduziu a pressão internacional para a realização de reformas políticas.

O Presidente centralizou o poder, criando um sistema em que as principais decisões e políticas são controladas por ele. Esta concentração de poder limita os controlos e equilíbrios, corrói as instituições democráticas e compromete a responsabilidade da governação.

As consequências da permanência prolongada de Biya no poder são significativas para os Camarões. A ausência de renovação política e de transição democrática asfixiou a participação política, impediu o desenvolvimento social e económico e perpetuou a corrupção sistémica. A falta de

responsabilização e de transparência minou a confiança no governo, conduzindo ao descontentamento social e à instabilidade.

As consequências do seu governo prolongado tiveram profundas implicações na paisagem política dos Camarões, dificultando o progresso democrático e impedindo o desenvolvimento do país. Para fazer face a estes desafios, serão necessários esforços concertados para fomentar verdadeiras reformas democráticas, promover a inclusão e restaurar a confiança nas instituições de governação.

COMO MANIPULAR UMA ELEIÇÃO

Quando os governos autoritários são impopulares, as eleições frequentemente apresentam altos níveis de manipulação tanto no processo de votação quanto no processo de contagem. Estes costumam cair em duas categorias principais.

PRIMEIRO,

estratégias são projetadas para suprimir o voto da oposição. Isso pode incluir esforços para manter os eleitores longe das seções eleitorais em áreas de oposição, como violência ou interrupção de rotas de transporte, esforços para intimidar eleitores dentro das seções eleitorais, como uma presença militar pesada, e tentativas de minar a confidencialidade do voto.

SEGUNDO,

onde isso não funciona e os governos parecem caminhar para derrota, nós também vemos uma variedade de métodos sendo usados para manipular a contagem de votos em si, incluindo queima ou descarte dos votos da oposição, enchimento de urnas e a contagem deliberada incorreta dos votos.

A maneira mais eficaz de detectar a manipulação é construir uma forte estrutura de agentes partidários que possam monitorar as eleições desde a seção eleitoral até o nível nacional. Mas isso é mais fácil de dizer do que fazer, pois é um exercício logístico extremamente custoso e desafiador. Pelo menos dois agentes partidários são necessários por seção eleitoral. Em um país como a Nigéria, que tem quase 180.000 seções eleitorais, isso significa recrutar, treinar e pagar 360.000 pessoas. Outro problema é a interferência do governo. Os governos geralmente querem evitar fraudes eleitorais flagrantes, pois é mais provável que sejam condenadas e desencadeiem protestos populares. Isso significa que eles costumam se envolver em estratégias destinadas a cooptar e/ou intimidar agentes dos partidos de oposição para impedi-los de coletar informações. Alguns governos também desenvolveram estratégias engenhosas ao longo dos anos para tentar mascarar a fraude, como criar novos aplicativos móveis projetados para fazer parecer que métodos modernos estão sendo usados para proteger o voto, enquanto na realidade o sistema foi pré-programado para entregar uma vitória governamental.

Se os partidos de oposição não responderem efetivamente a essas estratégias, é provável que acabem

Para vencer é preciso planejar com antecedência:

- Exigir que os resultados sejam divulgados ao nível das assembleias de voto - esta é a questão mais importante quando se trata de poder expor as fraudes

eleitorais.

- Criar uma estrutura partidária eficaz que inclua o nível da assembleia de voto e facilite a identificação de potenciais agentes que compreendam a localidade de cada assembleia de voto.
- Identificar as principais ameaças ao processo eleitoral e quais os indicadores que os agentes dos partidos e outros podem procurar para demonstrar se estão a ocorrer.
- Criar um sistema eficaz e simples que permita uma comunicação rápida entre as sedes dos partidos e as assembleias de voto.
- Certificar-se sempre de que as estruturas partidárias e as estratégias de controlo podem funcionar numa base 'manual' para as proteger de cortes na Internet.
- Criar uma equipa de peritos jurídicos para elaborar queixas e petições eleitorais antes da campanha.

ABUSOS NAS MESAS ELEITORAIS

Nos últimos cinco anos, houve um aumento significativo nos esforços para fazer os eleitores se sentirem inseguros nas seções eleitorais. Isto incluiu colocar câmeras de vídeo nas seções eleitorais na Rússia, virar as cabines de votação para que possam ser vistas por agentes partidários no Zimbábue e localizar uma grande presença de segurança ou um grupo de apoiadores do partido governante perto da entrada em Uganda.



Políciais ugandeses sentam-se em um caminhão em uma estação de votação em Magere, Uganda, em 14 de janeiro de 2021. Os ugandeses começaram a votar em uma eleição tensa em 14 de janeiro de 2021, sob forte segurança e um apagão da internet, enquanto o líder veterano Yoweri Museveni busca um sexto mandato contra uma ex-estrela pop com metade da sua idade. A internet caiu na véspera do voto, com algumas partes do país relatando interrupções completas ou lentidões significativas, após uma das campanhas eleitorais mais violentas em anos. Foto: SUMY SADURNI/AFP via Getty Images

Em alguns países menos ricos, estas estratégias são facilitadas pelo fato de que cidadãos em áreas rurais frequentemente votam ao ar livre, preenchendo a cédula ao se abaixar e colocá-la em um balde, em vez de ficar atrás de uma tela em um local físico de votação. O controle rigoroso de quem comparece para votar por líderes tradicionais e oficiais do partido governante também é comum em distritos rurais. Um dos desenvolvimentos que facilitou isso nos últimos anos é o tamanho decrescente das seções eleitorais, que muitas vezes é motivado pelo desejo de reduzir o comprimento das filas, mas também facilita ver como certas aldeias e grupos votaram.

Nestas condições, é mais fácil fazer com que os eleitores tenham que seu voto não seja secreto. Isso é importante porque significa que podem temer represálias e porque, se aceitaram dinheiro de candidatos do partido no poder, podem se sentir incapazes de 'votar com a

consciência'. Portanto, é essencial que os partidos de oposição mobilizem efetivamente para minimizar os abusos nas seções eleitorais.

Como responder efetivamente a abusos em postos de votação:

- Certifique-se de que os agentes partidários operem em pares para que sempre haja alguém presente, e eles sejam menos propensos a serem cooptados pelo partido no poder.
- Pague os agentes partidários e forneça-lhes alimentos para que se sintam valorizados e não precisem deixar o posto de votação em nenhum momento.
- Teste a lealdade dos agentes partidários através de um exame que inclui perguntas sobre a história, políticas e líderes do partido.
- Treine os agentes partidários para que compreendam as regras eleitorais e como a eleição é suscetível de ser manipulada – não faz sentido ter agentes partidários se eles não souberem quando intervir.
- Certifique-se de que os agentes partidários façam parte de uma rede centralizada para que quaisquer abusos possam ser rapidamente comunicados ao longo do sistema e apresentados aos observadores eleitorais, à comissão eleitoral e aos doadores internacionais.
- Desenvolva um sistema que possa funcionar manualmente ou em papel, caso o governo derrube a Internet.

Os partidos de oposição muitas vezes lutam para responder a essas estratégias porque é difícil recrutar agentes partidários suficientes e porque preferem investir dinheiro em comícios e campanhas na mídia em vez de em agentes partidários. Esta é uma das razões pela qual os partidos de oposição frequentemente falham em coletar as provas que precisam para poder demonstrar a manipulação eleitoral. Quando os partidos de oposição realmente investem em tais estruturas, o resultado é muitas vezes dramático, pois os agentes podem imediatamente desafiar práticas problemáticas, como os esforços dos funcionários eleitorais para influenciar os eleitores. Isso é fundamental porque os observadores eleitorais não estão autorizados a intervir diretamente nas

eleições – o trabalho deles é registrar abusos, mas eles não têm o direito de parar tais abusos. Ter agentes partidários à disposição que possam protestar imediatamente junto ao presidente da mesa e escalar preocupações para oficiais partidários e eleitorais a nível nacional é, portanto, crítico.



Ação eleitoral em Gana em 2016. Foto: Embaixada Americana em Gana (PDM 1.0)

Na eleição de 2016 em Gana, por exemplo, o partido de oposição Novo Partido Patriótico (NPP) usou suas extensas redes partidárias para recrutar dezenas de milhares de agentes partidários. O NPP fez isso ao oferecer cursos centralizados para ensinar aos potenciais agentes as regras eleitorais e, em seguida, testando os candidatos potenciais sobre aspectos chave do processo eleitoral, além de sua história e lealdade ao partido. Além de tomar medidas para garantir a lealdade e a adequação dos agentes partidários, o NPP estabeleceu estruturas para assegurar que eles pudessem permanecer na sua mesa de votação; por exemplo, ao fazer com que membros do partido distribuíssem comida de bicicleta. Isso permitiu que os agentes partidários desafiassem os oficiais das mesas de voto quando sentiam que havia uma atmosfera de intimidação.

Por exemplo, quando um grupo de 'soldados de infantaria' do partido no poder se formou em torno da entrada e saída de uma mesa de votação, agentes do partido de oposição chamaram a atenção do pessoal da mesa para o fato de que isso estava em contravenção com as diretrizes eleitorais. Embora a mesa estivesse em um reduto do partido no poder, os oficiais se sentiram compelidos a pedir que o grupo se dispersasse porque também havia observadores nacionais e internacionais presentes que teriam registrado o incidente caso essa ação não fosse tomada.¹⁶ Além de permitir que os apoiadores do NPP votassem com maior confiança, isso permitiu que a oposição gerasse um conjunto quase completo de resultados – o que, por sua vez, aumentou a pressão sobre a comissão eleitoral para anunciar que o partido no poder havia sido derrotado.



EXEMPLO DE PAÍS



SERRA LEOA

DECLÍNIO DA DEMOCRACIA NA SERRA LEOA

por Sherif Ismail

A imagem do cartaz mostra o Presidente Julius Maada Bio da Serra Leoa numa visita oficial a Kigali em 2019. Foto: Flickr/Paul Kagame (CC BY-NC-ND 2.0)

Após onze anos (1991 a 2002) de uma guerra civil violenta, a Serra Leoa conseguiu, em menos de uma década, fazer progressos significativos na restauração das suas credenciais democráticas e ser referida como o terceiro país mais pacífico da África Ocidental.¹ Dado o progresso que o país estava a

fazer, em 2014, as Nações Unidas encerraram a sua missão, o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Serra Leoa, satisfeitas por o país ter saído da trajetória pós-conflito. O então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que "a Serra Leoa representa um dos casos mais bem-sucedidos do mundo em matéria de recuperação pós-conflito, manutenção e construção da paz... Aqui assistimos a grandes avanços no sentido da paz, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo."

Entre 2002 e 2018, o país criou instituições, sistemas e leis para reforçar a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito. Foram criadas e reforçadas instituições como a Comissão Anticorrupção, a Comissão dos Direitos Humanos da Serra Leoa, a Comissão de Registo dos Partidos Políticos e o Gabinete de Segurança Nacional. Esta evolução permitiu que o país realizasse quatro eleições democráticas sem recair na violência. Permitiu a transferência democrática de poder do governo para a oposição em 2007 e em 2018. Ao discursar perante a União Africana em 2015, o Presidente Barack Obama declarou que a Serra Leoa era um dos países da África Ocidental onde a democracia tinha criado raízes.²

Os acontecimentos que se seguiram às eleições de 2018 conseguiram, em grande medida, minar as conquistas democráticas que a Serra Leoa tinha alcançado. Ao ascender à presidência, o Brigadeiro (Rtd) Julius Maada Bio começou a intimidar e a assediar a liderança do Congresso de Todo o Povo (APC), que se tornou a principal oposição após as eleições. Bio centrou-se numa abordagem etno-regionalizada da política, que dividiu o país e aumentou a tensão entre o noroeste, o bastião do APC, e o sudeste, o bastião do Partido do Povo da Serra Leoa (SLPP). Além disso, foram iniciadas

comissões de inquérito contra as pessoas que tinham exercido funções na anterior administração. A intenção era deslegitimar todo o trabalho dessa administração.

A instrumentalização das instituições do Estado pelo governo foi uma das principais preocupações, nomeadamente a utilização da polícia, das forças armadas e do sistema judicial para intimidar e punir os membros da oposição e outros que criticavam as ações do governo. Registaram-se vários casos de violações dos direitos humanos, incluindo a repressão brutal de manifestações pacíficas no país.³ Os líderes e apoiantes do APC, bem como os profissionais dos meios de comunicação social e da sociedade civil, são frequentemente objecto de prisão e detenção. A violência intensificou-se durante o processo eleitoral de 2023. O Presidente em exercício acabou por não conseguir obter os votos necessários para evitar uma vitória à primeira volta durante estas eleições. No entanto, o comissário eleitoral principal da Comissão Eleitoral da Serra Leoa declarou Bio o vencedor das eleições presidenciais. Tratou-se de uma medida impopular, condenada pelos observadores nacionais e internacionais do processo, incluindo a comunidade diplomática do país.⁵ Entre as reações, conta-se a dos Estados Unidos, que proibiu a viagem de funcionários governamentais importantes, acusados de minar o processo democrático na Serra Leoa.⁶

O APC rejeitou os resultados e recusou-se a participar no governo. Assim, o Governo e o APC tiveram de recorrer a um diálogo facilitado por intervenientes internacionais, incluindo a União Africana, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a Comissão Independente para a Paz e a Coesão Nacional. Foi criado um comitê tripartido, composto pelo Governo, o APC e intervenientes internacionais, para

analisar as eleições de 2023, bem como outros ciclos eleitorais anteriores e outras preocupações do APC. Não se sabe ao certo quais serão as implicações se o APC não ficar satisfeito com os resultados das investigações do comitê.

Entretanto, o ambiente político tóxico que existe no país minou a confiança e o potencial para compromissos interpartidários construtivos, que são fundamentais em contextos democráticos. A situação deteriorou-se a tal ponto que o antigo presidente Ernest Bai Koroma, amplamente considerado, foi forçado a abandonar o país na sequência de alegações do seu envolvimento num golpe de Estado em novembro de 2023, que ele nega e que muitos acreditam ter sido motivado por razões políticas.⁷ Assim, não é claro o que o futuro reserva à Serra Leoa e o que pode ser feito para inverter a tendência atual e reconstruir a credencial democrática e as perspectivas do país.

¹ Instituto para Economia e Paz, *Global Peace Index 2015*, https://www.files.ethz.ch/isn/192583/Global-Peace-Index-Report-2015_0.pdf.

² "Texto do Discurso do Presidente Obama na União Africana", *Voz da América*, 28 de julho de 2015, <https://www.voanews.com/a/text-of-president-obamas-remarks-at-the-african-union-/2881236.html>.

³ Afolabi Adekaiyaoja, "Futuro Incerto para a Democracia na Serra Leoa", *CDD*, 30 de junho de 2023, <https://www.cddwestafrica.org/blog/uncertain-future-for-sierra-leone-s-democracy/>.

⁴ Adekaiyaoja, "Futuro Incerto para a Democracia na Serra Leoa".

⁵ "Declaração Conjunta dos EUA, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, França e Delegação da UE", *Twitter*, <https://twitter.com/USEmbFreetown/status/1674075264504963073?s=20>.

⁶ "Política de Restrição de Visto sobre Minar o Processo Democrático na Serra Leoa", *Embaixada dos EUA na Serra Leoa*, 1 de setembro de 2023, <https://sl.usembassy.gov/visa-restriction-policy-on-undermining-the-democratic-process-in-sierra-leone/>.

⁷ Ray Hartley e Greg Mills, "O Cheiro da Vingança: Ex-Líder da Serra Leoa Ernest Bai Koroma Acusado de Traição", *The Brenthurst Foundation*, 8 de janeiro de 2024, <https://www.thebrenthurstfoundation.org/news/the-smell-of-vengeance-former-sierra-leone-leader-ernest-bai-koroma-charged-with-treason/>.

FRAUDE ELEITORAL

Exatamente como a fraude eleitoral é cometida depende do sistema eleitoral e do quanto o governo teme a derrota. Em casos mais sutis, os governos procuram aumentar artificialmente sua contagem durante o processo de apuração, quando os votos das seções eleitorais são agregados a nível nacional. Isso ocorreu no Quênia em 2007, quando votos foram adicionados à contagem do Presidente Mwai Kibaki em dois distritos entre a contagem dos resultados nesse nível e o anúncio formal a nível nacional, dando-lhe votos suficientes para vencer.

Nos casos mais flagrantes, como a República Democrática do Congo em 2018 e a Bielorrússia em 2020, os resultados reais são postos de lado e uma versão falsa é criada para apresentação ao público e à comunidade internacional. Na RDC, por exemplo, as eleições de 2018 foram ganhas pelo candidato da oposição Martin Fayulu. Não tendo conseguido manipular eficazmente as sondagens, e tendo visto o seu próprio candidato ter um desempenho tão ruim que era inviável afirmar que ele havia vencido, o partido no poder inventou uma fraude imaginativa para manter o controle político. O governo propôs ao candidato da 'oposição' que ficou em segundo lugar, Félix Tshisekedi, um acordo: o governo fixaria as eleições a seu favor em troca de garantias de que as altas personalidades do governo e o presidente cessante, Joseph Kabila, teriam seus interesses e influência protegidos sob uma administração de Tshisekedi.



Candidato da oposição na RDC, Martin Fayulu. Foto: Mclums (CC BY-SA 4.0)

Isto exigiu a falsificação generalizada dos resultados. A RDC tinha utilizado tecnologia digital durante as eleições, de modo que a comissão eleitoral tinha à sua disposição um conjunto de números precisos, mas, em vez disso, inventou um novo conjunto de resultados que eram completamente inverosímeis à luz das sondagens de opinião pré-eleitorais. Os observadores mais atentos das eleições entenderam isso, mas isso não foi explicitamente exposto. Embora os grupos religiosos tivessem feito um trabalho razoável de observação interna e tivessem recolhido resultados que demonstravam que o resultado era fraudulento, estavam demasiado assustados para os divulgar - em parte, porque as principais potências internacionais pareciam dispostas a alinhar com o fingimento e, por isso, era pouco provável que tomassem medidas para proteger os grupos cívicos que se manifestassem. Em consequência, a contagem paralela nunca foi

divulgada, e um resultado eleitoral totalmente errado foi permitido e se manteve.

A forma como a fraude é conduzida também depende do grau de controlo que o governo tem sobre a comissão eleitoral. Quando toda a comissão é aliada ao governo, todas as formas de fraude são possíveis. Mas quando o partido no poder só pode realmente controlar a comissão eleitoral nas suas próprias áreas, as possibilidades de fraude tornam-se mais localizadas. Nestes países, às vezes vemos manipulação mais flagrante ao nível das mesas de voto do que na contagem nacional. No Malawi e no Uganda, por exemplo, as eleições são muitas vezes manipuladas ao nível das mesas de voto, com votos adicionados à contagem do presidente e Tipp-Ex (líquido corretor) utilizado para 'remover' votos dos candidatos da oposição. Também foram registados, ao longo da última década, casos de múltiplos votos e de votos de menores, bem como de votos lançados por cidadãos de países vizinhos. A utilização de software de verificação digital para garantir que os eleitores estão inscritos nos cadernos eleitorais - e que só votam uma vez - pode ajudar com isso. Mas a tecnologia não é uma panaceia, pois há muitos exemplos em que tal equipamento 'avariou' em momentos cruciais das eleições, durante os quais frequentemente se transpira que um grande número de votos foi lançado no partido no poder. Nas eleições gerais de 2013 no Quênia, por exemplo, observadores nacionais descobriram que o equipamento de verificação digital falhou em algum momento durante o dia da eleição em mais de metade de todas as mesas de voto.

MALAWI ELECTORAL COMMISSION
PRESIDENTIAL ELECTION - POLLING STATION RESULT SHEET

2014420080

Polling Station Code & Name: 20080 Chikanga/Kawwa School

	STATION TOTAL	\$1	\$2	STATION TOTAL IN WORDS
Number of Ballot Papers Received	1 0 0 0	500	500	ONE THOUSAND
Number of Unused Ballot Papers	0 1 8 6	100	86	ONE HUNDRED EIGHTY SIX
Number of Cancelled (Spent) Ballot Paper	0 0 0 1	001	0	ONE
Number of Null and Void Ballot Papers	0 0 1 4	6	8	FOURTEEN
Total Number of Valid Votes Cast	0 8 0 2	396	406	EIGHT HUNDRED AND TWO
Number of Cast Ballot Papers (D+E)	0 8 1 6	406	410	EIGHT HUNDRED SIXTEEN
JACKUS MOCIMVU CHIKWIZA (MCP)	0 0 2 8	17	11	TWENTY EIGHT
D. KULUSI-ELIAS CHIRWA (UTM)	0 0 7 5	33	42	SEVENTY FIVE
FREDSON JOHN KUGESA CHIR (UP)	0 0 0 3	01	02	THREE
FREDSON KACHIKO KALITA (IND)	0 0 0 1	01	0	ONE
HELEN DEDZEMANI (IND)	0 0 0 6	01	05	SIX
KATIPULE MULLI (IND)	0 1 0 1	59	42	ONE HUNDRED AND ONE
Prof. ATTHUR PETER MUTHARA (DPP)	0 5 8 8	280	308	FIVE HUNDRED EIGHTY EIGHT

Name of Party/Candidate Rep.	Party	Signature
TANI MBSANCHE	MCP	P.O.
CHARLES MOKOPO	M.C.P	Chirwa
Patricia Lwonde	UTM	P. Lwonde
Shukulan Kapezende	Independent	Shukulan
Ando Maluse	Independent	Maluse

Name of Party/Candidate Rep.	Party	Signature
Collins Chanya	UTM	Collins Chanya
FREDSON MASAWA	U.D.F	Fredson Masawa
mafi muhango	INDG	mafi muhango
AGNESS SULWANA	P.P	Agness Sulwana
MAYRA PERBUD	Independent	Mayra Perbud

Uma folha de resultados do distrito de Chiradzulu, na região sul do país, mostra sinais de corretor. Foto: Comissão Eleitoral do Malawi

Como responder com eficácia à fraude eleitoral:

- Utilize o WhatsApp ou desenvolva uma aplicação que os agentes do partido possam usar para enviar resultados e cópias dos boletins de resultados para um sistema central, de modo a que possam ser facilmente contabilizados para criar uma contagem de votos paralela.
- Evite fazer afirmações extravagantes sobre o que diz a sua contagem de votos – especialmente numa fase inicial do processo – pois isso pode minar a sua credibilidade.
- Certifique-se de que uma cópia de todos os dados recolhidos é armazenada de forma segura na nuvem ou fora do país, para que possa ser facilmente acedida e partilhada por representantes do partido fora do país, se os agentes do partido forem visados ou houver um bloqueio da Internet.
- Forneça atualizações focadas, credíveis e baseadas em provas da contagem paralela e provas de fraude eleitoral para doadores internacionais, observadores e membros mais amigáveis da comissão eleitoral por meio de briefings privados para aumentar o custo para o governo e para a comissão eleitoral de divulgar resultados fraudulentos.
- Comece a compilar petições eleitorais sobre cargos-chave muito *antes* do dia das eleições, pois não há tempo suficiente para fazer isso de forma

exaustiva uma vez que as cédulas eleitorais tenham sido lançadas.

O exemplo da RDC demonstra vários pontos que são importantes ter em mente ao pensar em como resistir a fraudes eleitorais. Um deles é que nem a tecnologia digital nem a presença de observadores internacionais e monitores nacionais efetivamente salvaguardam o voto. Portanto, os partidos de oposição precisam fazer isso por si mesmos, o que significa usar o sistema de agentes partidários descrito acima para recolher um conjunto completo de resultados de cada assembleia de voto e tirar fotografias dos boletins de resultados para provar que são verdadeiros. Isso não significa que não há valor em pressionar pela adoção de tecnologia digital - a verificação biométrica dos eleitores nas assembleias de voto pode reduzir o número de abusos. Mas é muito perigoso confiar em tecnologia que está sob o controle de funcionários eleitorais comprometidos no dia da eleição, quando a pressão sobre eles é maior e há muito pouco tempo disponível para retificar quaisquer erros.

Isso significa que os partidos da oposição devem desenvolver sua própria tecnologia para possibilitar o registro e o compartilhamento de um conjunto de resultados tão completo quanto possível.

Essa estratégia funcionou efetivamente para partidos de oposição em Gana em 2016, como discutido acima, e na Zâmbia em 2021. Uma vantagem de realizar uma tabulação de votos paralela digitalmente é que se torna mais fácil guardar uma cópia dos resultados e das provas que os acompanham na nuvem e com funcionários do partido em outros países. Isso é particularmente importante porque, caso contrário, o partido no poder pode enviar as forças de segurança para invadir os escritórios dos partidos de oposição e monitores nacionais e destruir seus materiais, como ocorreu no Zimbábue em 2023.

É essencial ter em mente que, embora a tecnologia digital possa tornar o trabalho de salvaguardar o voto mais rápido e mais fácil, não é a tecnologia que faz o trabalho pesado nesses casos. Aplicativos de telefone móvel são ajudantes importantes, mas apenas se os partidos de oposição tiverem agentes e representantes em todos os níveis do processo de contagem e totalização dos votos.

Derrotar a fraude eleitoral é, portanto, tanto sobre formar estruturas partidárias eficazes e recrutar ativistas partidários hoje como era antes do advento da tecnologia digital.

Também é essencial garantir que os processos digitais tenham um backup manual no caso de os governos implementarem um desligamento da Internet, o que está se tornando cada vez mais comum em partes do mundo, como a África Subsaariana. Nas eleições de 2021 na Zâmbia, por exemplo, a oposição UPND utilizou um processo de backup manual, o que significava que poderia continuar a coletar um conjunto completo de dados, mesmo que seus processos online fossem sabotados.

No entanto, nada disso é possível se os resultados não forem divulgados ao nível das assembleias de voto. Sem resultados a nível inferior, não é viável criar uma tabulação paralela para contrastar com os resultados oficiais a nível nacional apresentados pela comissão eleitoral. Portanto, é importante insistir o mais possível para que os resultados sejam divulgados ao nível das assembleias de voto, com cópias dos boletins de resultados assinados afixadas na parede e entregues aos delegados dos partidos. Qualquer tentativa do governo de eliminar essa disposição antes das eleições deve ser combatida com a máxima veemência possível, pois é uma das provas mais claras de que o regime está planejando uma fraude eleitoral.

Um ponto final crítico é que a maioria das constituições permite um período de tempo muito curto para a apresentação de queixas eleitorais - às vezes, apenas uma ou duas semanas. Isso significa que pode ser extremamente difícil reunir a documentação necessária e construir um caso sólido. Os partidos de oposição devem, portanto, fazer com que suas equipes jurídicas comecem a preparar uma petição para os concursos mais importantes muito antes do dia das eleições. Quando se enfrenta um governo autoritário, o pressuposto deve ser sempre o de que as eleições serão manipuladas e, por conseguinte, terão de ser legalmente contestadas. Começar cedo significa que há muito mais hipóteses de as petições apresentadas serem eficazes. Mesmo nos casos em que os partidos de oposição tenham perdido a confiança na capacidade de os tribunais fazerem justiça, vale a pena elaborar este documento, porque pode desempenhar um papel fundamental para persuadir observadores, grupos da sociedade civil, cidadãos e a comunidade internacional de que as eleições foram incorretas, criando apoio para a reforma e aumentando a perspectiva de eleições menos manipuladas no futuro.

¹ 'Senegal dissolve partido do líder da oposição Sonko', *Al Jazeera*, 31 de Julho de 2023, <https://www.aljazeera.com/news/2023/7/31/senegal-dissolves-party-of-opposition-leader-sonko>.

² Nic Cheeseman e Brian Klaas, *Como Manipular uma Eleição*. New Haven: Yale University Press, 2018.

³ Ali Riaz, 'O que as eleições amplamente boicotadas de Bangladesh revelam sobre o seu futuro', *Atlantic Council*, 18 de Janeiro de 2024, <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/what-bangladeshs-widely-boycotted-election-reveals-about-its-future/>.

⁴ Matthew Frankel, 'Ameaçar, mas Participar: Por Que os Boicotes Eleitorais São uma Má Ideia', *Foreign Policy at Brookings*, Documento de Política Número 19, Março de 2010, https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/02_election_boycotts_frankel.pdf.

⁵ Mieke Löhrer, 'Acesso LGBTQ+ ao Poder Político', *V-Dem*, 27 de Junho de 2024, <https://v-dem.net/gow.html>.

⁶ Ver <https://datareportal.com/reports/digital-2024-deep-dive-the-state-of-internet-adoption>.

⁷ 'Por Que a Eleição da Índia é a Mais Cara do Mundo', *The Economist*, 11 de Maio de 2024, <https://www.economist.com/the-economist-explains/2024/05/11/why-indias-election-is-the-most-expensive-in-the-world>.

⁸ Portia Roelofs, 'Além da Política Programática versus Patrimonial: Concepções Contestadas de Distribuição Legítima na Nigéria', *Journal of Modern African Studies* 57(3): 415–436, 2019.

⁹ Cheeseman e Klaas, *Como Manipular uma Eleição*.

¹⁰ Cheeseman e Klaas, *Como Manipular uma Eleição*.

¹¹ Nic Cheeseman, 'Eleições Africanas como Veículos de Mudança', *Journal of Democracy* 21(4): 139–153, 2010, <https://www.journalofdemocracy.org/articles/african-elections-as-vehicles-for-change/>.

¹² 'Resumo das Leis de Votação: Junho de 2023', *Brennan Center for Justice*, 14 de Junho de 2023, <https://www.brennancenter.org/our-work/research-reports/voting-laws-roundup-june-2023>.

¹³ Cheeseman e Klaas, *Como Manipular uma Eleição*.

¹⁴ Cheeseman e Klaas, *Como Manipular uma Eleição*.

¹⁵ Cheeseman e Klaas, *Como Manipular uma Eleição*.

¹⁶ Nic Cheeseman, observação pessoal, Ho, Gana, 2016.

PARTE 2

Como GANHAR UMA ELEIÇÃO



por **RAY HARTLEY**

Diretor de Pesquisa, The Brenthurst Foundation



por **PAULA ROQUE**

Autora e Analista Sênior sobre a África Austral

O analista político Jeff Greenfield disse: 'Não existe paranoia na política, porque eles estão mesmo a tentar apanhar-nos.'¹ Isto é fundamental para compreender as disputas eleitorais em África, onde se pode ver todo o espectro de manipulação, violência e intimidação quando as pessoas são convidadas a votar.

As experiências são muito diferentes nos vários países, pelo que os conselhos sobre a forma de abordar um acto eleitoral devem ser lidos em contexto. No Uganda, por exemplo, as forças de segurança são utilizadas para matar, intimidar e assediar a oposição antes, durante e depois da votação. E as redes sociais são encerradas, com o controlo estatal das mensagens dos meios de comunicação social. Neste ambiente, como Robert Kyagulanyi Ssentamu, o líder da Plataforma de Unidade Nacional, enfrentou, é preciso imensa coragem e convicção para fazer campanha.

No Uganda e em Angola, as eleições recentes mostraram que a obtenção de uma maioria não é suficiente, uma vez que o resultado pode ser manipulado pelo Estado para manter o partido no poder. Para contrariar este fenómeno, é necessário adoptar estratégias de mobilização do apoio internacional de diplomatas e organizações de defesa dos direitos humanos, de apuramento paralelo dos resultados e de grande atenção dos meios de comunicação social.

Noutros países, como a Zâmbia, a grande afluência às urnas e uma vitória retumbante impossibilitaram a interferência das autoridades - outra lição vital.

O que esta secção procura fazer é apresentar os princípios básicos da campanha eleitoral como um guia para os líderes e apoiantes dos partidos que valorizam a democracia e a santidade do processo eleitoral. Inclui as experiências de países onde os partidos e movimentos da oposição foram bem-sucedidos em ambientes difíceis.

DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES E ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE CAMPANHA

Embora seja contraproducente burocratizar excessivamente as estruturas partidárias, é essencial que exista uma equipa de gestão da campanha que seja constituída por líderes seniores e que tenha poderes para tomar decisões sobre eventos, discursos, colocação de líderes em eventos, publicidade e meios de comunicação social. Esta equipa de

gestão da campanha deve ter a senioridade necessária para tomar decisões rápidas, especialmente quando se trata de responder a acontecimentos de alto nível, como actos de repressão.

A EQUIPA DE GESTÃO DA CAMPANHA DEVE SER COMPOSTA, PELO MENOS, PELOS SEGUINTE ELEMENTOS:

- O líder do partido ou o seu nomeado com poder executivo;
- O chefe da unidade de comunicação social eleitoral do partido (ver mais abaixo);
- O advogado da parte ou o perito jurídico interno;
- O representante do partido nas estruturas da comissão eleitoral, caso existam; e
- O coordenador de eventos do partido.

A inclusão de um especialista jurídico é fundamental, especialmente em ambientes onde os tribunais podem ser chamados a intervir devido à repressão ou a uma violação da lei eleitoral da constituição, o que ocorre frequentemente quando os autoritários tentam manipular as eleições.

Esta equipa deve reunir-se diariamente, ou mesmo duas vezes por dia, à medida que a data das eleições se aproxima, recebendo relatórios de todos os membros.

A ênfase deve ser colocada em informações curtas e incisivas e em decisões rápidas.

Não quer os seus principais intervenientes sentados durante horas em reuniões, quando deveriam estar a fazer campanha.

A tarefa central deste comité - muito antes das eleições - é conceber uma estratégia de campanha clara e um roteiro de implementação. O comité deve também conceber a mensagem principal do partido para a campanha eleitoral e aprovar a narrativa do partido (mais abaixo).

Elaborar um plano de campanha não é apenas uma questão de se sentar numa sala e fazer um brainstorming sobre o que se deve fazer durante as eleições. O brainstorming é valioso, e é bom ouvir todas as vozes na sala, mas não é nada sem uma base sólida de dados.

Antes de conceber uma campanha, a equipa de gestão tem de fazer um levantamento do terreno.

PERGUNTAS-CHAVE PARA O PARTIDO E PARA OS SEUS Oponentes, incluem:

- Qual é a distribuição geográfica do apoio?
- Qual é a distribuição demográfica do apoio?
- Quais são os 'círculos eleitorais financiáveis' que são leais ao partido?
- Quais são os 'círculos eleitorais indecisos' que podem mudar o seu voto de outro partido para o seu?
- Onde estão esses eleitores indecisos e quem são eles em termos demográficos?
- Quais são as principais preocupações da base de apoio fixa e das circunscrições indecisas?

Ter uma identidade e uma mensagem claras é fundamental para a campanha e deve ser a primeira prioridade ao desenvolver um plano de campanha.

Cada utilização dos recursos da campanha - nas redes sociais, nos meios de comunicação tradicionais e mesmo com cartazes e t-shirts - deve ser direccionada para atingir concentrações de eleitores que possam ser persuadidos a votar em si.

Os bens preciosos que devem ser atribuídos de forma eficiente incluem:

TEMPO

O dia tem poucas horas e as decisões sobre onde os líderes devem fazer campanha devem ser tomadas para maximizar o impacto. Isto é particularmente verdade no caso do líder do partido, que é suscetível de atrair mais pessoas para os comícios.

O DINHEIRO

A gestão de recursos financeiros frequentemente limitados exige uma liderança forte. A forma como o dinheiro deve ser angariado, gasto e contabilizado é fundamental para o êxito de uma campanha direccionada.

ESPAÇO MEDIÁTICO

A presença dos líderes partidários nas redes sociais deve ser reforçada e as campanhas devem ser conduzidas de forma agressiva com publicações frequentes. A publicidade nos meios de comunicação tradicionais deve ser assegurada sempre que possível.

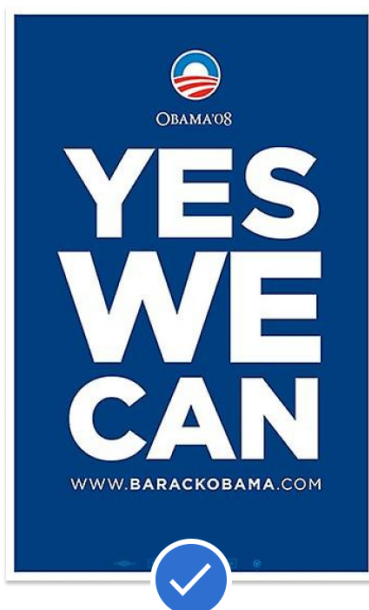
Uma mensagem forte e clara é essencial. O mesmo acontece com uma identidade forte e clara.

Qual é a linha que melhor consegue comunicar o que o partido defende e o que é que ressoa junto dos eleitores? De um modo geral, é melhor evitar as frases negativas ("O fim da repressão") e concentrar-se nas frases positivas ("Um futuro sem repressão").



Existe uma longa tradição de slogans eleitorais e é aconselhável analisar como os partidos em outros países fizeram campanhas de forma bem-sucedida.

Duas mensagens recentes utilizadas na política dos EUA se destacam. O slogan de Barack Obama **'Sim, nós podemos'** falava da possibilidade de fazer uma mudança após um longo período de domínio republicano. O slogan **'Make America Great Again'** de Donald Trump - emprestado de Ronald Reagan décadas antes - falava do desejo dos americanos de reverter a crescente percepção de que o país estava à deriva e incapaz de se afirmar.



Embora provenientes de personalidades muito diferentes e com objetivos muito diferentes, estes dois slogans têm várias coisas em comum. São ambos positivos e esperançosos, virados para o futuro. Ambos incluem o eleitor e tornam-no parte da campanha. Teriam sido muito mais fracos se tivessem sido, por exemplo, 'Yes I Can' ou 'I Will Make America Great Again'.

São também breves e diretos. É de salientar que o verdadeiro slogan da campanha de Obama era 'Change We Can Believe In', mas este foi rapidamente ultrapassado pelo slogan 'Yes We Can' utilizado nos cartazes. O problema dos slogans desenvolvidos por comitês é que muitas vezes se tornam longos e complicados, porque cada partido quer incluir o seu ponto de vista. Nunca ninguém ganhou uma eleição com uma lista de lavanderia. Compreenda que um slogan eleitoral encapsulador não é a sua plataforma completa, é uma mensagem que transmite um sentido direto daquilo por que se está a lutar e que inspira esperança.

A decisão mais importante a tomar na elaboração de um plano de campanha é a identificação das questões que estarão na base da sua mensagem aos eleitores.

A chave é comunicar em torno de questões e não de generalizações sobre o que o seu partido defende, uma vez que isso permite uma interação mais direta com os eleitores e fala daquilo com que eles se deparam nas suas experiências diárias.

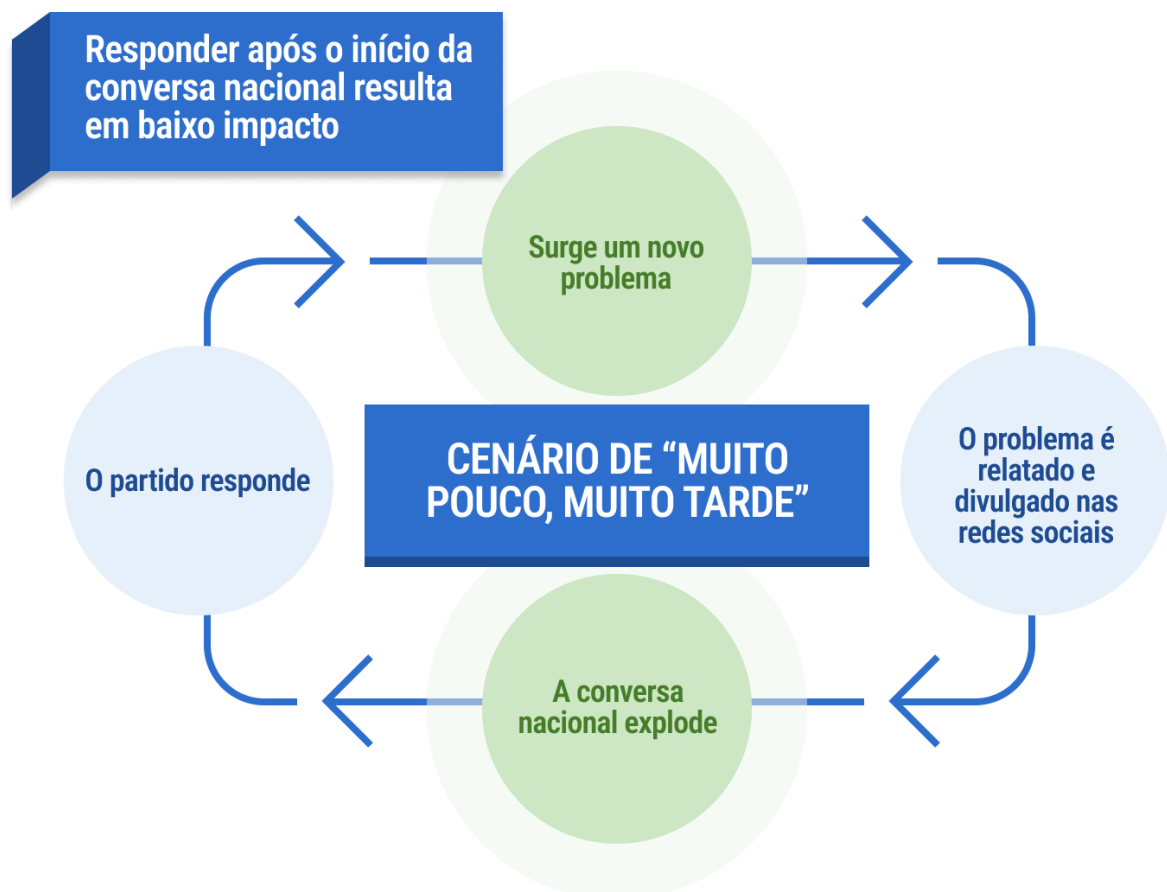
COMO SE DEFINEM ESSAS 'QUESTÕES'?

Os problemas surgem quando ocorrem acontecimentos que têm impacto na vida dos cidadãos comuns. Estes vão desde acontecimentos de grande visibilidade, como um ato de violência por parte das autoridades de segurança, até acontecimentos de menor visibilidade,

como a incapacidade de prestar assistência aos agricultores para fazer face a uma seca.

Em todos os casos, o partido tem de estar preparado, antecipadamente, para abordar a questão e fazer críticas, propondo uma solução imediata e uma posição política que evite novas ocorrências do problema.

É vital que os comunicadores dos partidos estejam bem preparados de antemão para lidar com as questões à medida que elas surgem com rapidez, para que possam inserir a perspectiva do partido no debate público enquanto ainda está 'quente' nos meios de comunicação social e nas redes sociais.



A ilustração acima mostra como os partidos não conseguem dominar a conversa nacional porque estão a reagir a eventos e questões após o facto. Os meios de comunicação social aumentaram consideravelmente o ritmo a que as questões surgem na conversa nacional, e responder

depois com comentários reactivos leva a um fraco impacto das mensagens.



Ao antecipar as questões e preparar-se com antecedência, os partidos podem ser os primeiros no domínio público com mensagens nas redes sociais e a comentar nos meios de comunicação tradicionais. Isso permite-lhes ajudar a definir a conversa nacional e a fazer passar a mensagem do partido.

O PROCESSO DE PREPARAÇÃO EXIGE:

- Uma equipa dentro do partido que se dedica a antecipar os problemas que podem surgir;
- Criar relações sólidas com repórteres e editores dos meios de comunicação tradicionais e com os principais influenciadores no espaço das redes sociais; e

- Preparar os meios de comunicação social para todas as plataformas para divulgação antecipada.

Os cenários acima aplicam-se ao tratamento de questões que surgem



EXEMPLO DE PAÍS



SENEGAL

MAIS UMA MUDANÇA NAS URNAS NO SENEGAL

por Pape Samba Kane

A imagem do cartaz mostra um protesto contra a repressão da oposição no Senegal, em Londres, no dia 20 de maio de 2023. Foto: Flickr/Alisdare Hickson (CC BY-SA 2.0)

Em 24 de Março de 2024, o Senegal elegeu o seu quinto presidente, Bassirou Diomaye Faye, com apenas 44 anos (o mais jovem presidente da história do país). Era o candidato do partido da oposição, PASTEF (Patriotas Africanos do Senegal para o Trabalho, Ética e Fraternidade).

Desde a independência do país, em 1960, o Senegal não tinha vivido uma eleição presidencial tão turbulenta, com semanas de tensão e caos provocados pelas tentativas do presidente

em exercício de adiar a votação. O sucesso desta mudança é ainda mais exemplar. De acordo com alguns observadores, é também uma mensagem para os povos da sub-região, e em particular para os jovens, que constituem a esmagadora maioria: a mudança é possível através das urnas.

O PASTEF é apoiado por uma grande parte da juventude, que constitui a grande maioria da população, e pela diáspora senegalesa. As redes sociais desempenharam um papel crucial na abertura do partido às massas e na abordagem dos acontecimentos políticos dos últimos três anos no Senegal por parte da juventude.

Antes do escrutínio, o líder do PASTEF, Ousmane Sonko, e o seu segundo comandante, Diomaye, encontravam-se ambos detidos sob graves acusações, nomeadamente "atentado à segurança do Estado" e "desacato ao tribunal", mas isso não dissuadiu a sua base de apoio.

Na véspera do início da campanha eleitoral, o Presidente Macky Sall assinou um decreto que revogava o decreto que fixava a data das eleições para 25 de Fevereiro de 2024. Uma semana mais tarde, o Conselho Constitucional francês decidiu que o decreto era inconstitucional. Esta decisão tornou materialmente impossível a realização das eleições de 25 de Fevereiro.

A confusão reinava no país, uma vez que o prazo para o termo do último mandato do Presidente, 2 de Abril de 2024, se aproximava e não tinha sido fixada qualquer data para as eleições.

O Presidente Sall convocou um "diálogo nacional" para 26 e 27 de Fevereiro, a fim de, segundo ele, fixar uma data "consensual" para as eleições. No seu discurso no final do

diálogo, o Presidente anunciou que iria introduzir uma lei de amnistia para todas as infracções e crimes relacionados com acontecimentos políticos ocorridos entre 1 de Fevereiro de 2021 e 25 de Fevereiro de 2024. A primeira consequência desta lei foi a libertação da prisão do seu opositor de longa data, Sonko, cuja candidatura não tinha sido aprovada, e de Diomaye, secretário-geral do PASTEF, que o próprio Sonko tinha indicado como candidato presidencial do seu partido. Diomaye, que se encontrava em prisão preventiva e ainda não tinha sido condenado, tinha obtido a aprovação do Conselho Constitucional para a sua candidatura.

As propostas resultantes do "diálogo" (reinício completo do processo eleitoral e realização do escrutínio a 2 de Junho de 2024) foram contestadas perante o Conselho Constitucional por 18 dos 19 candidatos presidenciais. Em 6 de março, ganharam o processo. Na mesma decisão, o Conselho fixou a data do escrutínio: 31 de março. Mas o Chefe de Estado, que tem a prerrogativa exclusiva de convocar o acto eleitoral, tinha proposto a data de 24 de Março.

O problema é que o código eleitoral prevê três semanas de campanha e só havia duas semanas entre o decreto do Presidente e o dia 24 de Março. Apesar disso, a oposição não boicotou as eleições e muitos dos seus dirigentes apoiaram o candidato do PASTEF.

Apesar dos receios de alguns, no dia 24 de Março, os eleitores senegaleses foram às urnas e o Senegal conheceu a sua terceira mudança política pacífica. Bassirou Diomaye Faye foi eleito na primeira volta, com mais de 54% dos votos (facto inédito na história política do país para um candidato da oposição). O candidato do partido no poder obteve 35% e o terceiro classificado ficou com 3%.

Com todas as suas reviravoltas, a eleição presidencial de Março provou que a democracia no Senegal é sólida, com verdadeiros pesos e contrapesos institucionais, nomeadamente o Conselho Constitucional, líderes políticos da maioria e da oposição que aceitaram o veredicto das urnas e um exército que respeita a tradição republicana de não intervenção na cena política.

Segundo alguns observadores, a vitória de Diomaye constitui um sinal de alerta para a classe política tradicional. A oposição tinha conseguido transformar a eleição presidencial numa espécie de referendo à política do Presidente Sall. As hipóteses de Amadou Bâ, candidato do partido no poder, eram muito reduzidas face à determinação da oposição e à necessidade de mudança do povo senegalês.

Durante a sua campanha eleitoral, o novo presidente prometeu “governar com humildade e transparência e lutar contra a corrupção a todos os níveis”. Um discurso como este atraiu certamente o apoio das massas, que vivem diariamente os desafios da pobreza e vulnerabilidade.

DESENVOLVER UMA NARRATIVA

Na era das mídias sociais, a narrativa tornou-se mais importante do que nunca. A narrativa é a ‘história’ que um partido conta para convencer os eleitores de que sua pretensão ao governo faz sentido. Não se trata apenas de dizer o que se fará uma vez no poder, embora isso seja vital;

é sobre contar a história de como se chegou ao ponto atual e como se pretende avançar.

Uma narrativa demonstra que o seu partido não está aproveitando-se oportunisticamente de questões contraditórias, mas que é coerente e digno de confiança e tem sido consistente na sua abordagem a questões fundamentais.

Os eleitores têm muito mais probabilidade de apoiar um partido que tenha um forte arco narrativo, contando uma história convincente de dedicação, resiliência e preparação para governar.

UM ARCO NARRATIVO DEVE TER ESTES ELEMENTOS QUE SÃO COMUNICADOS DE FORMA COERENTE EM TODAS AS PLATAFORMAS:

- **Uma história de "origens":** No caso de um partido, esta é a história de como e porquê foi formado. Isto também se pode aplicar a um líder, que dirá porque é que entrou na política. Muitos partidos da oposição têm uma história de origem clara, uma vez que foram fundados para lutar contra um sistema opressivo.
- **Um registo de luta:** Esta é a história das campanhas do partido, das suas provações e tribulações enquanto se empenhava na luta pela criação de uma sociedade livre. Deve incluir um registo da repressão estatal e da repressão sofrida pelos dirigentes. Esta secção da narrativa deve incluir o papel dos antigos líderes e ícones da luta pela democracia que estão associados ao partido.
- **Um registo de sucesso:** Esta deve ser a história dos casos em que o partido foi bem-sucedido - aumentou o seu apoio eleitoral contra todas as probabilidades ou talvez tenha governado em cidades ou províncias.
- **Uma história de trajetória futura:** Com base no que precede, trata-se de uma projecção da forma como o partido irá governar, se possível, com base em exemplos de como governou no passado. Esta descrição deve ser tão específica quanto possível.

Uma narrativa detalhada ou 'história do partido' deve ser escrita como um documento público acessível no site do partido e em outras plataformas públicas, como a Wikipédia. Esta história detalhada deve constituir a base para a narração de histórias em outros níveis, incluindo artigos de opinião nos meios de comunicação tradicionais e publicações e vídeos nas redes sociais. Isso leva a uma repetição consistente da narrativa do partido e garante que a mensagem é fortalecida e livre de contradições.

Por muito importante que seja a história, tem de ser bem contada para causar impacto.

As histórias não são contadas por comissões, mas por indivíduos, que estejam a falar num evento ou numa entrevista aos meios de comunicação social. A forma como esses indivíduos entendem e projetam a narrativa do partido é vital para sua autenticidade e credibilidade.

AQUI ESTÃO ALGUMAS DIRETRIZES PRINCIPAIS:

- **Compreender o seu público:** A apresentação correta da sua narrativa é vital para estabelecer uma conexão com o seu público. Se estiver a dirigir-se a uma audiência antes de um festival de música, não será uma boa altura para explicar como chegou à sua política fiscal. Uma ocasião destas exige informalidade.
- **Seja você mesmo:** Os líderes políticos sentem muitas vezes a necessidade de adotar uma personalidade pública que acreditam ser mais eficaz na comunicação. Este facto pode minar a mensagem, porque se tornam apenas mais um político de cartão, recortado. Neste tipo de mensagem, o partido não pode fazer nada de errado e nunca houve erros ou falhas. Isto pode fazer com que os eleitores se desorientem. Em vez disso, seja você mesmo, sinta-se confortável com quem é e fale com o coração. Isto significa incluir anedotas pessoais e reconhecer erros e certificar-se de que explica como

estes foram corrigidos. Ser "vulnerável, autêntico e verdadeiro" é fundamental para criar confiança.²

- **Use metáforas:** A utilização de metáforas - expressões que ilustram algo com exemplos identificáveis - torna a história mais poderosa. Em vez de dizer: "A oposição tem lutado pela democracia há décadas", pode dizer: "A maré da democracia tem vindo a subir há décadas e em breve as ondas de mudança vão arrastar a velha ordem".

É igualmente importante reconhecer a contra-visão e os êxitos daqueles que podem agora ser adversários na luta pela democracia e pela responsabilidade. Na África do Sul, o Congresso Nacional Africano trouxe a liberdade política em 1994, mas está agora a mergulhar o país no declínio económico, na corrupção e na ilegalidade. No Uganda, o Presidente Yoweri Museveni libertou o país da tirania em 1986, mas, na sua quarta década de governo, está agora a impor a sua própria tirania. Reconhecer o papel de Nelson Mandela e de Museveni (na altura) não enfraquece a sua narrativa, mas acrescenta profundidade e honestidade e evita a armadilha da propaganda.



EXEMPLO DE PAÍS



QUÊNIA

COMO GANHAR DE FORMA CORRECTA

por John Githongo

A imagem do cartaz mostra o Presidente do Quênia, William Ruto, em 2014.
Foto: Organização Mundial do Comércio (CC BY-SA 2.0)

A reintrodução do multipartidarismo no Quênia em 1992 transformou a política e a economia do país. Em 2024, após sete ciclos eleitorais desde as eleições de Dezembro de 1992 e dois referendos constitucionais em 2005 e 2010, o Quênia viu três chefes de Estado abandonarem pacificamente a liderança

política executiva. Estas transições foram, em tempos, algo que os africanos fizeram muito mal.

As eleições são uma forma eficaz de efectuar estas mudanças críticas. As eleições nos países em desenvolvimento assemelham-se muito às das democracias mais maduras em termos de organização e despesa a nível nacional. Mas as eleições desenrolam-se de forma dramaticamente diferente entre o eleitorado em África, excepto nas cidades em rápido crescimento, onde os eleitores estão mais alinhados com o comportamento de voto no Ocidente e têm mais acesso aos meios de comunicação social. Ironicamente, as eleições em África são mais caras do que na maioria dos países ocidentais. Aqueles que planeiam as eleições geram os seus orçamentos iniciais em dólares e não na moeda local. O financiamento destas eleições é uma combinação de financiamento do sector privado e de mobilização de recursos por parte dos actores políticos.

Há outros factores que entram em jogo para ganhar uma eleição. O primeiro é evitar eleições renhidas, porque estas são controversas devido à gestão eleitoral e aos sistemas judiciais ainda em desenvolvimento. É útil ganhar uma maioria esmagadora do voto popular - de preferência mais de 60%. Eleições renhidas significam normalmente que grandes secções de determinados grupos populacionais rejeitaram o vencedor. Estes grupos demográficos são maioritariamente urbanos ou rurais, ou incluem grupos étnicos, raciais ou outros grupos de identidade. Em África, o voto dos jovens é fundamental. Os slogans racionais não são suficientes para atrair os eleitores jovens; estes são mais susceptíveis de responder a algo mais parecido com um concerto gratuito e artigos de retalho. Uma campanha massiva de base - reuniões

públicas e comícios - deve percorrer o país e ser tão divertida quanto possível.

Em segundo lugar, é necessária uma dose saudável de populismo para conseguir mais de 60% dos votos, a não ser que se trate de um conglomerado de partidos da oposição que concorrem às eleições contra um titular impopular de longa data. Mesmo que a luta contra a corrupção esteja no centro da sua agenda, o discurso é frequentemente dirigido e articulado contra um grupo ou grupos específicos.

Este domínio total da narrativa política é fundamental até ao momento em que se anuncia a vitória. As questões que a sua campanha eleitoral representa devem corresponder àquelas que o eleitorado acredita serem fundamentais para o seu futuro próspero e pacífico. É também importante garantir que os principais meios de comunicação social dão destaque às questões da sua campanha, estabelecendo e dominando a conversa nacional sobre as eleições e a mudança em geral. Além disso, é essencial ter em conta uma campanha digital para garantir que os jovens eleitores urbanos também sejam incluídos.

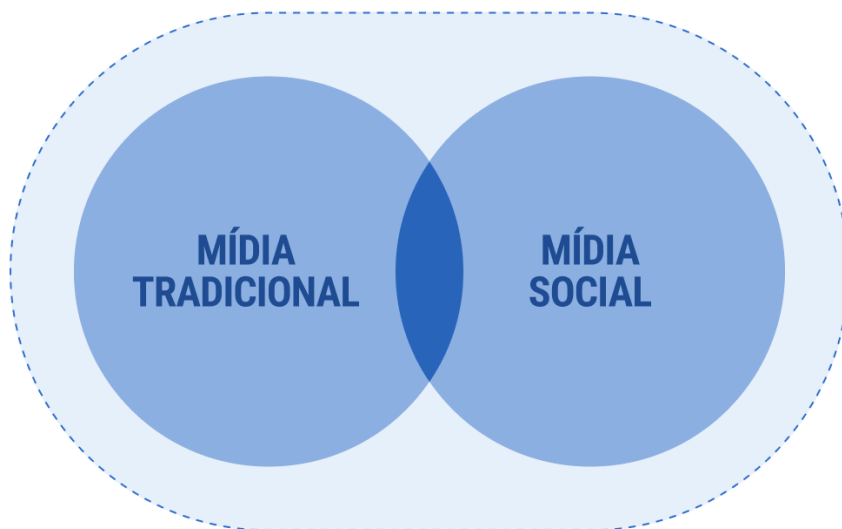
UTILIZAÇÃO EFICAZ DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deve ser desenvolvida uma estratégia coerente e pormenorizada para lidar com os meios de comunicação social, a fim de garantir que a

mensagem do partido é sempre comunicada de forma eficaz ao público.

Em sociedades altamente repressivas, é provável que os meios de comunicação social nacionais sejam controlados pelo Estado através de propriedade directa ou de leis que limitam a liberdade de expressão. Nesses ambientes, a utilização das redes sociais torna-se a ferramenta mais eficaz.

Nas sociedades em que existe alguma liberdade de expressão, as plataformas tradicionais, como a televisão e os jornais, devem ser utilizadas a par das redes sociais.



A primeira regra para um envolvimento bem-sucedido dos meios de comunicação é o desenvolvimento de uma unidade profissional e disciplinada de meios de comunicação social dentro do partido, que esteja bem familiarizada com a narrativa do partido e que seja constituída por pessoas adequadas ao envolvimento público. A escolha das pessoas certas é fundamental, porque uma intervenção negativa ou uma mensagem errada nas redes sociais pode causar muitos danos. Este não é um lugar para pessoas agressivas e de confronto.

ESTA UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DEVE, PARA SIMPLIFICAR, SER COMPOSTA POR:

- Uma unidade de comando que se reúne diariamente e toma decisões sobre comunicados, respostas e entrevistas. Esta equipa deve ser composta por um líder sénior do partido e um membro de cada uma das seguintes equipas.
- Uma equipa de monitoria que reúne todos os comentários sobre o partido e os seus líderes e apresenta um relatório diário antes da reunião do comando. Esta equipa também pode recolher informações sobre os adversários e os seus comentários e alertar a unidade para as notícias falsas que devem ser contestadas.
- Uma equipa de redacção que produz textos e os submete à unidade de comando para edição e distribuição. Este tipo de texto tem de ser produzido constantemente a um ritmo elevado durante uma campanha eleitoral e pode ir desde uma breve declaração sobre uma questão que tenha surgido até um anúncio que marque a agenda.
- Um porta-voz ou pessoas designadas para interagir directamente com os meios de comunicação social, mais uma vez a um ritmo elevado e com contactos regulares, de preferência por telefone ou pessoalmente. Estas pessoas devem estar disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana e atender sempre as chamadas.
- Um gestor de redes sociais que se ocupa da produção de conteúdos, desde publicações a vídeos, e os distribui através das redes sociais, criando simultaneamente uma rede de influenciadores.

Embora uma unidade de comunicação social seja essencial, continua a ser vital que os líderes estejam acessíveis e atendam os telefonemas dos jornalistas, independentemente da sua filiação política.

Construir relações pessoais fortes com os jornalistas ao mais alto nível é crucial...

...e dar seguimento a isso atendendo os seus telefonemas e dedicando tempo a falar com eles é fundamental se quiser comunicar

correctamente a sua mensagem.

Inclua editores, editores de notícias e editores políticos neste processo de estabelecimento de contactos. Isto também se aplica àqueles que se opõem abertamente a si. Querem que a vossa mensagem seja transmitida, mas também querem que os vossos críticos moderem as suas críticas.

Nas palavras de Andrew Solomon : "É quase impossível odiar alguém cuja história se conhece".

É vital que esta comissão compreenda e mapeie o ciclo das notícias. Os jornais trabalham com prazos, completando as primeiras páginas durante o dia e deixando a primeira página e talvez uma ou duas outras para serem completadas à noite. A não ser que esteja muito confiante de que a sua história é notícia de primeira página, não vale a pena fazê-la chegar a um jornalista ao fim do dia. Trabalhar com os meios de comunicação tradicionais significa que o seu dia começa cedo e que deve comunicar com os jornalistas e as redacções muito antes do prazo, caso contrário estará a perder o seu tempo.

Este mapa dos prazos dos meios de comunicação tradicionais deve ser colocado de forma bem visível na parede do gabinete da unidade de comunicação social. Juntamente com ele devem estar os nomes e números de contacto dos principais jornalistas e, de importância vital, de todos os editores de notícias.

Em caso de emergência ao fim do dia, é o chefe de redacção e, por vezes, o chefe de redacção nocturno, que será o seu primeiro ponto de contacto, uma vez que os seus contactos jornalistas podem já ter terminado o dia.

CONTESTAR O ESPAÇO DIGITAL

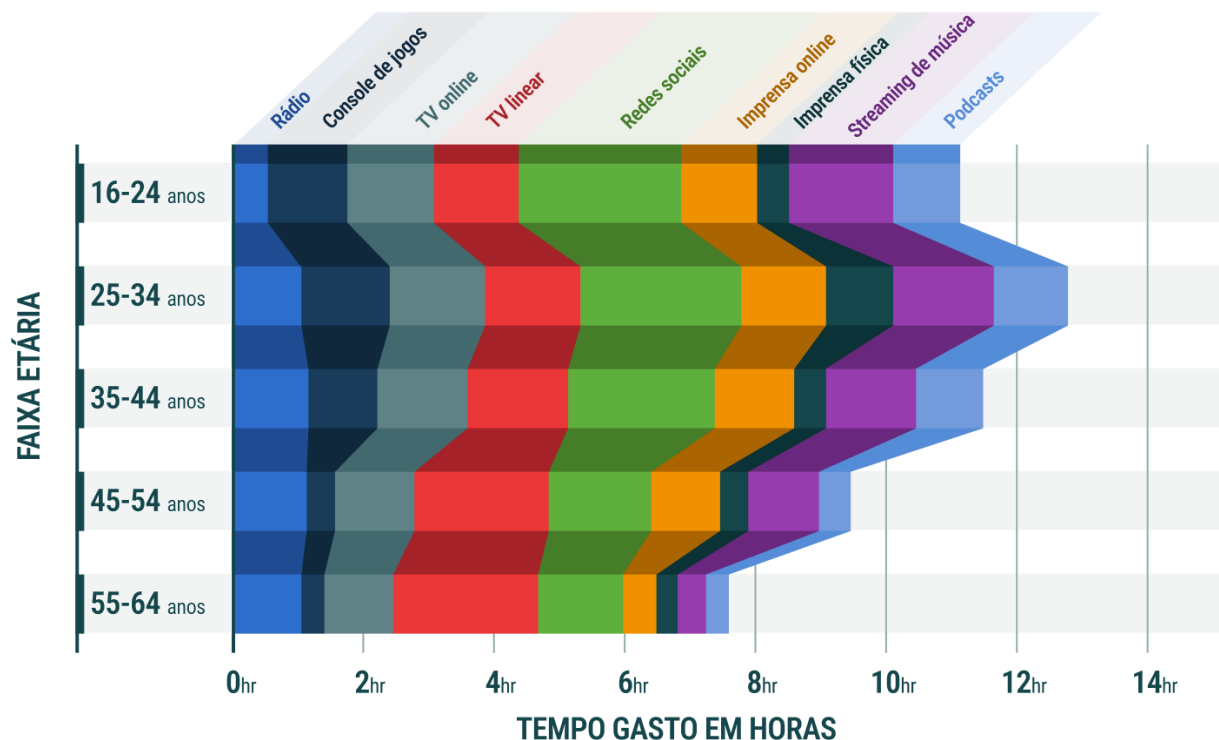
O terreno das redes sociais, discutido na secção anterior, é apenas uma componente do espaço digital onde ocorre uma feroz contestação eleitoral.

Agentes sem escrúpulos e autoritários estão a utilizar notícias falsas, conteúdos gerados por IA e ataques a servidores para minar os adversários, e estes têm de ser detectados e contrariados o mais cedo possível.

O principal terreno da disputa pelo espaço digital ocorre nas plataformas da media digital. Embora os “antigos meios de comunicação” - jornais impressos, televisão e rádio - sejam importantes porque ainda são vistos por muitos como uma fonte fiável de notícias, as redes sociais são igualmente importantes.

Atingir um público mais jovem, que é vital para aqueles que desafiam um estabelecimento enraizado, é fundamental para a elegibilidade de um partido. As audiências mais jovens consomem mais redes sociais e imprensa online, embora continuem a ser grandes consumidores de imprensa escrita. A televisão online aproxima-se da televisão tradicional junto deste público.

TEMPO DIÁRIO GASTO NO CONSUMO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO SELECIONADOS POR USUÁRIOS DE INTERNET NO MUNDO TODO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022, POR GRUPO ETÁRIO.



Fonte de dados: Statista

Para se envolver eficazmente nas redes sociais, precisa de seguidores que possa alcançar, quer através de contas do partido, de contas de líderes ou de contas de terceiros com muitos seguidores.

O primeiro passo é auditar o alcance interno do partido nas redes sociais.

Isto pode ser estabelecido verificando o número de seguidores em todas as plataformas que o partido ou os seus líderes têm e tabulando-o. Uma vez feito isto, é necessário desenvolver um mecanismo para maximizar a utilização deste canal, criando grupos do partido para a divulgação de comunicados, vídeos e outros meios de comunicação.

Isto pode ser feito de forma eficaz através da criação de grupos no WhatsApp, para os quais os principais influenciadores do partido recebem meios de comunicação social para serem repostados ou citados nas suas contas.

Depois de ter uma ideia da força dos seus seguidores internos e da forma de fazer passar a mensagem através dos seus canais, é necessário dar o passo importante de compreender e comunicar as regras das plataformas de redes sociais para que o seu conteúdo não seja bloqueado pela empresa de redes sociais. Embora não possa controlar o que um governo autoritário pode fazer para bloquear o seu conteúdo, deve evitar que o seu conteúdo seja bloqueado pelo canal de comunicação social.

Alguns canais têm regras sobre a representação de violência e outras cenas classificadas como perturbadoras. Embora possa pensar que isto é errado, uma vez que o impede de chamar a atenção para injustiças graves, seria melhor preparar conteúdos que transmitam a mensagem sem violar as regras.

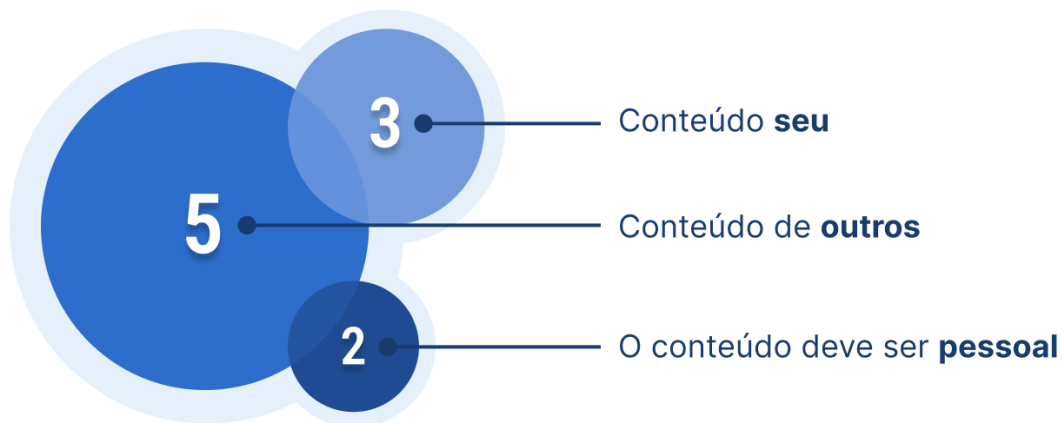
Para o efeito, deve criar uma presença independente na Web, onde possa apresentar conteúdos que possam entrar em conflito com estas regras, e utilizar as redes sociais para direccionar o tráfego para esses conteúdos.

O website do partido deve ser um repositório fiável de todas as coisas relacionadas com a campanha e deve ser actualizado pelo menos uma vez por dia com novos conteúdos.

Se publicar o seu manifesto, este deve estar disponível no seu website no momento da publicação, porque é aí que o público o vai procurar. É o caso, nomeadamente, dos jornalistas que pretendem ver o documento original na íntegra. O conteúdo mais recente deve ter destaque na página inicial. Certifique-se de que o seu website está profissionalmente actualizado e não contém erros.

Igualmente importante é compreender que tipo de conteúdo é promovido e merecedor da confiança das redes sociais. Por exemplo,

pode seguir a "regra 5-3-2", que diz que, por cada dez atualizações nas redes sociais, cinco devem ser conteúdos de terceiros relevantes para o seu público, três devem ser conteúdos seus relevantes para o seu público e dois devem ser publicações pessoais "não relacionadas com o trabalho" que humanizem a sua marca.³ Considera-se que esta é a forma mais eficaz de movimentar conteúdos no LinkedIn; outras redes sociais podem adotar uma abordagem diferente.



Por último, é necessário medir o seu envolvimento nas redes sociais registando, regularmente, visualizações, gostos e republicações do seu conteúdo.



EXEMPLO DE PAÍS



POLÓNIA

A REVIRAVOLTA DA COLIGAÇÃO NA POLÓNIA

por Greg Mills

A imagem do cartaz mostra Donald Tusk, que liderou a Coligação Cívica da Polónia (KO) e que foi anteriormente presidente do Conselho Europeu. Foto: Flickr/Parlamento Europeu (CC BY-NC-ND 2.0)

Em 15 de Outubro de 2023, os eleitores polacos foram às urnas numa afluência sem precedentes desde 1919. Com uma taxa de participação de 74,4%, foi ainda maior do que a

eleição decisiva de Junho de 1989, que levou à queda do comunismo.

Cinco grandes alianças eleitorais disputaram as eleições: a conservadora Direita Unida, liderada pelo partido governamental Lei e Justiça (PiS); a centrista Coligação Cívica (KO), liderada pelo antigo Primeiro-Ministro (e Presidente do Conselho Europeu), Donald Tusk, que era composta pela Plataforma Cívica e pelo partido Moderno, o principal partido da oposição desde 2015; a Terceira Via (TD), composta pelo partido democrata-cristão Polónia 2050 e pelo partido agrário Partido Popular Polaco (PSL); a Nova Esquerda (NL), uma coligação entre a antiga Aliança de Esquerda Democrática pós-comunista (SLD) e outros partidos de esquerda mais pequenos, nomeadamente o Lewica Razem (Left Together), que tinha um forte número de seguidores em Varsóvia; e a Confederação de extrema-direita (KON).

Nas anteriores eleições legislativas polacas de 2019, o PiS manteve a sua maioria no Sejm (Câmara Baixa), com o actual primeiro-ministro Mateusz Morawiecki a formar um segundo governo. A oposição, incluindo a Plataforma Cívica, assegurou uma maioria no Senado.

Em 2023, a aliança da Direita Unida obteve uma pluralidade de assentos, mas, com 35,4% dos votos, ficou aquém da maioria no Sejm, e a sua quota de assentos (194) ficou muito abaixo dos 231 necessários para formar um governo. Em vez disso, uma aliança de alianças, constituída pela Coligação Cívica, a Terceira Via e a Esquerda, alcançou uma votação total combinada de 54%, formando assim um governo. A aliança eleitoral da oposição, Pacto para o Senado 2023, obteve uma pluralidade de votos e a maioria dos lugares no Senado.

No seu relatório sobre as eleições, o Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos da OSCE assinala a "ampla utilização de uma retórica intolerante, xenófoba e misógina" e o abuso dos recursos estatais. Este facto é visto como uma consequência dos anos de erosão democrática causados pelo iliberalismo da coligação governamental.

A decisão do governo, por exemplo, de reproduzir o modelo de Viktor Orbán na Hungria, organizando um referendo no mesmo dia das eleições, foi vista como um meio de promover a agenda eleitoral do governo. No entanto, apenas 40% dos eleitores decidiram participar no referendo, o que ficou aquém do nível necessário para que os resultados fossem vinculativos. Embora a campanha para o referendo não estivesse sujeita às mesmas restrições financeiras que as eleições, o Governo do PiS, confiante na sua popularidade, não chegou a explorá-la em toda a sua extensão.

De um modo geral, destacam-se várias lições. A afluência às urnas foi decisiva, resultado da mobilização de muitas mulheres contra o endurecimento das leis antiaborto e de eleitores mais jovens perturbados pela aliança aberta entre o PiS e o clero católico. Um número recorde de mulheres (cerca de 30%) foi eleito para o parlamento polaco, apesar (e talvez por causa) das campanhas anti-género de alguns partidos. As eleições de 2023 também demonstraram que, com coligações alargadas, um sistema eleitoral de representação proporcional pode funcionar a favor da oposição. A questão da integração europeia, em que o governo esteve praticamente em permanente desacordo com Bruxelas, foi outro factor que afastou o apoio do PiS. O apoio à adesão à UE é de cerca de 85% entre os polacos, dado que o país é um beneficiário líquido dos fundos estruturais da UE. A hostilidade do PiS em

relação à UE e os seus ataques à independência judicial e à liberdade dos meios de comunicação social na Polónia perturbaram este fluxo de financiamento. Embora a coligação no poder tenha tentado mobilizar o apoio em torno da imigração proveniente de África e da Ásia, entre outros “inimigos” - incluindo a UE, a comunidade LGBT e a Alemanha -, esta questão não teve qualquer importância em comparação com os desafios económicos das eleições. Além disso, a Confederação de extrema-direita, que contava com políticos pró-russos nas suas fileiras, perdeu apoio nas semanas que antecederam as eleições, na sequência de uma campanha de exposição pública. Consequentemente, este facto complicou quaisquer tentativas do PiS de construir uma maioria parlamentar.

¹ OSCEPA, ‘Missão Internacional de Observação Eleitoral: Declaração de Conclusões e Conclusões Preliminares’, 15 de Outubro de 2023, <https://www.osce.org/files/f/documents/2/4/555048.pdf>.

² Simona Guerra e Fernando Casal Bértoa, ‘O que aprendemos com as eleições polacas de 2023’, *LSE*, 24 de Outubro de 2023, <https://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2023/10/24/what-we-learned-from-the-2023-polish-election/>.

REGISTO E CADERNOS ELEITORAIS

O universo de potenciais eleitores é determinado pelos cadernos eleitorais. Não faz sentido realizar uma campanha eleitoral competitiva se os seus apoiantes não estiverem recenseados para votar. Este registo ocorre normalmente durante as janelas de registo estabelecidas pela comissão eleitoral.

Tão importante como a campanha é o processo de registo dos seus apoiantes. Nalguns casos, os resultados da votação são manipulados por alterações nos cadernos eleitorais devido a uma nova delimitação dos círculos eleitorais ou mesmo a uma mudança no local de votação. Isto pode levar os eleitores a deslocarem-se ao local errado para votar ou a descobrirem que não constam dos cadernos eleitorais apesar de terem votado no passado.

UMA CAMPANHA DE REGISTO DEVE, POR CONSEQUENTE, CUMPRIR DOIS OBJECTIVOS:

1. **Registar novos eleitores:** Estes podem ser aqueles que atingiram a idade de votar desde a eleição anterior ou aqueles que estavam apáticos mas que agora desejam votar.
2. **Fazer com que os eleitores existentes verifiquem os seus dados de registo:** Devido a possíveis alterações nos círculos eleitorais ou nos locais de votação, ou devido a manipulação pura e simples, é vital que os seus apoiantes verifiquem o seu registo e estabeleçam o local onde irão votar.

Persuadir as pessoas a votar em sociedades repressivas é um desafio. Muitos podem apoiar o seu partido, mas ter medo de participar na política formal, pois receiam represálias ou discriminação. A educação dos eleitores, especialmente sobre o voto secreto, é vital para dissipar esses receios.



EXEMPLO DE PAÍS



ZÂMBIA

ZÂMBIA: O PODER DE GANHAR MUITO

por Bradford Machila

A imagem do cartaz mostra o presidente da Zâmbia, Hakainde Hichilema, em um discurso ao Parlamento Europeu em 2022. Foto: Parlamento Europeu (CC BY 2.0)

O Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional (UPND) da Zâmbia venceu as eleições de 2021 com 59% dos votos em 2021. É provável que o partido tivesse obtido mais votos do

que estes se o escrutínio tivesse sido verdadeiramente livre e justo.

A principal lição da campanha foi o poder da resiliência. Esta foi a sexta eleição disputada pelo UPND sob o comando do Presidente Hakainde Hichilema desde 2006, tendo as duas anteriores sido perdidas com 46,7% dos votos (2015) e 47,7% dos votos (2016).

Hichilema perdeu as eleições de 2015 - convocadas após a morte do Presidente Michael Sata - por 27.757 votos contra Edgar Lungu, no que é amplamente considerado como uma votação manipulada. No ano seguinte, Hichilema voltou a perder por pouco para Lungu noutra votação controversa.

Em 2017, Hichilema foi detido e acusado de traição, que implica a pena de morte na Zâmbia, numa acção de Lungu para silenciar o seu rival. A polícia invadiu o complexo de Hichilema em Abril de 2017, danificou a sua casa e propriedade e espancou os seus trabalhadores. Foram roubados dinheiro, jóias, sapatos, altifalantes e até cobertores e tapetes. Um dos agentes defecou em casa e urinou na sua cama, e foi libertado gás lacrimogéneo no interior da sua casa, provocando o desmaio da sua mulher asmática, Mutinta.

Após cinco meses de prisão, Hichilema foi libertado e as acusações foram retiradas na sequência de um protesto global liderado pelo então presidente da Fundação Brenthurst e antigo presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo.

Hichilema disse à BBC que, durante a sua detenção, esteve preso durante oito dias numa solitária sem comida, água ou visitas e que tinha sido torturado.

Apesar de uma onda de apoio público, não lhe foi garantida a presidência após as eleições de 2021, uma vez que Lungu se recusou inicialmente a conceder a vitória, apesar de ser perfeitamente claro que Hichilema tinha ganho. O presidente da Comissão Eleitoral da Zâmbia, Esau Chulu, anunciou que, com todos os círculos eleitorais contados, excepto um, Hichilema obteve 2.810.777 votos contra 1.814.201 de Lungu. 'Declaro, por conseguinte, que o referido Hichilema é o Presidente da Zâmbia', declarou. Após uma intervenção do antigo presidente da Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, Lungu foi persuadido a ceder.

A eleição de Hichilema foi uma ilustração de como um candidato pode triunfar num ambiente em que um titular está determinado a manter o poder.

Uma lição importante foi a decisão tomada para garantir uma vitória esmagadora - uma vitória tão grande que não poderia ser negada ou manipulada após o facto. A campanha reescreveu o manual sobre as eleições africanas, com todos os aspectos do escrutínio, desde o recenseamento eleitoral até à mobilização dos eleitores no dia, a serem agressivamente prosseguidos.

A campanha baseou-se na mobilização dos eleitores durante uma visita a todas as povoações importantes do país para realizar comícios no terreno. A campanha foi marcada pela utilização extensiva das redes sociais para contrariar o domínio dos meios de comunicação estatais por Lungu. Os comícios foram anunciados e depois transmitidos em directo no Facebook para grandes audiências.

Em vez de uma operação estanque no centro, uma equipa de campanha mais alargada foi capacitada para tomar a iniciativa,

o que levou a um maior volume de atividade e ritmo de campanha. Também foi fundamental a construção de fortes relações regionais e internacionais com diplomatas, governos e líderes da oposição, garantindo que a sondagem fosse acompanhada de perto pela comunidade global, tornando mais difícil a manipulação de votos.

¹ Chris Phiri, 'Polícia rouba milhões de kwachas da residência de Hichilema em uma incursão à meia-noite', *Zambia Reports*, 12 de abril de 2017, <https://web.archive.org/web/20211026162137/https://zambiareports.com/2017/04/12/cops-rob-millions-kwacha-hichilemas-residence-midnight-raid/>.

² Veja <https://www.bbc.co.uk/programmes/n3ct2km6>.

³ Chris Mfula, 'O líder da oposição da Zâmbia, Hichilema, vence por ampla maioria na eleição presidencial', *Reuters*, 16 de agosto de 2021, <https://www.reuters.com/world/africa/zambian-opposition-leader-hichilema-heads-closer-victory-presidential-vote-2021-08-15/>.

SONDAGEM E APURAMENTO PARALELO DOS VOTOS

Atualmente, a maioria dos dias de eleição são pacíficos e ordenados, já que os eleitores fazem fila para votar, e os observadores, na sua maioria concentrados nas áreas urbanas, estão presentes. Isso ocorre porque regimes que pretendem manipular as eleições raramente o fazem no dia da votação. Eles preferem manipular o resultado quando ninguém está olhando, durante a fase de campanha e depois durante a fase de contagem.

**A MANIPULAÇÃO DOS RESULTADOS DOS ELEITORES NA
FASE DE CONTAGEM PODE ASSUMIR VÁRIAS FORMAS:**

- **Utilização abusiva dos sistemas electrónicos:** Os sistemas electrónicos utilizados para transmitir resultados podem ser manipulados através do acesso a servidores e criação de algoritmos que alteram os resultados a favor do partido no poder. Estes sistemas são frequentemente contratados por governos durante processos de concurso duvidosos, em que o prestador de serviços é obrigado a deixar uma 'porta traseira' aberta à manipulação.
- **Interferência na contagem dos votos:** Isto pode assumir a forma de perturbação física da votação em redutos da oposição para criar o caos e permitir que os resultados sejam anulados ou manipulados. Ou pode assumir a forma de funcionários eleitorais tendenciosos que contam sem a presença de observadores independentes ou agentes dos partidos, embora este tipo de manipulação esteja em declínio.
- **Alteração dos resultados das mesas de voto durante a transmissão:** Nestes casos, os funcionários manipulam o sistema utilizado para transmitir os resultados das mesas de voto para as instalações de contagem centrais ou regionais. São particularmente preocupantes os processos em que os resultados de várias mesas de voto são agregados numa 'contagem regional', que é depois submetida à contagem nacional. Neste sistema, é difícil para um partido verificar se os resultados de cada uma das mesas de voto foram apurados com exactidão.
- **Interferência ao nível das comissões eleitorais:** Os partidos no poder podem manipular as pessoas que fazem parte das comissões eleitorais, onde as contagens finais são verificadas e autorizadas antes do anúncio dos resultados finais. Estas discussões são frequentemente opacas e podem incluir decisões de exclusão de resultados de determinadas áreas devido a falsas alegações de infrações processuais.

Para contrariar a manipulação dos resultados, muitos partidos – e, em alguns casos, as ONGs – utilizam a Tabulação Paralela dos Votos (PVT) para efectuar uma contagem não oficial dos votos, de modo que as discrepâncias entre os resultados oficiais e os resultados reais possam ser expostas com alguma credibilidade.

As PVT realizadas por ONGs independentes têm mais credibilidade do que as PVT dos partidos porque são apartidárias e não podem ser

acusadas de parcialidade política. No entanto, é essencial que os partidos realizem os seus próprios PVTs para que possam alertar as ONGs e os observadores para as irregularidades na contagem dos votos.

Os PVT não se limitam apenas à contagem de votos, por muito importante que esta seja. Também podem ser usados para medir se os materiais eleitorais foram ou não entregues e se os delegados dos partidos foram ou não autorizados a observar livremente a votação e a contagem e a relatar incidentes.

É ASSIM QUE O PVT DEVE SER EFETUADO:

- **É criada uma instalação de processamento de dados** capaz de processar mensagens de todo o país sobre a afluência às urnas e os resultados. Nalguns casos, pode ser utilizado um software personalizado para comparar os resultados.
- **Os observadores são recrutados** e formados para compreenderem o funcionamento da votação e da contagem dos votos e para registarem os dados e os transmitirem à base de dados central.
- **Os observadores são enviados** para uma amostra de assembleias de voto que abrangem diferentes áreas geográficas, redutos partidários e zonas urbanas e rurais, a menos que seja possível enviar observadores para todas as assembleias de voto, o que garante um registo total.
- **Os observadores observam** o processo de votação e registam se o processo foi ou não respeitado.
- **Os observadores fotografam** a contagem final assinada pela mesa de voto e transmitem-na à unidade de processamento de dados.
- **Os relatórios podem ser enviados** por SMS codificados ou por um serviço ou aplicação de mensagens.
- Os resultados são comparados com os apresentados pelos funcionários eleitorais.
- **Quando a votação estiver concluída**, o resultado do PVT é divulgado para fornecer orientações sobre o resultado eleitoral esperado.

- **As discrepâncias em relação ao apuramento oficial são tornadas públicas.**

A ilustração abaixo foi produzida pelo Instituto Nacional Democrático, que tem prestado assistência aos PVT em vários países.⁴



Embora seja possível que os regimes ignorem as contagens de votos paralelas, é essencial que esta ferramenta seja utilizada para defender os casos de irregularidades. Um PVT credível e sistemático pode ser uma ferramenta muito útil numa batalha judicial e pode ser utilizado para defender publicamente o caso de uma eleição ter sido roubada. Uma contestação baseada em dados terá provavelmente uma ressonância muito maior do que opiniões anedóticas sobre o que correu mal.

MANIPULAÇÃO DIGITAL

O controlo cibernético e a manipulação da informação estão a tornar-se rapidamente a próxima linha da frente de uma guerra invisível mas

altamente destrutiva contra a democracia. Os ciberataques de atores não estatais e de regimes autoritários podem influenciar os resultados das eleições mesmo antes da votação. A vigilância maciça da Internet, a monitorização das contas dos meios de comunicação social e o "trolling" de ativistas e membros da oposição generalizaram-se durante os ciclos eleitorais, em especial porque não existem barreiras internacionais e existe apenas uma legislação vaga com uma autoridade discricionária significativa para monitorizar os cidadãos. Cada vez mais, os governos estão a aprovar projetos de lei sobre a segurança nacional e o sigilo que permitem a vigilância em massa, a utilização de autorizações e o controlo da sociedade civil e definições amplas de segurança que abrangem as ações de todos. Estes projetos de lei são propositadamente omissos quanto à responsabilidade e transparência judiciais. A utilização de software de espionagem contra a oposição, jornalistas e ativistas está a tornar-se mais comum. O famoso spyware Pegasus do grupo israelita NSO tornou-se a arma cibernética mais poderosa do mundo devido à sua capacidade de atacar dispositivos sem que o utilizador tenha de clicar numa ligação para ativar o malware. Sabemos agora que isto começou anos antes e com outras empresas de software, como a FinFisher, há mais de uma década. As empresas não estão impedidas de vender estas armas a governos autoritários - mesmo que afirmem respeitar os controlos de exportação dos Acordos de Wassenaar.

O spyware está em todo o lado e toda a gente o produz – especialmente o Norte democrático.

ABAIXO ESTÃO ALGUNS DOS PAÍSES E OS PRODUTOS QUE DESENVOLVERAM:

- **Israel:** Cellebrite, NSO Group, Black Cube, Candiru, QuaDream, Paragon, Toka.

- **Alemanha:** FinFisher, Digitask.
- **Rússia:** Software Oxygen, ElcomSoft.
- **Estados Unidos:** AccessData, Grayshift, Passware, Sirchie, SysTools, Susteen, Black Bag, Palantir.
- **Canadá:** Magnet Forensics, OpenText.
- **China:** Meiya Pico, Resonant, FiberHome, EaseUS, SalvationDATA.

Novas práticas de manipulação eleitoral envolvendo ferramentas digitais estão a tornar-se mais comuns, sem uma compreensão clara dos partidos da oposição, das missões de observação eleitoral e dos cidadãos para mitigar e inverter os seus efeitos. Seguem-se algumas intervenções tecnológicas identificadas que contribuíram para alterar os resultados das eleições, tornando-as não livres, injustas e opacas.

01

A utilização das redes sociais para disseminar a má informação e a desinformação foi observada nas eleições de 2017 e 2022 no Quénia.

Influenciadores foram comprados, contas falsas e automatizadas criadas e publicações feitas com palavras-chave semelhantes para manipular algoritmos e fazer com que os tópicos se tornassem tendência. As notícias falsas tornaram-se virais com primeiras páginas de jornais fabricadas e imagens manipuladas para desacreditar ou apoiar um candidato. Um grupo israelita chamado Team Jorge, que afirma ter realizado 27 campanhas presidenciais bem-sucedidas, é um novo tipo de cibermercenário que trabalha para subverter o processo democrático. A empresa é dirigida por Tal Hanan, um perito em contraterrorismo e cibersegurança. A troco de uma grande quantia de dinheiro (entre 6 e 15 milhões de euros) trabalham para perturbar a logística da oposição, intimidá-la e fazer com que as pessoas desconfiem do sistema de votação, utilizando tácticas tão variadas como a falsificação de material de chantagem, a difusão de falsas

informações, e de desinformação, e a realização de campanhas específicas nas redes sociais. A equipa Jorge criou uma plataforma de influência denominada Advanced Impact Media Solutions que terá sido vendida a serviços de informações em dez países, onde avatares de aspecto realista, ou bots que utilizam fotografias roubadas de pessoas reais, realizam campanhas de desinformação (Wire report).

02

A compilação dos cadernos eleitorais electrónicos e o seu processo de auditoria, caso exista, é uma área em que os governos autoritários podem amortecer os números que fabricam com mais eleitores do que aqueles que foram realmente registados.

Os cadernos eleitorais que não são devidamente auditados podem ter um número significativo de eleitores-fantasma que tornam mais difícil compreender a percentagem do eleitorado que votou e o nível de abstenção. Por exemplo, em Angola, em 2022, mais de 2 milhões de eleitores foram adicionados aos cadernos eleitorais - com provas de que falecidos e crianças faziam parte dos cadernos. Isto facilitou a fabricação em massa de resultados para anular os resultados efectivos que a oposição obteve. A coligação da oposição, Frente Patriótica Unida, provou (usando a sua contagem paralela de votos) que em apenas três das dezoito províncias a UNITA foi roubada em 500 000 votos, o que teria inclinado os resultados significativamente contra o partido no poder, o MPLA.

2022 Angolan general election

Eleições gerais de Angola de 2022

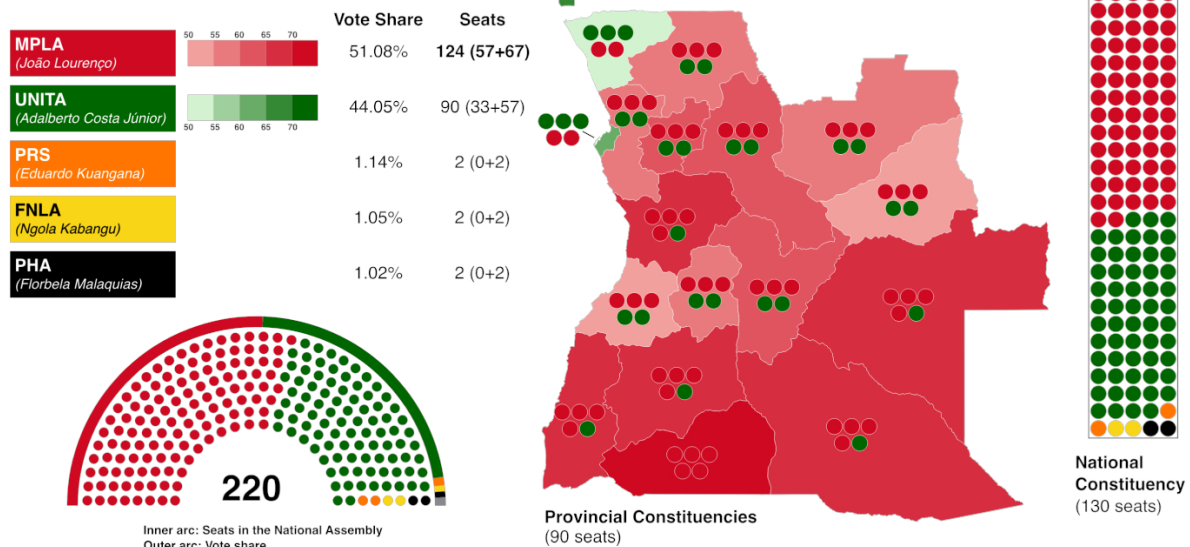


Imagem: Twotwofourtsix (CC BY-SA 4.0)

03

A intimidação, infiltração e vigilância por parte dos serviços de informação – antes de momentos politicamente perigosos como as eleições para presidentes em exercício que perderam gradualmente o seu apelo e base de apoio – levou à infiltração de partidos da oposição, movimentos de jovens e organizações da sociedade civil.

O objectivo é perturbar, sabotar e recolher provas para depois os acusar falsamente de tentativa de golpe de Estado, traição ou instigação à violência. Outra tática utilizada é a instigação do medo com a circulação de listas de 'alvos' nas redes sociais cuja autenticidade não pode ser verificada, ou a marcação de casas, portões ou carros de indivíduos que precisam de ser silenciados. A chantagem produzida por deepfakes é mais facilmente utilizada contra indivíduos de alto perfil com pouco ou nenhum recurso para provar a sua inocência.

04

O controlo do processo de cálculo permitirá a alteração dos resultados. Os sistemas eletrónicos de gestão de dados são mais difíceis de verificar e monitorar pelos observadores internacionais, que estão limitados ao sistema de contagem manual.

São necessárias auditorias forenses e a capacitação dos órgãos de gestão eleitoral para supervisionar o sistema de computação. As interferências podem assumir a forma de pirataria informática ou manipulação interna dos sistemas informáticos centrais, ou a utilização de algoritmos para alterar os resultados de algumas mesas de voto. A manipulação pode ocorrer durante a transferência eletrónica dos resultados das assembleias de voto para as comissões eleitorais e o processo de cálculo central. Durante as eleições presidenciais de 2016 no Gana, o governo terá manipulado os sistemas de dados da comissão eleitoral e utilizado um algoritmo de neutralização programado para compensar a adulteração dos resultados eleitorais. O Supremo Tribunal anulou as eleições quenianas de 2017, apesar de missões de observação internacionais respeitadas terem aprovado o resultado. Foi revelado que piratas informáticos, utilizando contas do Gmail, acederam ao sistema da comissão eleitoral para alterar os boletins de voto. Vários dos formulários foram apagados do sistema e outros não tinham a marca de água, não tinham um elemento de segurança ou eram ilegíveis. Recentemente, o Departamento de Engenharia Elétrica e Informática da Universidade de Michigan desenvolveu um algoritmo que manipulava facilmente as imagens dos boletins de voto, deslocando as marcas dos eleitores para outro candidato. A experiência foi feita para exemplificar os perigos e a facilidade com que os sistemas informáticos podem ser pirateados, com os atacantes a executarem códigos maliciosos que alteram os resultados da votação em digitalizações de boletins de voto e outros dispositivos de tecnologia eleitoral. A conclusão a que chegaram foi que as auditorias pós-eleitorais têm de ocorrer com inspeções dos boletins de voto físicos em papel para verificar os resultados.



Mais de 200 estudantes, funcionários e membros do corpo docente votaram na eleição simulada. Foto: Levi Hutmacher/Engenharia da Universidade de Michigan

05

O encerramento da Internet ou a desativação de plataformas de redes sociais durante a votação e a contagem de votos são estratégias que, no passado (por exemplo, as eleições presidenciais de 2016 no Gabão), foram utilizadas para impedir os processos de PVT pela oposição e pela sociedade civil.

Durante as eleições municipais moçambicanas de 2023, houve provas de interrupções da Internet. A sociedade civil relatou que, nas principais cidades, houve restrições à energia, à Internet e aos jornalistas durante a votação e o processo de apuramento. Quando as urnas fecharam, registou-se uma grande falha do fornecedor de serviços Movitel.

06

Os peritos que trabalham em guerra psicológica estão a aconselhar estratégias que serão utilizadas contra civis.

A revista *Wired* destacou que a empresa Pangea IT adquiriu um sistema chamado Sensority, que detecta o stress psicológico em indivíduos e é o mais provável para detectar se as campanhas estão a funcionar.

A interferência digital nas eleições tornar-se-á mais comum.

Por conseguinte, os grupos da oposição e da sociedade civil devem alertar os observadores internacionais para as estratégias tecnológicas de fraude eleitoral; devem proteger a sua contagem paralela, armazenar informações dentro e fora da nuvem e ter cópias de segurança manuais de tudo. Devem também ter um 'exército' de repórteres de investigação, ONG e diplomatas amigos prontos para avaliar as provas e levá-las para fora do país.

Os partidos da oposição, os líderes dos movimentos sociais e os membros da sociedade civil devem implementar sistemas de segurança holísticos e rigorosos, tanto físicos como digitais. Os telemóveis devem estar sempre em modo de bloqueio para se protegerem contra spyware e outras piratarías. As actualizações do iOS ou de outros programas são fundamentais, uma vez que a Apple e outros estão constantemente a corrigir as fragilidades de segurança dos seus sistemas operativos. As pessoas de alto risco precisam de sistemas de segurança definidos para mitigar os riscos de se tornarem alvo de vigilância, garantindo que as comunicações permanecem privadas através da utilização de redes privadas virtuais para ocultar os seus IPs, aplicações de mensagens seguras (como o Signal, que não armazena os seus metadados), aplicações de verificação de smartphones (como a aplicação Am I Secure da Numbers Station) e fornecedores de correio electrónico seguros como o Proton Mail. As informações muito sensíveis devem ser mantidas fora da nuvem, em discos rígidos externos e sistemas fechados que não possam ser pirateados.

GESTÃO DE ATORES ESTATAIS MALIGNOS



Geopoliticamente, a África tornou-se um campo de batalha para os atores multipolares empenhados em minar as instituições multilaterais que regulam o comportamento dos Estados e permitem uma governação global cooperativa. O continente, em particular, sofreu um tremendo retrocesso democrático, com um aumento preocupante de golpes militares e constitucionais; partidos no poder fragmentados que purgam dentro e fora; e autocratas apoiados pelo Ocidente que defendem interesses económicos e políticos estrangeiros limitados. Consequentemente, a necessidade de proteger os intervenientes e os civis que trabalham para promover os valores democráticos tornou-se cada vez mais urgente. Os serviços de informações desempenham um papel vital na garantia da hegemonia política dos partidos repressivos no poder. Desde há muito que são um instrumento privilegiado para suprimir a dissidência e silenciar violentamente os grupos que se preocupam com a reforma, o que tem resultado numa maior repressão,

exclusão e privação de direitos dos cidadãos. Os regimes autocráticos em África e noutros locais utilizam uma vasta gama de serviços de informação para sobreviver politicamente, multiplicando as unidades para se protegerem mutuamente e produzirem contra-espionagem sobre as elites, o exército e a sociedade civil. Ao mesmo tempo, infiltram-se na oposição, capturam os recursos do Estado, asseguram a obediência patriótica ao partido no poder e neutralizam quaisquer tentativas de pluralismo e de reforma democrática. Juntamente com a polícia, grupos paramilitares e unidades pretorianas especializadas, estas forças intimidaram, espiaram e prenderam suspeitos de serem inimigos do Estado. A construção de uma estrutura complexa de guarda pretoriana proporcionou a muitas presidências garantias de longevidade política. Os múltiplos serviços de informações alargaram o alcance da Presidência na gestão da sociedade e na influência sobre o sector privado, a oposição e as elites no poder.

Os diferentes ramos dos serviços de informações têm desempenhado um papel central na gestão das rivalidades na competição política interna pelo poder dentro e entre os serviços e os diferentes grupos que lutam pelo poder.

O seu alcance dá-lhes uma sensação de onnipresença, controlando, infiltrando-se e vigiando quase todos os aspectos do Estado, da vida privada, da sociedade civil, do sector privado, do governo e das forças armadas. As suas ações tornaram-se, por vezes, isoladas da responsabilidade do governo, exercendo um poder sem controlo sobre as elites políticas. Atualmente, combinam sistemas de vigilância melhorados, empregando os sistemas de vigilância COMINT (sistemas combinados de informações sobre comunicações), spyware e Humnit (recolha e análise de informações humanas) contra os movimentos da oposição, as elites políticas, os agentes económicos e os civis. Para muitos partidos no poder com um legado marxista, a influência do

procedimento soviético e do modus operandi cubano continua a infiltrar-se em todas as estruturas. Os conselheiros, peritos e formadores russos e cubanos ajudaram a reforçar várias unidades, dirigiram as suas atividades para conter eficazmente as ações 'subversivas' e asseguraram que o comando e o controlo fossem apertados, disciplinados e patrióticos.



Está a ser encontrado um equilíbrio frágil e não regulamentado entre a inovação e a necessidade de políticas e leis para proteger a democracia.

As tecnologias emergentes estão a minar rapidamente os valores e as práticas democráticas, com ferramentas geradoras de inteligência artificial a liderar a recolha de dados em massa e a acelerar as operações de governos autoritários. A IA é cada vez mais utilizada para eliminar a dissidência, expandir a monitorização intrusiva dos meios de comunicação social e exacerbar a discriminação racial e de género, dada a tendência para a definição de perfis. Vários atores autoritários, fornecedores pouco éticos e atores democráticos estão a exportar

software e tecnologias de vigilância que afetam a credibilidade das eleições e põem em risco a segurança dos ativistas democráticos e da sociedade civil. Eles também distorcem a verdade, alteram os resultados eleitorais, reduzem o espaço cívico e transformam a dissidência numa arma. A vigilância digital afeta os espaços online e offline e tem um impacto fundamental nos valores democráticos, o que faz pender a balança contra os atores cívicos, os partidos da oposição e as vozes da reforma, ameaçando a liberdade de expressão, de reunião e outros direitos humanos em países que lutam para mudar os seus sistemas políticos. A vigilância também leva à autocensura e a um declínio do ativismo, das campanhas e do envolvimento cívico. As eleições desde 2017 demonstraram a necessidade de uma maior compreensão das operações obscuras dos mercenários tecnológicos, dos serviços de informação e dos seus mestres – os governos autoritários. A interferência digital no processo democrático está agora a tornar-se um padrão crescente de manipulação eleitoral.



A ÁFRICA REALIZOU 19 ELEIÇÕES EM 2024

A África realizou 19 eleições em 2024, significando que mais de um terço da população do continente votou em um cenário que está mudando rapidamente, dado os problemas anteriores relacionados à tecnologia e à interferência estrangeira. Cada país teria sua própria estratégia para interferir nos resultados das eleições: vigilância eletrônica, monitoramento de redes sociais, interceptação em massa e direcionada, uso de agentes de inteligência para infiltrar, desestabilizar e ameaçar a oposição e a sociedade civil, uso de biometria para confundir os processos, perfilamento de eleitores para desprivilegiar os

apoiadores da oposição, desinformação e propaganda, etc. É importante expor estas práticas e defender que as missões de observação internacionais e regionais tenham em conta os conhecimentos especializados neste domínio. A preparação da sociedade civil, dos activistas e dos partidos da oposição para poderem detectar estas manobras é fundamental para a integridade eleitoral. Um baluarte crucial, na defesa da democracia, tem sido a resiliência da sociedade civil. Exemplos recentes do Brasil, do Quénia e da Zâmbia sublinham o papel fundamental que a sociedade civil desempenha na garantia de eleições justas e na defesa da sua integridade, muitas vezes em colaboração com as autoridades eleitorais ou os tribunais constitucionais.

As eleições são utilizadas para apoiar os autocratas a nível internacional, um padrão que só irá aumentar dadas as estratégias de *realpolitik* do Ocidente em relação às divisões geopolíticas globais.

A estabilidade tornou-se muito mais importante do que a democracia.

Procurar aliados que se coloquem eticamente do lado da verdade, da justiça e da democracia nem sempre é fácil, mas o trabalho relacionado com as políticas facilitará a realização de conversas difíceis. É urgente repensar a observação das eleições e a auditoria electrónica dos cadernos eleitorais e dos processos de apuramento, bem como estabelecer barreiras de protecção contra a utilização de IA e software espião. Muito se sabe sobre a interferência estrangeira (principalmente russa) nas eleições ocidentais e a implantação de iniciativas patrocinadas pelo governo e privadas para gerar desinformação e notícias falsas. Existe o risco de a desinformação e as notícias falsas distorcerem a verdade até um nível de maleabilidade, resultando em dois sistemas paralelos de redes sociais, duas internets, duas narrativas

paralelas que se negam mutuamente – uma dominada pela China/Rússia e outra dominada pelo Ocidente.

DOIS SISTEMAS PARALELOS



Sabe-se menos sobre o impacto que esta situação teve no Sul Global e sobre o legado perigoso e duradouro que deixa ao sabotar os esforços de reforma democrática e a confiança do público nas eleições. O relatório salienta a forma como as artimanhas dos mercenários da desinformação que operam nas eleições democráticas ocidentais (Trump e Brexit, por exemplo) estão a ocorrer em contextos políticos frágeis, onde a oposição, os movimentos sociais, os activistas dos direitos humanos, a sociedade civil e os meios de comunicação social enfrentam contextos significativamente mais difíceis e operam sem garantias de justiça, responsabilização, defesa da verdade e respeito pela vontade do povo.

A Guerra contra o Terror e a Lei Patriótica abriram caminho à vigilância em massa e alargaram a autoridade do governo para espiar os cidadãos, com uma supervisão judicial e uma responsabilização pública reduzidas.

A política do medo tornou-se uma política para muitos governos. O ditado russo "O medo tem olhos grandes" - que significa que, quando

temos medo, vemos os factores que causam esse medo em todo o lado, mesmo quando eles não existem - tornou-se uma realidade diária.

'O medo tem olhos grandes'

Quando um Estado securitizado organiza eleições, mobiliza lealdades e neutraliza a oposição através da instrumentalização do medo. A criação do medo é uma construção política que retrata as eleições como ameaças à paz, à segurança e à estabilidade do Estado. Ao utilizar a lógica da segurança, os governos intimidam e limitam a oposição, os meios de comunicação social e a sociedade civil e justificam as táticas de manipulação do processo sob o pretexto de proteger legitimamente a paz e a estabilidade. Por detrás disto está a desinformação, equiparando a oposição a uma ameaça à segurança nacional. Quando os cidadãos se sentem inseguros, procuram uma sensação de segurança que tem sido associada à erosão da democracia, sentindo-se confortáveis em abdicar de certas liberdades. Sentir-se vigiado é também uma ferramenta poderosa para o controlo social e para que as pessoas se conformem com os resultados desejados.



EXEMPLO DE PAÍS



MALAWI

ELEIÇÕES “TIPP-EX” NO MALAWI

por Alex Vines

A imagem de capa mostra o ex-presidente malawiano Arthur Peter Mutharika.

O Malawi é apenas o segundo país africano a anular uma eleição presidencial, depois do Quênia em 2017. É o primeiro

em que a oposição ganhou a repetição das eleições.

Em Fevereiro de 2020, uma decisão histórica do Tribunal Constitucional do Malawi anulou o resultado inicial da votação de Maio de 2019, que tinha reconduzido por pouco o actual presidente Peter Mutharika à presidência. Os sete juízes, citando irregularidades "generalizadas, sistemáticas e graves", apelaram à realização de novas eleições no prazo de 150 dias, que se realizaram em 23 de Junho.

O tribunal não se limitou a emitir uma simples sentença; determinou que as eleições estavam eivadas de irregularidades e ordenou a realização de novas eleições presidenciais. Para além disso, o tribunal foi mais longe, fornecendo uma interpretação da disposição constitucional do sistema eleitoral. O tribunal recomendou uma alteração das leis eleitorais para mudar o sistema eleitoral de um sistema maioritário simples para um sistema maioritário absoluto, o que resultaria num sistema eleitoral mais inclusivo para todas as regiões do país.

A utilização de fluido de correcção em algumas folhas de resultados para alterar a contagem dos votos nas eleições de 2019 atraiu a atenção internacional, levando alguns a chamar as urnas de "eleições Tipp-Ex" do Malawi.

Foram os malawianos, especialmente os activistas da oposição, a sociedade civil e a imprensa, que contestaram o resultado e exigiram que o Tribunal Constitucional revisse o resultado das eleições de 2019, uma vez que a Comissão Eleitoral do Malawi não tinha conseguido resolver as queixas antes de anunciar os resultados.

Em contrapartida, imediatamente após as eleições de Maio de 2019, os observadores internacionais aprovaram de facto os

resultados eleitorais. O Grupo de Observadores da Commonwealth, liderado pelo antigo presidente sul-africano, Thabo Mbeki, anunciou na sua declaração provisória que as eleições foram realizadas com “profissionalismo e dedicação”. O Grupo da Commonwealth não se pronunciou sobre as questões que se revelariam decisivas na decisão do tribunal. A maioria dos grupos de observadores internacionais, incluindo a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, a União Africana e o Grupo da Commonwealth, não elaboraram relatórios finais. A Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, por outro lado, regressou ao Malawi em janeiro de 2020 para apresentar o seu relatório, mas foi forçada a alterar a sua decisão de divulgar o relatório depois de os políticos e outras partes interessadas terem protestado contra o facto de isso interferir com a revisão do Tribunal Constitucional. O relatório foi divulgado discretamente após o acórdão do tribunal.

Nas novas eleições de 23 de Junho de 2020, Lazarus Chakwera, do Partido do Congresso do Malawi, e Saulos Chilima, do Movimento de Transformação Unida, uniram-se para liderar uma coligação de nove partidos da oposição, que anteriormente tinham competido ferozmente entre si. A sua união constituiu um desenvolvimento significativo e foi incentivada pela alteração do sistema eleitoral.

Ao contrário de muitos outros Estados africanos, Mutharika não pôde recorrer ao apoio militar porque a Força de Defesa do Malawi protegeu o sistema jurídico e o direito de protesto.

As instituições do Malawi mostraram resiliência quando estiveram sob imensa pressão do governo de Mutharika. A coragem e a liderança de indivíduos-chave desempenharam um papel importante. Numa altura em que os padrões de

governança democrática estão ameaçados, não só em África mas em muitas democracias, os juízes do Tribunal Constitucional do Malawi em 2020 deram o exemplo aos seus pares em todo o mundo, defendendo a centralidade do Estado de direito e da separação de poderes. Estes juízes afirmaram com êxito a sua independência face a pressões significativas e ao poder do titular. Foram justamente reconhecidos, incluindo a atribuição do prémio Chatham House em 2020.

¹ Para uma análise mais detalhada, ver Fergus Kell, "Eleição Repetida no Malawi é uma Lição para a Oposição Africana". *Chatham House*, 1 de Julho de 2020, <https://www.chathamhouse.org/2020/07/malawis-re-run-election-lesson-african-opposition>.

CRIAR COLIGAÇÕES RESISTENTES

Num ambiente pós-eleitoral em que não há um vencedor claro, formam-se coligações para tomar o poder através da obtenção de uma maioria de votos ou de deputados, consoante o sistema eleitoral. Este período de negociação das coligações pode ser um período de caos e contestação. É muito importante preparar-se para este ambiente com bastante antecedência, de modo a que, quando o cenário surgir, tenha um plano claro construído sobre bases sólidas e não se veja ultrapassado por oportunistas e abandonado por aqueles que pensava serem seus aliados.

EXISTEM TRÊS TIPOS ESSENCIAIS DE COLIGAÇÕES:

- **Consolidação pré-eleitoral** dos partidos numa única entidade para disputar as eleições;
- **Acordo pré-eleitoral** para cooperar no período pós-eleitoral; e
- **Coligações pós-eleitorais** formadas com base na repartição dos votos.

Decidir qual destas abordagens adotar é importante e deve ser feito com bastante antecedência em relação à campanha eleitoral para garantir uma mensagem coerente aos eleitores.

Na consolidação pré-eleitoral, essas 'coligações' conduzem à formação de um único 'movimento' unido, no qual uma série de partidos políticos e líderes põem de lado suas diferenças para causar o maior impacto possível nas urnas. A medida em que os partidos partilham valores e políticas é vital para o sucesso dessa abordagem, pois os partidos, em caso de vitória, governarão juntos e terão de adotar um programa acordado.

No entanto, existem dois tipos de consolidações pré-eleitorais.

O PRIMEIRO

...é aquele em que os partidos têm divergências substanciais em matéria de política e outras, mas acreditam que, para o bem do país, devem unir suas forças para conseguir a mudança. Um movimento desse tipo exige uma liderança muito forte e uma disposição para comprometer-se a apresentar uma frente unida aos eleitores. A amplitude de uma coligação desse tipo não pode, entretanto, ser infinita e não pode incluir forças malignas cujos valores sejam antitéticos à democracia, à abertura e à responsabilidade. Incluir essas forças 'no interesse de ganhar' pode confundir os eleitores e torná-los cínicos em relação ao oportunismo.

O SEGUNDO

É então importante traçar claramente as fronteiras de tal consolidação para evitar enviar mensagens erradas aos eleitores. Tal plataforma de democratas deve partilhar, no mínimo, os valores de eleições livres e justas, da democracia, do Estado de direito e de uma governação transparente e responsável.

UM PAPEL PARA QUEM VEM DE FORA?

O papel dos que vêm de fora na promoção da democracia é há muito controverso.

Os regimes visados rejeitaram este papel como “neocolonial”, como o discurso proferido pelo Presidente François Mitterrand na cimeira franco-africana de Junho de 1990, quando anunciou que a ajuda francesa estaria, no futuro, condicionada a reformas democráticas.⁵

Esse discurso posicionou as relações da França com África num contexto pós-Guerra Fria. Em vez de ser movido por interesses próprios, o discurso associava o comércio e a ajuda aos direitos humanos e à democracia. Até essa altura, a política africana pós-colonial da França tinha sido caracterizada por um cocktail de laços pessoais íntimos com os líderes africanos e uma colaboração estreita em questões como a política monetária, a ajuda ao desenvolvimento, a educação, as telecomunicações e, claro, a defesa. Durante os catorze anos de mandato de Mitterrand (1981-1995), os militares franceses intervieram nada menos do que dez vezes na África Subsariana.⁶

[illegible][illegible]

Today, all parts of the U.S. Forest Service are being run by a 4-4-4 system of part-time and full-time employees who work in rotation their days. Last year, a 4-4-4 meeting was convened between the U.S. Forest Service and the U.S. Forest Service. The meeting was held in the U.S. Forest Service in January by the U.S. Forest Service.



Guy Laroche Paris

SPRING/SUMMER

SALE

30% TO 50% OFF
FINAL SALE

O governo francês, há muito visto como um patrono do pior tipo de tiranos africanos, foi, ironicamente, um dos primeiros a sinalizar retoricamente uma mudança nessa abordagem. Elogiando os governos que tinham anunciado planos para criar Estados multipartidários, entre

os quais o Gabão, o Benim, a Costa do Marfim e a República Democrática do Congo, Mitterrand disse que a França iria 'associar o seu esforço de contribuição a esses esforços para avançar para uma maior liberdade'.⁷

Esta mudança, no entanto, revelou-se mais problemática na prática.

Dominique de Villepin foi Ministro dos Negócios Estrangeiros francês e, posteriormente, durante dois anos, a partir de Maio de 2005, Primeiro-Ministro. Ele ganhou fama em 2003 com a sua oposição à invasão do Iraque.

'La Baule,' diz ele, 'estava errado e não foi bem-sucedido porque a democracia é um processo e não um momento. Não devíamos ter cortado a ajuda porque precisávamos de uma ponte entre diferentes tipos de regimes. E não devemos julgar os regimes com base na sua democracia.'⁸



Dominique de Villepin. Foto: Maya-Anaïs Yataghène (CC BY 2.0)

Mais importante ainda, La Baule não reconheceu que o destino das democracias africanas será, em última análise, determinado pelos cidadãos de cada país, apesar de haver papéis que as pessoas de fora podem desempenhar na promoção da democracia, nomeadamente porque os países africanos são geralmente dependentes da ajuda externa e porque, em toda a região, os líderes estão muito atentos às tendências internacionais.

A promoção da democracia é difícil para quem vem de fora, por si só e porque está em concorrência com muitas outras prioridades, e exige paciência, nuances e uma profunda apreciação das circunstâncias locais, qualidades que raramente estão presentes nas burocracias europeias e americanas dos negócios estrangeiros e da ajuda quando confrontadas com questões de política externa.

Também é difícil, como aconteceu durante a Guerra Fria, quando as pessoas de fora vêem a democracia através do prisma da competição entre grandes potências, quando o apoio era dado a autocratas cujos desempenhos económicos e políticos eram deploráveis, mas que sabiam como jogar com a rivalidade das superpotências. Os interesses estratégicos têm-se sobreposto sistematicamente aos direitos humanos na promoção da democracia. Esta é uma das razões pelas quais os montantes relativos de financiamento atribuídos a esta tarefa têm sido habitualmente uma fracção do financiamento global dos doadores, inferior a 10%, agravando a fraqueza destes esforços. Explica também a razão pela qual os observadores estrangeiros proclamaram regularmente que as eleições eram livres e justas, quando na realidade não o eram, uma vez que o seu principal interesse tem sido a estabilidade e não a democracia. A luta contra o terrorismo e o controlo da migração têm sido outras razões pelas quais os interesses externos têm preferido manter relações com 'homens fortes', em que a estabilidade a curto prazo tem prevalecido sobre a necessidade de criar as oportunidades que dão origem a estes dois resultados.

Mas há pressões para a mudança resultantes dos efeitos do fracasso interno, e estes resultados são, eles próprios, o resultado de uma falta de governação democrática, uma vez que existe uma ligação clara, especialmente em África, entre a qualidade da democracia e o desempenho económico histórico.

Esta situação é agravada pelo interesse europeu em limitar a migração, dadas as perturbações políticas internas que os migrantes causaram na UE.

Embora a ajuda à democracia seja pequena em comparação com as despesas totais de ajuda, representando cerca de 6% do total anual, 'desempenha um papel muito mais directo no que diz respeito à responsabilização vertical e horizontal', em termos de apoio aos meios de comunicação social, à sociedade civil, às comissões eleitorais e ao reforço dos poderes legislativo e judicial. Deste modo, a ajuda à democracia reforça 'as relações de responsabilidade entre os cidadãos e os seus governos, bem como entre as diferentes instituições governamentais'.⁹

Embora a teoria do desenvolvimento descreva quase universalmente o Estado de direito e a boa governação como os factores mais importantes para o desenvolvimento, como observou Andrew Natsios, antigo director da USAID,¹⁰ a maior parte das despesas dos EUA (o maior doador estrangeiro com cerca de 60 mil milhões de dólares de um total de 211 mil milhões de dólares de fluxos de ajuda ao desenvolvimento em 2022)¹¹ foi para as áreas da saúde e humanitária, ambas resultado de má governação. Mais interessante é o papel a ser desempenhado pelas potências regionais.

A maior parte das despesas dos EUA

O MAIOR DOADOR ESTRANGEIRO COM CERCA DE

\$60 bn / \$211 bn

EM AJUDA AO DESENVOLVIMENTO EM 2022



foi destinada à **saúde**
e à **área humanitária**

Após a transição da Organização da Unidade Africana para a União Africana (UA) em 2002, os líderes africanos têm-se insurgido fortemente contra os militares que tentaram derrubar governos civis diretamente eleitos, recorrendo à ameaça de suspensão contra vários regimes militares. No entanto, o esforço coletivo africano para promover a democracia para além desta linha vermelha continua a ser problemático, como demonstraram os eventos no Sahel e na África Ocidental. Quanto maior for o seu número, as juntas são menos vulneráveis à pressão externa.

A UA colocou no terreno observadores eleitorais que frequentemente validaram até as eleições mais problemáticas, enquanto o papel do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares é duvidoso como uma ferramenta de promoção da democracia. Organismos regionais, incluindo a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, enfrentaram desafios semelhantes, aparentemente relutantes em se pronunciarem em casos de eleições flagrantes por várias razões, incluindo a desacordo sobre a necessidade de normas democráticas, o receio de

encorajar atores ocidentais, ou não querer arriscar exibir seus atributos de "tigre de papel". Organizações internacionais, incluindo a Comunidade, também estão limitadas, tanto pela composição variada de seus membros, pela força da liderança das várias delegações de observação eleitoral, quanto por um imperativo primordial de manter os membros dentro da "tenda" em vez de excluí-los com base em normas. Assim, o impulso para reintegrar membros é maior que a democracia: veja o exemplo dos defensores da reintegração do Zimbábue de Emerson Mnangagwa na família da Commonwealth.

A democracia tem a ver com as escolhas livres feitas pelos cidadãos relativamente aos seus representantes e com o ambiente em que estas são feitas.

A extensão dessas liberdades garante, paradoxalmente, que está aberta às influências de outros que podem não partilhar essa agenda liberal, mas que podem estar interessados em utilizá-la para os seus próprios fins, por razões de vantagem estratégica a nível político, comercial ou mesmo para promover interesses religiosos. Isto não diz respeito apenas à Rússia, à China e ao Irão, mas o papel crescente dos Estados do Golfo em África também tem de ser considerado a esta luz, sobretudo em termos das suas próprias rivalidades.

Isto reflete o seu próprio carácter de regime interno e interesse em explorar vantagens sobre outros, incluindo o Ocidente. Fizeram da sua falta de preocupação com as disposições de governação interna uma assinatura da sua abordagem à África, em parte porque isso é atraente para os parceiros africanos e, em parte, porque facilita os negócios – embora esta característica ilustre paradoxalmente a razão pela qual a democracia é importante para os países e empresas ocidentais.

As eleições são o meio mais dramático através do qual as pessoas podem, pelo menos em teoria, exprimir as suas preferências e, por conseguinte, atraem a maior atenção.

Embora agora seja óbvio que eleições livres e justas são uma base necessária para a democracia, as eleições são um "momento" particularmente atraente para os estrangeiros monitorarem e expressarem apoio à escolha democrática. A imagem de observadores bem-intencionados revendo assembleias de voto no dia das eleições tornou-se uma prática padrão na cobertura das eleições.

No entanto, os concursos eleitorais são, de facto, muito difíceis de monitorar, especialmente porque a batota já não ocorre nas urnas, mas na agregação dos votos, e o destino das eleições é frequentemente determinado meses antes do dia real, quando poucos observadores estão no país. Observadores eleitorais externos que fizeram julgamentos sobre a equidade do processo com base na necessidade de estabilidade em vez de democracia estão a desviar-se do seu mandato.

Num mundo ideal, os estrangeiros detectariam os sinais óbvios de que uma eleição ou experiência de democratização estava a falhar e tentariam intervir antes que a crise solidificasse as linhas de conflito e tornasse uma solução duradoura improvável. No mundo real das exuberantes burocracias estrangeiras, essa previsão é geralmente muito escassa. Assim, um envolvimento mais próximo com os organismos da sociedade civil serviria tanto como um mecanismo de alerta precoce como um meio de resolução.

A África do Sul sob o apartheid é simultaneamente a maior exceção ao papel dos estrangeiros e um precedente para o seu papel na pressão para a mudança. Doadores por décadas promoveram uma transição para uma ordem não racial através de retórica, sanções e ajuda. Embora as sanções hoje sejam vistas como uma ferramenta de utilidade limitada, isso é apenas porque interesses estratégicos resultam na sua

aplicação desigual. A África do Sul mostra que funcionam quando a maioria dos atores internacionais as aplicam. Sem o envolvimento da China, Irão, Turquia e Rússia, entre outros, as sanções têm apenas uma utilidade limitada, embora a extensão em que líderes-alvo se insurgem contra elas seja uma indicação de sua eficácia e ameaça. Elaborar um regime de sanções – tanto em nível continental quanto internacional – contra países que desviam das normas democráticas não é apenas do interesse dos locais, mas finalmente também dos doadores.

De Villepin perguntou 'enquanto devemos apoiar a democracia, o que fazer com aqueles que não são democráticos?' 'Devemos', pergunta ele na mesma linha do seu famoso momento sobre o Iraque, 'invadi-los, tentar mudar o regime?' Isso apresenta, no entanto, uma falsa dicotomia. A escolha nunca é entre não fazer nada e fazer tudo. Não é entre escolher a democracia agora ou nunca. Não é uma questão a preto e branco, mas sim de nuances de cinza, com muitos passos e opções políticas graduais ao longo do caminho.

Se os direitos humanos são importantes, se o desenvolvimento económico é considerado crítico, então a resposta tem de passar por encontrar os meios para apoiar a democracia, desde garantir que os resultados eleitorais desonestos não passam sem comentário internacional e prestar apoio às instituições da sociedade civil entre as eleições, incluindo os meios de comunicação social.

¹ Brian Hanf, 'Strategies to Win an Election as a Challenger', *TrailBlazer*, <https://www.trailblz.com/articles/strategies-to-win-an-election-as-challenger>.

² Joe Meyler, 'The Importance of Narrative', *GPStrategies*, <https://www.gpstrategies.com/blog/the-importance-of-narrative/#:~:text=Stories%20are%20a%20powerful%20and,connect%20to%20the%20bigger%20>
Porque, parafraseando o Presidente Mitterand, sem transparência e Estado de direito, nem a democracia nem o desenvolvimento são susceptíveis de progredir.
Della Cornish, "The 5:3:2 Rule of Social Sharing", 11 de Maio de 2015, <https://www.linkedin.com/pulse/532-rule-social-sharing-della-cornish/>

⁴ Ver [https://www.ndi.org/sites/default/files/PVT_Infographic_\(NDI\).pdf](https://www.ndi.org/sites/default/files/PVT_Infographic_(NDI).pdf).

⁵ Esta secção baseia-se em Greg Mills, Olusegun Obasanjo, Jeffrey Herbst e Tendai Biti, *Democracy Works: Rewriting Politics to Africa's Advantage*. Joanesburgo: Picador Africa, 2019.

⁶ Ver, por exemplo, Greg Mills, 'French Policy-Making and Africa', *South African Journal of International Affairs* 6(1): 59–65, 1998.

⁷ Alan Riding, 'France Ties Africa Aid to Democracy', *New York Times*, 22 de Junho de 1990, <https://www.nytimes.com/1990/06/22/world/france-ties-africa-aid-to-democracy.html>.

⁸ Discussão, Embaixada de França, Pretória, 14 de Maio de 2018.

⁹ Ver <https://unu.edu/publications/articles/foreign-aid-and-democracy-in-africa.html>.

¹⁰ Andrew Natsios, "The Clash of the Counter-bureaucracy and Development", *Centro para o Desenvolvimento Global*, 1 de Julho de 2010, www.cgdev.org/content/publications/detail/1424271.

¹¹ Ver <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>.

TERCEIRA PARTE

O que fazer **NO PODER**



ADALBERTO COSTA JR.

Membro da Assembleia Nacional de Angola



LEOPOLDO LÓPEZ

Político Venezuelano



PAULA ROQUE

Autora e Analista Sênior sobre a África Austral



TENDAI BITI

Ex-Ministro das Finanças do Zimbábue

Depois de os democratas terem conseguido derrubar o seu opositor autoritário, é frequente herdarem uma situação económica terrível, resultado de uma economia política orientada para o fornecimento de rendas à elite. Aqui aprendem um axioma difícil: o período de recuperação é geralmente pelo menos tão longo como o período de declínio. Para desfazer as práticas de muitos anos de má governação e reformar a economia de modo a fornecer bens a mais do que apenas alguns, é necessário utilizar assiduamente o capital político e um plano claro, cuidadosamente hierarquizado e dotado de recursos. Exige também que se lide com os desmancha-prazeres, especialmente os que ficaram para trás do regime anterior. Tal como para ganhar as eleições, é preciso organizar-se e não esperar milagres.

OS “PRÓS” E OS “CONTRAS” DOS REFORMADORES

SINAIS DE FRACASSO	SINAIS DE SUCESSO
Retribuição e redistribuição, incluindo soluções ideológicas e populistas.	Olhar para a frente, tirar o melhor partido do passado e seguir em frente, por mais difícil e injusto que isso pareça. A diferença entre o sucesso e o fracasso é a forma como esta herança é gerida e o quanto ela determina o futuro.
Respostas de desenvolvimento orientadas para o exterior, incluindo ordens mundiais novas e “justas”.	Apropriação local dos problemas, dos fracassos e, por conseguinte, das soluções. Os instrumentos externos de disciplina podem ajudar, como o comércio e a integração através da NAFTA e da UE. Utilizar as oportunidades de mercado que se desenvolveram na Ásia Oriental, por exemplo.
Governo autoritário, de “grandes homens” - com o objectivo de produzir uma combinação de	A concorrência democrática é uma força poderosa para uma mudança positiva na correcção das ideias e dos princípios básicos. Isto reduz a tentação de auto-referencialismo dos governos ao oferecerem tais soluções e ajuda a

benevolência e de cumprimento.	proteger contra redes de autoritários. O ditador benevolente de hoje é o octogenário de amanhã agarrado ao poder.
Ajuda ao desenvolvimento.	Ajuda que elimina os obstáculos ao progresso. Pode tratar-se de assistência humanitária, de manutenção da paz ou de ajuda que melhore o fluxo de comércio e de investimento através da calibragem do acesso à governação.
Uma única cura, uma solução rápida.	Compreender a economia política da acção e da inacção - as coisas acontecem por uma razão, mas também não acontecem por uma razão. A história do crescimento é complexa e é uma maratona sem uma linha de chegada.
Proteccionismo e nacionalismo.	Procurar uma maior integração, e não a libertação do investimento estrangeiro. Evitar o proteccionismo e o nacionalismo como forma de institucionalizar as ineficiências e a procura de rendimentos.
Colocar o Estado no centro.	Libertar e armar as pessoas - através de menos Estado, menos fricções e acesso do mercado ao capital, à tecnologia, ao comércio e às competências. O incentivo e a promoção da mudança são fundamentais.

Reprimir as críticas e a oposição e utilizar tácticas de divisão e governação recorrendo a políticas de identidade.	A coesão nacional e o objectivo comum reflectem-se na forma como as instituições funcionam e são respeitadas, em especial o sistema judicial e o parlamento.
Visões abrangentes, cimeiras e visitas de Estado.	Reinventar a história do crescimento. Desenvolver narrativas, planear a fase seguinte, atribuir recursos e tempo. Alinhar a diplomacia com as necessidades económicas e criar confiança na democracia e nas suas instituições.
Liderança consensual e gradualista - liderar a partir de trás.	A liderança deve ser ousada e agir rapidamente; a janela de ação é limitada. Isto é particularmente verdadeiro numa crise. Mas tenha também em atenção ao prazo.
Trazer Tony Blair ou McKinsey: promover a mudança através de respostas técnicas e actuais.	Os problemas técnicos dos pobres são um sintoma e não uma causa da pobreza. A governação anda de mãos dadas com a liberdade, a igualdade, os valores e os direitos, colocando a batalha das ideias e das lógicas políticas no centro do desenvolvimento.

A estabilidade prevalece sobre todas as outras necessidades.	A estabilidade ajuda, mas não à custa de um abrandamento das reformas. A instabilidade política é um risco que os reformadores assumem.
Pensar em grande - através da integração regional ou continental para os pequenos Estados.	Os países pequenos têm tido bons resultados, em parte porque é mais fácil alargar a governação. A reacção à Ucrânia recorda-nos que estes países têm um poder de acção poderoso.
A geografia, a cultura, o clima, a religião ou a guerra explicam o baixo crescimento.	Os governos - e a sua capacidade de fazer melhores escolhas e de as implementar - distinguem o desempenho dos Estados, incluindo o afastamento de influências estrangeiras.

A diferença geral entre reformadores e retardatários, entre Estados ricos e pobres, reside na forma como os líderes realizam a sua tarefa, na forma como os seus cidadãos reagem e como o mundo exterior se envolve.

Uma diferença notável entre os que têm um bom desempenho e os restantes está na impotência aprendida dos decisores deste último grupo. Isto aumenta o risco de o buraco se tornar ainda mais fundo e minar o projecto democrático.¹

Os desafios na libertação do sistema para permitir novos investimentos na Zâmbia ensinaram-nos que a vontade política e até mesmo os ruídos

públicos correctos não seriam suficientes. A mentalidade do governo tem de mudar para uma em que seja um facilitador em vez de um simples regulador. Um presidente como o zambiano Hakainde Hichilema (mais conhecido por HH), que queria fazer o que estava certo, era um elemento bom e absolutamente necessário, mas insuficiente para que as reformas sobrevivessem ao contacto com o terreno e continuassem para além do(s) seu(s) mandato(s).



EXEMPLO DE PAÍS



GANÁ

NAVEGAR NA JORNADA DEMOCRÁTICA DO GANA: LIÇÕES PARA OS DEMOCRATAS DE TODO O MUNDO

por Marie-Noelle Nwokolo

A imagem de capa mostra Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, Presidente da República do Gana, discursando no Fórum Econômico Mundial em Davos, 2020. Foto: Flickr/World Economic Forum (CC BY-NC-SA 2.0)

Desde a sua transição democrática em 1992, o Gana tem sido saudado como um farol de democracia na África Ocidental,

tendo dado passos significativos no sentido da consolidação dos princípios democráticos. Desde o restabelecimento do regime democrático em 1993, o país realizou sete eleições livres e justas, acompanhadas por transições pacíficas de poder entre entidades políticas opostas em três ocasiões (em 2001, 2009 e 2016). Através das suas eleições multipartidárias, da melhoria da situação dos direitos humanos e da independência de instituições fundamentais como a Comissão Eleitoral, o Gana demonstrou o seu empenho em promover uma cultura democrática liberal. No entanto, no meio destes êxitos existem desafios que ameaçam comprometer o progresso democrático do país.

Uma das principais realizações do percurso democrático do Gana foi o reforço da integridade e da transparência eleitorais. Os esforços da Comissão Eleitoral levaram a eleições credíveis e pacíficas, com uma afluência às urnas consistentemente superior a 70%, até 2016. Apesar de irregularidades ocasionais, a aceitação dos resultados eleitorais pelos partidos políticos solidificou a continuidade democrática do Gana, demonstrando um empenhamento no Estado de direito e na estabilidade institucional.

No entanto, persistem desafios, nomeadamente a captura das instituições democráticas pelas elites. Como salienta o reputado cientista político Gyimah-Boadi, apesar das conquistas do Gana enquanto democracia eleitoral, um grupo seleccionado de funcionários governamentais, facções políticas, burocratas de topo, magnatas dos meios de comunicação social, personalidades influentes e entidades do sector privado têm cooptado metodicamente os benefícios decorrentes da governação democrática. Por exemplo, a interferência política na liderança da Comissão Eleitoral suscita

preocupações quanto à imparcialidade e mina a confiança do público.

Durante anos, a Comissão Eleitoral e os seus procedimentos ganharam importância na política do Gana, coincidindo com o apoio inequívoco da população à participação eleitoral como a única via legítima para exercer influência política. No entanto, hoje em dia, a sua liderança é cada vez mais duvidosa. O enraizamento de interesses partidários nesta instituição democrática fundamental começa muitas vezes com o presidente em exercício e o partido no poder a nomearem estrategicamente leais e indivíduos considerados susceptíveis de ocupar posições críticas na Comissão.

Escusado será dizer que a manipulação partidária dos processos eleitorais agrava ainda mais o problema, arriscando a erosão das normas democráticas e a consolidação do poder nas mãos de poucos. Para salvaguardar a democracia, especialmente numa região cada vez mais envolta num flagrante retrocesso democrático, o Gana deve dar prioridade a reformas eleitorais que reforcem a independência e a neutralidade das instituições democráticas, garantindo a transparência e a responsabilidade no processo eleitoral.

Além disso, a política do "vencedor leva tudo" ameaça aprofundar a polarização e minar a coesão nacional. O predomínio de dois grandes partidos políticos, o Congresso Nacional Democrático (NDC) e o Novo Partido Patriótico (NPP), perpetua um ciclo de clientelismo e patrocínio, marginalizando os partidos mais pequenos e as vozes independentes. Para atenuar esta situação, o Gana, especialmente as suas elites políticas, deve fomentar uma cultura de tolerância e de inclusão, promovendo o diálogo e a colaboração entre os actores políticos. Do mesmo modo, o

aparecimento de "soldados rasos" tanto no NDC como no NPP, que oferecem uma fidelidade cega em troca de ganhos privados, deu início a uma era perigosa de política de clientelismo, em que, como muitos testemunharam nas eleições de 2016, o controlo dos recursos públicos se torna um campo de batalha entre facções rivais. Esta tribalização e militarização da política partidária não só corrói as instituições democráticas e fomenta a corrupção, como também mina a confiança do público nas aspirações democráticas e de desenvolvimento do Gana. Ao dar prioridade ao bem comum em detrimento de interesses partidários restritos, o Gana pode construir uma democracia mais resistente e inclusiva.

As disparidades socioeconómicas e a apatia dos eleitores constituem igualmente desafios significativos para a consolidação democrática. Apesar de um crescimento económico modesto, a criação de emprego continua a ser inadequada, deixando muitos desiludidos com o processo político. Pela primeira vez na Quarta República, a taxa de participação eleitoral desceu para 69,28% em 2016, inferior ao valor de 80,15% registado em 2012. A manutenção do status quo só poderá conduzir a piores resultados, especialmente para uma população que sente que as suas opções são limitadas pela democracia bipartidária de facto em que o Gana se tornou. A resolução destas disparidades exige políticas económicas inclusivas e programas de bem-estar social que beneficiem todos os cidadãos, reduzindo a influência do dinheiro na política e capacitando as comunidades marginalizadas.

O progresso democrático do Gana oferece lições valiosas para os democratas de todo o continente. As conquistas democráticas não são automáticas, nem se consolidam por

acaso. A ganância, o partidarismo e a personalização da política podem destruir as mais notáveis conquistas democráticas. As lições do percurso do Gana são a adopção e a prossecução de reformas que promovam a transparência, a equidade, a integridade e o bem comum das instituições políticas. Só assim a democracia poderá florescer verdadeiramente, tanto no Gana como fora.

¹ Peter Arthur, 'Consolidação Democrática no Gana: O Papel e a Contribuição dos Média, Sociedade Civil e Instituições Estatais', *Commonwealth & Comparative Politics* 48(2), 2010.

² Ver <https://democracyinafrica.org/democracy-capture-and-the-shadow-state-in-africa/>.

“A África precisa de instituições fortes”, diz o antigo presidente nigeriano, Olusegun Obasanjo, “e precisa de líderes fortes”.

Mas criar essas instituições e assegurar a disciplina necessária para fazer corresponder a retórica à acção e manter a disciplina e a previsibilidade não é tarefa fácil, exigindo, pelo menos, um alinhamento externo e interno quanto ao seu objetivo, operações e composição. E requer a gestão de uma elite que está constantemente a manobrar e a criar obstáculos para manter a sua posição e o seu fluxo de rendimentos.



Olusegun Obasanjo, ex-presidente da Nigéria e membro do conselho do Painel de Progresso da África. Foto: Flickr/Friends of Europe (CC BY 2.0)

As redes de clientelismo em África são um produto do parentesco e da política. São concebidas para recompensar e reforçar este controlo do poder, em que os contratos são entregues aos aliados políticos. As forças de segurança são empregues principalmente para manter o poder e não para garantir o Estado de direito. Neste ambiente, o poder é, em grande medida, incontestado e só perigosamente contestável. Os líderes dependem de um pequeno círculo de conselheiros de confiança. Os estrangeiros são tolerados apenas na medida em que fornecem bens ou uma medida de protecção diplomática, mas raramente são populares, sobretudo devido à inveja que acompanha o seu papel.

Identificar e actuar rapidamente contra esses interesses instalados é uma parte essencial de uma reforma bem-sucedida.

Os letões, por exemplo, reconhecem que deveriam ter desmantelado o sistema soviético muito mais depressa, uma vez que os russos conseguiram “enraizar certos hábitos e práticas cultural e institucionalmente”.² A África do Sul mudou rapidamente o sistema após

o fim do apartheid, mas apenas na medida em que substituiu um conjunto de elites (raciais) por outro. E as tentativas de reformar o sistema após a morte política de Jacob Zuma foram um fracasso, sobretudo porque os mesmos problemas de integridade e veracidade permeavam o Congresso Nacional Africano (ANC) no poder. Eram necessárias reformas súbitas - e acções judiciais - que não se concretizaram a uma escala suficiente, uma vez que contrariavam os eleitores e o sentido de justiça do ANC.

De facto, o problema é que, em muitos países pós-autoritários, a classe política e administrativa está completamente podre e age de acordo com os seus interesses enraizados. Sem uma mudança institucional fundamental que transforme a tomada de decisões em acções - que transforme a opacidade, a arbitrariedade, a incompetência e a corrupção em transparência, previsibilidade, competência e responsabilidade - é provável que não haja fim à vista para o fracasso dos regimes africanos (e de alguns outros) em cumprir as suas promessas e para o sofrimento, portanto, das pessoas comuns.³

A reacção crítica da opinião pública à acção e à inacção em relação a escolhas políticas tão difíceis ilustra que a aprovação pública só deve servir de orientação até certo ponto e que a utilização do mandato conferido aos líderes nas eleições é o que separa os bons dos maus resultados.

A liderança é uma componente, cujo objectivo não é, em primeiro lugar, separar uma elite da miséria de onde veio, mas sim levá-la a determinar um caminho sólido, a mostrar atenção aos pormenores e a inspirar e liderar os outros. Quando as cavalgadas, as luzes azuis e outras regalias passam a ser a forma como os outros vêem o trabalho, surgem as expectativas e os incentivos errados. Um dirigente de uma nação muito pobre da África Austral, que é conduzido num Bentley e tem alguém que lhe põe o cinto de segurança, personifica precisamente a mensagem errada.

No entanto, muito se escreve sobre o que está errado e muito menos sobre como corrigir as coisas.



Uma "brigada da luz azul" escoltando um VIP. Foto: X/MDN News

PONTOS DE SUCESSO

Como se pode criar um ciclo positivo de oportunidades, investimento, crescimento, estabilidade, comércio, competências, saúde, governação e inclusão e, nesse processo, encorajar um continuum composto de melhores escolhas? Qual é a economia política da mudança - que escolhas políticas permitem que a economia se desenvolva mais rapidamente e de forma inclusiva?

A chave para responder a este quebra-cabeças do desenvolvimento do crescimento económico é assegurar que a política permita esta mudança, que se esteja no poder para poder fazer as alterações políticas necessárias. Por conseguinte, é necessário encorajar o poder

do indivíduo, dos solucionadores espontâneos de problemas, e não apenas daqueles que identificam os problemas e apregoam as soluções. Alguém tem de fazer com que as coisas aconteçam de facto. Isto inclui compreender onde e como o governo *não* deve actuar. É necessário responder à fórmula para uma melhor governação, quer se trate de um Estado altamente centralizado ou, em países maiores, de uma devolução de autoridade a agências governamentais locais - cidades, municípios e/ou províncias - e em que áreas, desde a tributação ao policiamento.

A forma como o governo concebe e prossegue um modelo realista de receitas para se financiar a si próprio e à sua agenda é crucial para o desenvolvimento a longo prazo.

A incapacidade de investir suficientemente no bem-estar, na educação e na saúde das pessoas ou em activos físicos, incluindo a electricidade e os transportes, vai moldar a trajectória de crescimento a longo prazo.

Se se gastar demasiado em infra-estruturas, é provável que a estabilidade política seja afectada; do mesmo modo, se se gastar demasiado em burocracia e consumo, as deficiências das infra-estruturas prejudicarão a economia. Mas alguém tem de pagar por aquilo em que o governo decide gastar dinheiro. Normalmente, a privatização - ou, pelo menos, a concessão de activos do Estado, se não for uma venda directa - oferece uma solução técnica relativamente fácil para a falta de eficiência. No entanto, esta solução pode muitas vezes ter um efeito político negativo, devido à percepção de que a perda de controlo dos activos nacionais e a fixação de preços de mercado dos serviços conduzem a um aumento dos custos para os consumidores já em dificuldades, amplificando as clivagens em termos de riqueza e agravando as dificuldades de acesso a uma economia moderna. Outra solução é permitir que o sector privado construa, possua e explore

novos activos durante um período estipulado, permitindo o poder de escolha dos cidadãos. Para que este modelo funcione, o governo tem de permitir condições relativamente generosas, sem as quais o sector privado não investirá.

Encontrar uma fórmula adequada é também uma questão de saber qual deve ser o papel do Estado no licenciamento e na regulação das empresas. Pergunta-se e como o Estado deve estar envolvido no fornecimento de bens públicos, incluindo transportes, electricidade e habitação. Pergunta-se onde se deve traçar a linha da sustentabilidade fiscal, como reduzir a dívida mantendo as despesas de bem-estar para os mais vulneráveis e promovendo o investimento de capital em vez do consumo. Pergunta-se se os políticos podem tornar-se agentes de mudança, em vez de serem a fonte do problema. Nunca será fácil deixar de lado os interesses instalados que garantem o poder mas impedem a mudança. Isto explica como um ciclo vicioso de pobreza, custos elevados, baixas competências, investimento limitado, logística fraca e dispendiosa, acesso deficiente ao mercado, baixo crescimento, violência e exclusão social se espalha em muitos contextos africanos.

Muitas vezes, a resposta dada à pergunta sobre o que separa os países com bom desempenho dos restantes resume-se a uma "boa liderança". O facto de este argumento ser muitas vezes seguido de alguma fanfarronice sobre "ditadores benignos" pode ser ignorado, quanto mais não seja porque em África isso não tem acontecido e os ditadores têm sido, em quase todos os casos, ainda piores em termos de governação e desenvolvimento do que os seus homólogos democraticamente eleitos. Tal como referido na Introdução, embora as pessoas possam querer um Lee Kuan Yew, na maior parte das vezes têm em vez disso um Jean-Bédél Bokassa, Idi Amin ou outro bandido brutal e incompetente. Actualmente, podem obter uma versão diferente, menos violenta, em que a regra do medo é eclipsada pela "regra da rotação", como Sergei Guriev e Daniel Treisman a cunharam, mas em que apenas

é permitida uma pretensa democracia (eleitoral, não liberal) e livre escolha.⁴

E, no entanto, a maioria dos africanos rejeita esmagadoramente o regime autocrático.



Fonte: 'Os africanos querem democracia - e acham que a estão a ter?' Afrobarómetro, 2 de Novembro de 2021.

Cerca de três quartos dos africanos inquiridos preferem viver em democracia; apesar de - ou talvez porque - mais de 90% dos africanos viverem actualmente sob um regime autoritário.⁵ A ausência de responsabilidade institucional e de debate público em tais situações autocráticas conta a sua própria história sobre a razão pela qual o sucesso do desenvolvimento tem escapado a grande parte de África.

Mas quais são as qualidades que definem um “bom” líder? Podem os líderes ser criados ou, pelo menos, tutelados e moldados num modelo de eficiência e compaixão? Haverá modelos úteis que atravessem a geografia, a história, a raça e a religião? Que mistura de atenção ao pormenor e de microgestão, de ter o dedo no pulso, é necessária, e até que ponto devem os líderes delegar autoridade? É suposto os bons líderes estabelecerem prioridades, mas que factores determinam uma “prioridade” e o que pode ajudar um líder a resolvê-la melhor?



EXEMPLO DE PAÍS



ARGENTINA

A EXPERIÊNCIA ARGENTINA

por Marcus Pena

A foto de capa mostra o presidente argentino Javier Milei. Foto: Midia Ninja (CC BY-NC 4.0)

Em 2015, Mauricio Macri venceu as eleições presidenciais na Argentina, contra as previsões de que o partido peronista no poder ganharia, tal como aconteceu durante a maior parte dos últimos 25 anos.

Ganhou na segunda volta após uma campanha horizontal muito disruptiva que lhe permitiu chegar aos eleitores

argentinos e convencer a maioria deles de que valia a pena correr o risco de mudar. Ele tinha criado um novo partido político doze anos antes e, depois de governar a cidade de Buenos Aires durante oito anos, liderou uma nova coligação no poder. Durante vários anos, a falta de uma oposição política competitiva tinha criado um grande risco institucional para o sistema político.

Quatro anos depois, apesar de governar com uma minoria no Congresso e numa situação económica muito difícil, obteve mais sete pontos do que nas primeiras eleições, com mais de dois milhões de pessoas a saírem à rua durante a campanha. Infelizmente, não foi suficiente, e o Partido Peronista reunido voltou ao poder. Foi o primeiro presidente não peronista a terminar o seu mandato em 100 anos, mas ficou um sentimento de frustração, uma sensação de oportunidade perdida.

Quatro anos mais tarde, a coligação Juntos por el Cambio estava pronta para voltar a ganhar, depois de um fraco desempenho governamental, de umas eleições intercalares muito boas e de uma nova liderança. Mas, apesar das previsões, um outsider, Javier Milei, ganhou as eleições, derrotando todo o sistema político.

Há várias lições úteis a retirar desta experiência. A defesa de um sistema democrático saudável, equilibrado e competitivo é um objectivo crucial, mas não é suficiente. É preciso olhar para além dele e ser capaz de representar a maioria dos eleitores. Mas isso também não é suficiente porque, uma vez no cargo, há que ser capaz de governar eficazmente. Tínhamo-nos preparado para esses desafios, mas sem uma estratégia a longo prazo.

O que isso me ensinou foi que a democracia é um jogo infinito, que nunca acaba, e que os objectivos a muito curto prazo, por muito importantes que sejam, podem causar problemas estratégicos. Um dos principais desafios que este jogo infinito apresenta é a gestão dos recursos humanos. É tudo uma questão de pessoas. Pessoas na liderança, no governo, no Congresso, nas equipas de campanha. E esse aspecto é normalmente subestimado, uma vez que todos nós debatemos mais sobre ideias e instituições do que sobre a forma como preparamos, formamos, apoiamos e cuidamos das pessoas que integram as equipas políticas. A forma como o fazemos determinará o sucesso a longo prazo de um projecto político.

O outro aspecto é a mudança - uma mudança constante e muito dinâmica. A adaptação a esta mudança exige uma liderança flexível, que trabalhe constantemente na compreensão de novas situações. Os eleitores podem mudar rapidamente, mas os líderes têm geralmente mais dificuldade em mudar porque estão presos à política do dia a dia e porque, à medida que ganham experiência, estão menos dispostos a inovar. É por isso que, como parte de uma estratégia de recursos humanos, é necessário ter pessoas que olhem para fora da realidade a curto prazo, que observem as tendências, que se mantenham em contacto com o que está a acontecer no terreno, especialmente entre os jovens.

Elaborar uma estratégia de jogo infinito a longo prazo e levar os recursos humanos profissionais muito a sério são formas de evitar a armadilha do curto prazo do próximo desafio e objectivo político. Em suma, não se zangue com os eleitores por não terem votado em si, pense em como pode manter a sua capacidade de os representar.

O PRÊMIO DA LIDERANÇA

Conhecemos mais facilmente, e muitas vezes a um grande custo, as qualidades dos maus dirigentes. O aparente distanciamento presidencial de Edgar Lungu, por exemplo, é paralelo à queda económica da Zâmbia, numa altura em que o país deveria ter prosperado, devido à subida dos preços da sua principal exportação, o cobre, e ao empréstimo de dinheiro barato nos mercados internacionais. Em vez disso, os lucros inesperados foram esbanjados e o dinheiro emprestado foi roubado, uma vez que o clientelismo e a bajulação se tornaram o sistema operacional do governo. O subsequente estilo prático de Hichilema destaca-se em contraste, mas a burocracia apresenta os seus próprios desafios num ambiente em que os interesses egoístas e pessoais costumam prevalecer sobre tudo o resto.



Presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy. Foto: Flickr/Presidente da Ucrânia (PDM 1.0)

A liderança, como sabemos, pode fazer a diferença. Vejamos o exemplo da Ucrânia em relação ao Afeganistão. Descobriu-se que um comediante, um homem conhecido antes da invasão russa em 2022 como 'o Presidente da televisão', Volodymyr Zelenskyy, que tinha uma aprovação de 40% antes da guerra devido à sua (falta de) governação, era uma figura igreja, com uma aprovação de 91% no final da segunda semana do conflito.

A sua capacidade de transmitir liderança revelou-se um elemento-chave do seu sucesso inicial em resistir à invasão russa.

Zelenskyy parecia perfeitamente habilitado e treinado para este papel, onde todos os aspectos da sua aparência, ações e palavras foram calibrados para obter o máximo efeito público: a camiseta de combate, o visual de um homem que trabalha 24 horas por dia e suas frases de efeito. Quem pode esquecer sua observação 'Preciso de munição, não de uma carona', em clara e óbvia comparação com o Presidente do Afeganistão, Ashraf Ghani, que fugiu de seu país quando a situação se agravou?

'Preciso de munição, não de uma carona'

A versão de liderança de Zelenskyy reforçou instantaneamente o sentimento de agência ucraniana na guerra, apesar do tamanho esmagadoramente comparativo de seu inimigo na Rússia, com quase quatro vezes a população e dez vezes a economia. Em comparação, os afegãos nunca foram donos do problema e, portanto, da solução, uma fraqueza exemplificada pelo repentino e catastrófico colapso do governo de Ashraf Ghani em agosto de 2021. Os ucranianos certamente têm. Eles têm uma agência de um tipo que o presidente Ghani e seu antecessor Ahmed Karzai só podiam sonhar. Política e direção emanam

da liderança e da forma como se apresenta e se envolve com o público – através dos meios de comunicação social e de outras instituições do estado.



Volodymyr Zelenskyy em Bucha, na região de Kyiv, em 2022, onde ocorreram assassinatos em massa de civis durante a ocupação por tropas russas. Foto: Flickr/Presidente da Ucrânia (PDM 1.0)

Zelenskyy teve de pôr a sua vida em risco para combater um invasor autocrático. Ir para o combate para lutar pela democracia – militar ou não – sem dúvida que constrói uma apreciação correta da diferença entre a liberdade e a sua ausência.

Apesar de todas as diferenças de estilo e da clivagem entre uma liderança autocrática e uma liderança mais democrática, existem vários traços duradouros. Em geral, estes valorizam a delegação, a compreensão profissional, a inovação e a utilização da tecnologia, a autodisciplina, a integridade moral, a curiosidade intelectual e a capacidade de trabalhar com os outros, tanto no seu próprio país como no exterior. Embora alguns possam dar mais importância à crueldade, à vontade férrea, à lealdade política e à disciplina, os líderes devem construir uma equipa poderosa de mentes e competências que

complemente as suas próprias capacidades e não satisfaça as suas inseguranças. Isto requer humildade suficiente para ouvir e aprender, de modo a que a liderança seja capaz de se adaptar e ajustar constantemente numa era muito dinâmica.

O carácter é importante, tal como a cortesia e as boas maneiras, enquanto capacidade de reunir os outros à nossa volta.

Como Lee Kuan Yew, o fundador da Singapura moderna, observou: 'Não se perde nada por ser educado.'



Lee Kuan Yew. Foto: Tatarstan.ru (CC BY 4.0)

Esta dimensão humana da liderança e das relações é fundamental, uma vez que o desafio para as pessoas de fora, em especial, não é dizer às pessoas o que devem fazer e muito menos dizer-lhes o que estão a fazer de errado. Isto é inevitavelmente visto como paternalista e contraproducente. Em vez disso, o segredo é construir as relações que permitem que as coisas mudem.

A nível pessoal, mostrar uma preocupação genuína pelos seus liderados deve ser fundamental em todos os níveis de liderança, juntamente com poderes de delegação, compreensão profissional de todos os aspectos da governação, aceitação da inovação, autodisciplina, clareza moral e capacidade de trabalhar com os outros, dentro e fora do governo e do país. Depende também da fase do governo em que se está: se se pretende parar e inverter o fracasso, iniciar e levar a cabo reformas ou construir uma base de crescimento sólido pré-existente. Alguns não têm tanta sorte com a natureza da sua herança.⁷

A capacidade de trabalhar com os outros, de manter a colegialidade, mas também de decidir sobre uma linha de acção e de a seguir e perseguir impiedosamente é mais difícil, mas particularmente necessária nos países afectados pela divisão e pela ausência de confiança, entre raças, religiões, tribos, geografias e entre os sectores público e privado.

A imagem cultivada por pessoas como o Marechal de Campo Bernard Montgomery ou o General norte-americano George Patton, para dar dois exemplos de tipos militares, ou por pessoas como Mobutu Sese Seko e Donald Trump num contexto político, de um indivíduo vistoso, pode canalizar a autoridade de uma forma positiva, mas a ostentação tem de ser propositada e não apenas motivada pelo ego. As manchetes são necessárias, como mostra Zelensky, mas apenas para sintonizar o público e virar o debate para o interesse da missão.



Marechal de Campo Bernard Montgomery, General George Patton, Mobutu Sese Seko e Donald Trump. Créditos das fotos, da esquerda para a direita: Flickr/Archives New Zealand (CC BY 2.0), Flickr/TXZeiss (CC BY-NC-ND 2.0), Arquivo Nacional Holandês (CC BY-SA 3.0 NL), Flickr/Gage Skidmore (CC BY-SA 2.0)

Não é necessário fazer abertamente o papel de autocrata; acreditar que a obtenção dos melhores resultados exige métodos autocráticos pode, de fato, demonstrar fraqueza. É necessário fazer com que as pessoas cheguem à mesma conclusão através da explicação e da instigação, em vez da coerção. Os líderes têm de ser firmes, mas não precisam de ser terrivelmente rudes. Isto fala de uma auto-disciplina interior para manter o ego sob controle.

David Petraeus, que comandou forças multinacionais no Iraque e no Afeganistão, e que foi brevemente diretor da Agência Central de Inteligência, diz que há quatro tarefas de liderança 'estratégica'.

A PRIMEIRA DELAS

é ter as grandes ideias corretas.

A SEGUNDA,

ele diz, 'é comunicá-las eficazmente em toda a extensão e profundidade da organização.'

A TERCEIRA

é supervisionar a sua implementação.

E A QUARTA

é determinar como as grandes ideias precisam de ser refinadas, alteradas, aumentadas e depois repetir o processo uma e outra vez.⁸

As ideias são, no entanto, insuficientes. A execução das mesmas é fundamental.

Isto coloca a tônica naqueles que possuem a capacidade de refletir sobre os seus próprios êxitos e fracassos, de assimilar todos os pormenores necessários para fazer o mesmo e também de transformar ideias em ações.



Gen. David Petraeus

Isto geralmente requer moderar a ambição, reduzir o número de tarefas e alocar pessoas-chave para realizá-las, completando essas tarefas e continuamente construindo ímpeto. Claro, essa abordagem nunca irá suprir a necessidade de ambição, mas pode fazer a diferença e evitar o excesso de esforço e falhas. Há pontos fortes em ter as grandes ideias da administração e vê-las até ao fim.

Existe um imperativo constante, como observa Nick Carter, ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Britânicas, 'de pensar nas coisas até o fim'. Isto exige a dedicação de recursos suficientes para a tarefa,

incluindo grandes doses de vontade política. Em termos práticos, há o perigo de anunciar um projeto e, em seguida, esperar que ele seja entregue. Pela experiência, isso é apenas uma fração da tarefa. Muito esforço e suor são necessários para garantir que o trabalho é feito, envolvendo muito mais transpiração do que inspiração.

Uma qualidade crítica da liderança é aceitar a responsabilidade pela derrota. Se uma missão – ou um plano – falhar, e se as pessoas tiverem feito o seu trabalho, então a responsabilidade final recai sobre a pessoa no topo. Poucos líderes políticos estão dispostos a fazê-lo, e a maioria prefere passar a responsabilidade. Mas como eles podem aprender com seus erros se seus egos não os permitem identificar os seus erros? Bradley advertiu que:

é um erro grave para o líder cercar-se de 'Yes men'.

Como Hichilema na Zâmbia, Zelenskyy é provavelmente crucial para o sucesso ucraniano, especialmente em reunir apoio para transformá-lo de uma causa perdida em uma digna e alcançável. Mas a sua liderança, embora necessária, é insuficiente para vencer a luta.

Os líderes são aqueles que reconhecem a necessidade de construir instituições para levar adiante seu trabalho, e não apenas fazer isso sobre eles mesmos.

Mas isso também significa proteger-se contra o autoengano institucional. Isso exige, por sua vez, mais do que ter as pessoas mais brilhantes, mas aquelas que estão presentes e engajadas, cuja coragem impede a institucionalização e a conspiração do otimismo, onde os fatos e o feedback para os líderes podem comumente ser inclinados para ajustar a narrativa e definir a lealdade.

Uma seleção cuidadosa de prioridades e a aplicação de recursos a elas pode criar outro atributo de liderança reforçada: uma tradição de sucesso. Isso requer um espírito de determinação, mas, mais do que isso, uma habilidade de aprender a identificar e admitir o que funcionou e o que falhou, e, portanto, o que é necessário para vencer.

Ser brutalmente honesto com os líderes políticos é precisamente o que a liderança sênior das forças armadas dos EUA falhou em fazer no Vietnã, ao falar a verdade ao poder. Não só isso exige liderança política disposta a reconhecer seus próprios limites (o que, por experiência, é incomum), mas também exige pessoas de fora possuindo a coragem de suas convicções, bem como os meios pessoais e institucionais para construir o contexto político entre os seus parceiros.

Na ausência desse ambiente, fazia pouca diferença contratar 'os melhores e mais brilhantes'. No entanto, apesar da dor desse lembrete, os líderes políticos continuam tentando desacreditar a história.

O egoísmo e o idealismo são os dois lados da moeda da liderança. Mas há enormes perigos quando essas duas forças motoras ficam fora de equilíbrio. Um exemplo disso seria permitir que neófitos carismáticos e brilhantes no topo acreditassem que sabem melhor e que apenas eles sabem ler as pessoas, ganhar sua confiança e influenciar suas opiniões, que os especialistas 'apenas leem livros', que a história é uma bobagem, e que se os líderes se dão bem, os países também o farão.⁹ Os políticos sempre vão interferir, uma vez que foi por acreditarem em si mesmos que chegaram ao poder. Essas personalidades não estão preparadas para ouvir. Mas isso não é ajudado pelo pensamento de grupo e pela fraqueza dos líderes em ver a obediência como lealdade.

Traduzindo isso em contextos administrativos e políticos onde a capacidade é escassa, a política é fracionada e as instituições são frágeis, há uma necessidade de maior integração entre os componentes da estratégia: as metas, os caminhos e os meios.

Embora a grande visão seja importante, há um imperativo de focar-se em pequenos resultados, mas que são suficientemente importantes para fazer a bola rolar.

A lição da implementação de uma redefinição no setor de mineração é um exemplo. E, a partir daí, essas mudanças podem ser consolidadas, reforçadas e, conforme as reformas ganham impulso, gradualmente ampliadas para outras áreas. Como Lee Kuan Yew lembrou Obasanjo das razões para o sucesso da reforma de Singapura, não houve milagres, mas:

‘fizemos poucas coisas bem e corretamente e continuamos a fazê-las bem e corretamente, ampliando-as e aprofundando-as o tempo todo’.¹⁰

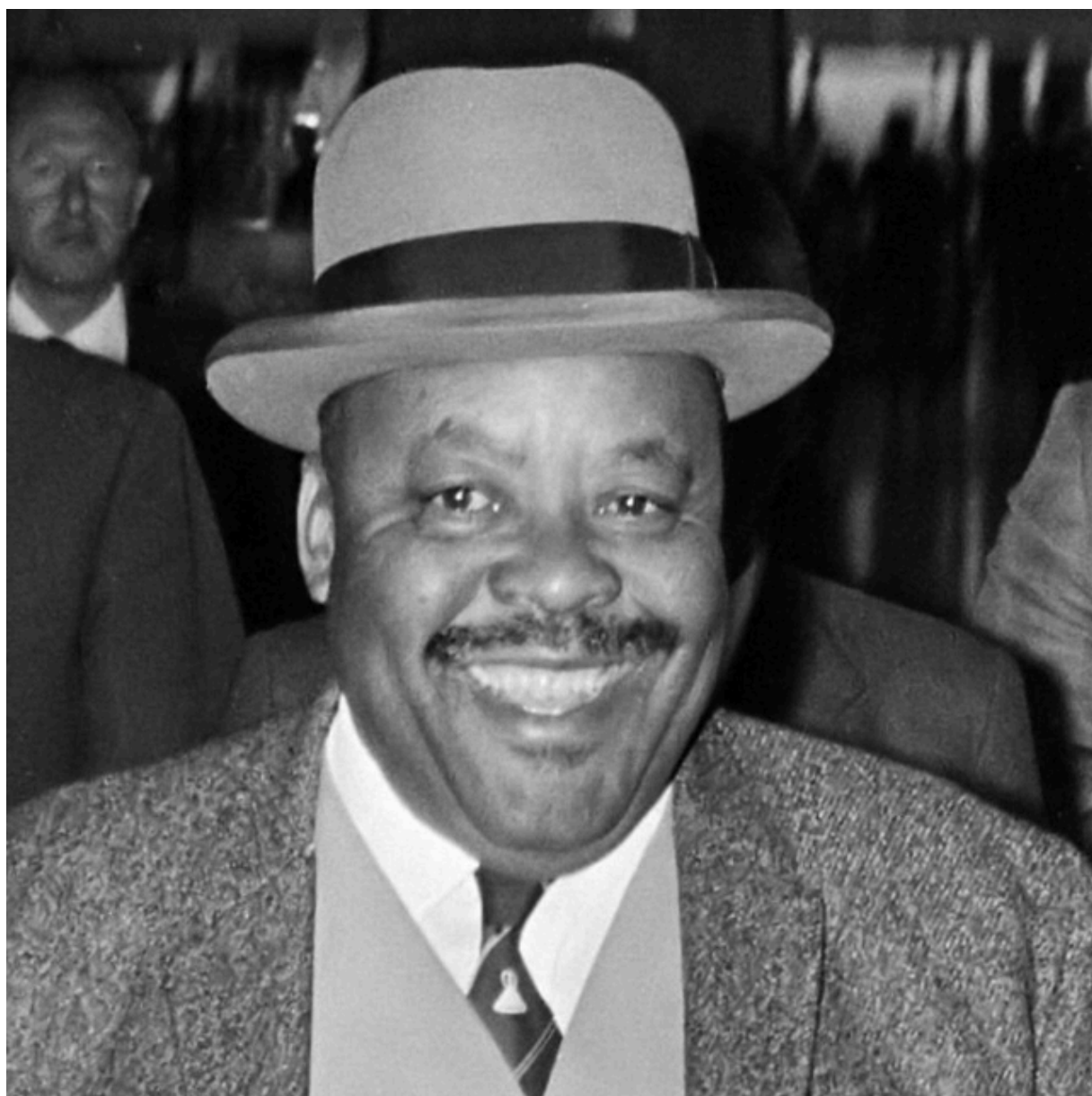
A pessoa que consegue administrar isso é o líder que pode priorizar cuidadosamente suas ações e mobilizar seus recursos, que tem um firme domínio dos detalhes, bem como a habilidade de ver a amplitude de um quadro maior, que confie em pessoas suficientes ao seu redor para fazer as coisas sem perder o controle, que não se importe com argumentação contrária (pelo menos em privado) vendo a lealdade não apenas através do prisma do acordo, que age, como Margaret Thatcher, para alcançar seu mandato mais do que tentar manter o consenso, e que tem um foco em laser na implementação.



General Omar N. Bradley. Foto: The Bradley Center

Talvez a última palavra sobre liderança deva ser deixada a Omar Bradley, um general que estava consciente do valor imutável dos aspectos práticos sobre a teoria na guerra: 'Amadores falam sobre estratégia, profissionais falam sobre logística.' Para Bradley, um líder tem de ser um polivalente que tem de possuir um plano. A liderança, conclui, centra-se na confiança, 'criando-a, irradiando-a e inspirando-a'.¹¹

Uma dimensão diplomática da liderança consiste em conseguir a adesão dos parceiros mais importantes.



EXEMPLO DE PAÍS



LESOTO

NECESSIDADE DE UM NOVO IMPULSO PARA LESOTO

por Greg Mills

A imagem de capa mostra o Chefe Joseph Leabua Jonathan. Foto: Joost Evers
(CC BY-SA 3.0 NL)

Desde a independência, em 1966, a política do Lesoto pode ser descrita como turbulenta. A política turbulenta é uma função de uma economia em declínio e vice-versa. Os sucessivos dirigentes não conseguiram reforçar a economia existente e encontrar novas fontes de crescimento e emprego.

A montanha russa política não tem ajudado. O líder da independência, o Chefe Joseph Leabua Jonathan, deu o primeiro golpe de Estado em 1970, contra os resultados das eleições desse ano, que é geralmente considerado como tendo perdido. Desde que o major-general Justin Metsing Lekhanya derrubou o governo de Jonathan, em Janeiro de 1986, o reino das montanhas passou por nada menos do que sete primeiros-ministros (três dos quais exerceram mais do que um mandato não consecutivo) e dois chefes de governo militares. Eleito com uma vitória esmagadora em Outubro de 2022, o partido Revolução para a Prosperidade, do Primeiro-Ministro Sam Matekane, lutou para fazer incursões nos desafios do Lesoto. Magnata dos negócios locais, Matekane fez fortuna na extração de diamantes e através de contratos de construção emitidos pelo governo.

A pobreza é onnipresente no reino das montanhas. O PIB per capita do país, de 1.100 dólares, é quatro vezes inferior ao do segundo membro mais pobre da União Aduaneira da África Austral (SACU), eSwatini. Cerca de 60% dos Basotho rurais vivem com menos de 1,25 dólares por dia. Cerca de 80% da população rural, ou seja, dois terços do total, depende da agricultura para a sua subsistência, que continua a ser quase exclusivamente alimentada pela chuva.

Não é de admirar que o Lesoto continue a ser vulnerável a mudanças nos fluxos de ajuda (cerca de 120 milhões de dólares por ano), nos padrões de precipitação, no preço dos

produtos de base, nas remessas e na sua parte das receitas pautais da SACU. O lento crescimento na África do Sul veio agravar o enfraquecimento das receitas da SACU, que tradicionalmente forneciam quase metade das receitas do governo, embora este valor tenha caído mais recentemente para apenas um terço. Consequentemente, o défice orçamental mais do que duplicou desde 2015.

A isto junta-se a estagnação dos fluxos de investimento, que rondam os 40 milhões de dólares por ano. E estes números reflectem uma relativa escassez de oportunidades de investimento fora do sector mineiro e do sector do vestuário.

Por conseguinte, não é surpreendente que muitos dos trabalhadores qualificados da população do Lesoto partam para a África do Sul, onde cerca de um quarto vive e trabalha, incluindo cerca de 50.000 mineiros. Além disso, nos últimos anos, o emprego no sector público aumentou enquanto o sector privado diminuiu. A massa salarial do sector público equivale a metade do orçamento nacional, o rácio mais elevado da África Subsariana.

Em grande parte graças à Lei do Crescimento e das Oportunidades para África (AGOA) dos EUA, promulgada em 2000, que permite a importação de produtos africanos com isenção de direitos para os EUA, o Lesoto tornou-se um centro de produção de vestuário da África Austral.

Consequentemente, o sector têxtil e do vestuário do Lesoto assegura cerca de 35.000 postos de trabalho, a maior parte dos quais são mulheres, contribuindo com pelo menos 10% do PIB. Contudo, este sector diminuiu recentemente devido ao aumento dos custos da mão-de-obra e aos desafios da exportação através dos portos ineficientes da África do Sul.

O povo basotho tem uma escolha a fazer. Podem encolher os ombros e ver o seu país continuar a declinar ou podem tomar medidas corajosas para alterar esta narrativa de deterioração. Por outro lado, a incapacidade de tomar medidas decisivas e o regresso às lutas políticas fracturantes e dispendiosas do passado recente apenas manterão o Lesoto em declínio, aumentando o mal-estar social e agravando a sua dependência da ajuda.

A escolha fundamental, que permitirá a tomada de medidas noutros domínios, consiste em criar um ambiente político em que as escolhas políticas sejam feitas no interesse do país e não no interesse da manutenção do poder e da obtenção de rendimentos a curto prazo.

Essa redefinição poderia incluir o seguinte:

- **Declarar o Lesoto uma ZEE:** as Zonas Económicas Especiais são concebidas para atrair investimentos, resolvendo os atritos de investimento numa economia, criando um clima favorável aos investidores e facilitando a realização de negócios. Uma decisão corajosa seria declarar todo o país uma ZEE, tratando das taxas do imposto sobre as sociedades, dos incentivos e da burocracia a nível nacional e não de forma fragmentada nas ZEE.
- **Diversificação dos mercados externos:** A dependência dos mercados sul-africanos e do acordo AGOA com os EUA para as exportações do Lesoto torna o país altamente dependente de variáveis externas que podem revelar-se pouco fiáveis à medida que a economia sul-africana vacila e os legisladores dos EUA debatem a continuação do AGOA. O Lesoto poderia, por exemplo, procurar negociar Acordos de Comércio Livre com os principais mercados externos, como os EUA, a União Europeia e o Reino Unido, o que incentivaria o crescimento das exportações e a diversificação dos factores de produção.
- **A despolitização dos salários:** As pressões salariais inflacionistas no sector público e as intervenções políticas resultaram em aumentos salariais insustentáveis no sector privado, que, por sua vez, afectam o

sentimento dos investidores e das empresas. Os salários têm de aumentar à medida que a concorrência aumenta e que mais investidores vêem o Lesoto como um destino para o seu capital.

- **Adopção de um novo espírito:** Tudo o que foi dito acima tem de ser realizado por uma vontade de abandonar a política de divisão do passado e o medo do papel dos estrangeiros, e de abraçar a mudança e uma maior integração com os mercados do mundo. Estes mercados trazem não só capital e comércio, mas também riqueza em termos de competências, tecnologia e redes.

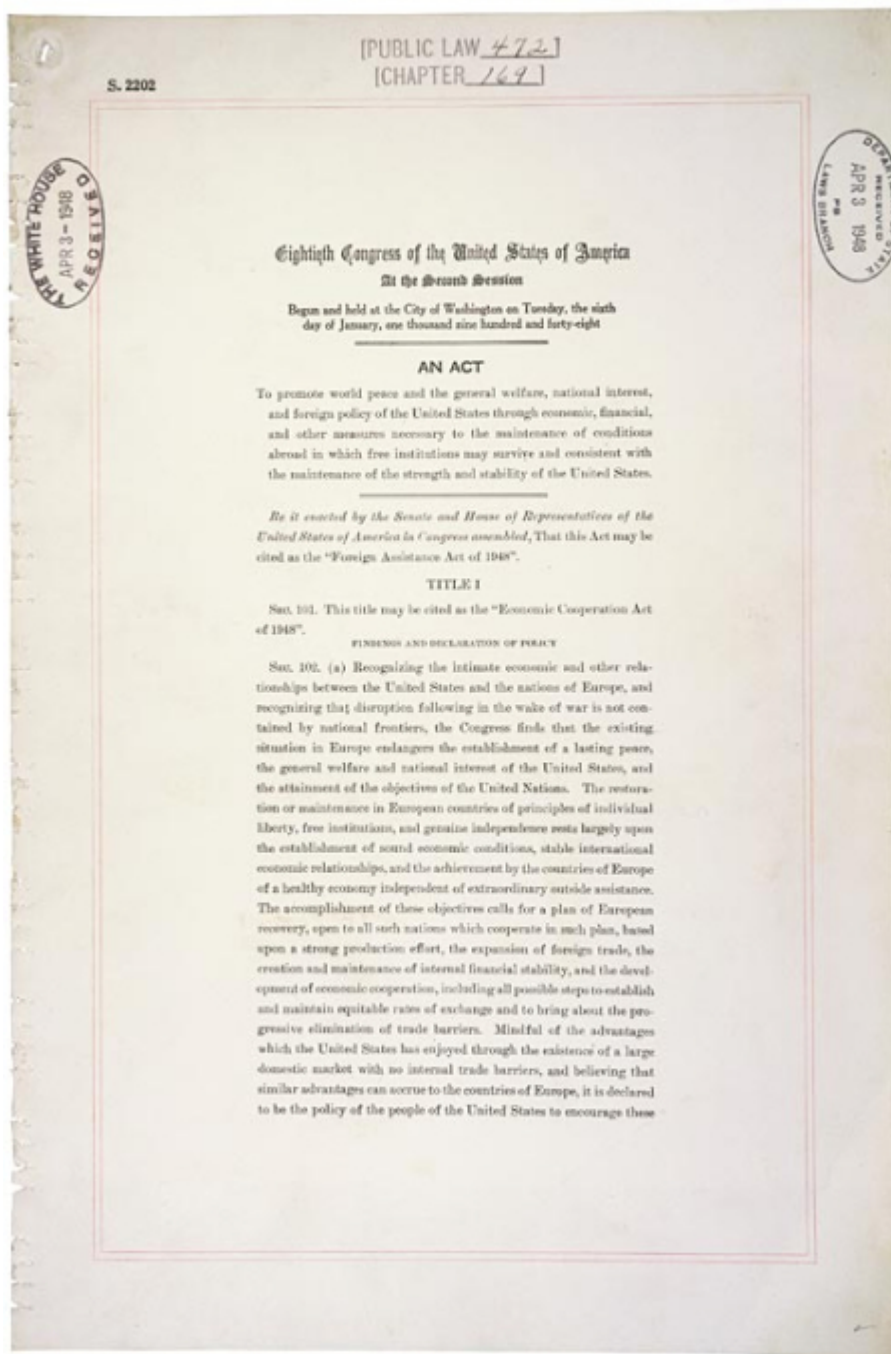
A política é fundamental para fazer as escolhas correctas. Mas a liderança tem de fazer as escolhas correctas e executar essas decisões com uma concentração de laser. Sem isso, o Lesoto só pode descer ainda mais em direcção a um eventual fracasso.

CRIAR UMA COINCIDÊNCIA DE INTERESSES GLOBAIS

Em Junho de 1947, num discurso proferido na Universidade de Harvard, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall, propôs que as nações europeias criassem um plano para a sua reconstrução económica, ao qual os Estados Unidos prestariam assistência financeira.



General Marshall no dia do famoso discurso do Plano Marshall. Foto: Flickr/OECD
Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CC BY-NC-ND 2.0)



Ato de 3 de abril de 1948, Lei de Recuperação Econômica Europeia, também conhecida como o Plano Marshall. Foto: National Archives and Records Administration

Seis meses mais tarde, o Presidente Harry Truman assinou a Lei de Recuperação Econômica, que ficou conhecida como o Plano Marshall, nos termos do qual os EUA transferiram mais de 13 mil milhões de dólares - aproximadamente 150 mil milhões de dólares em 2023 - para dezesseis nações europeias até à conclusão do Plano em 1952.

Tal foi o impacto imediato e positivo do Plano Marshall, que Truman propôs um programa internacional de ajuda ao desenvolvimento em

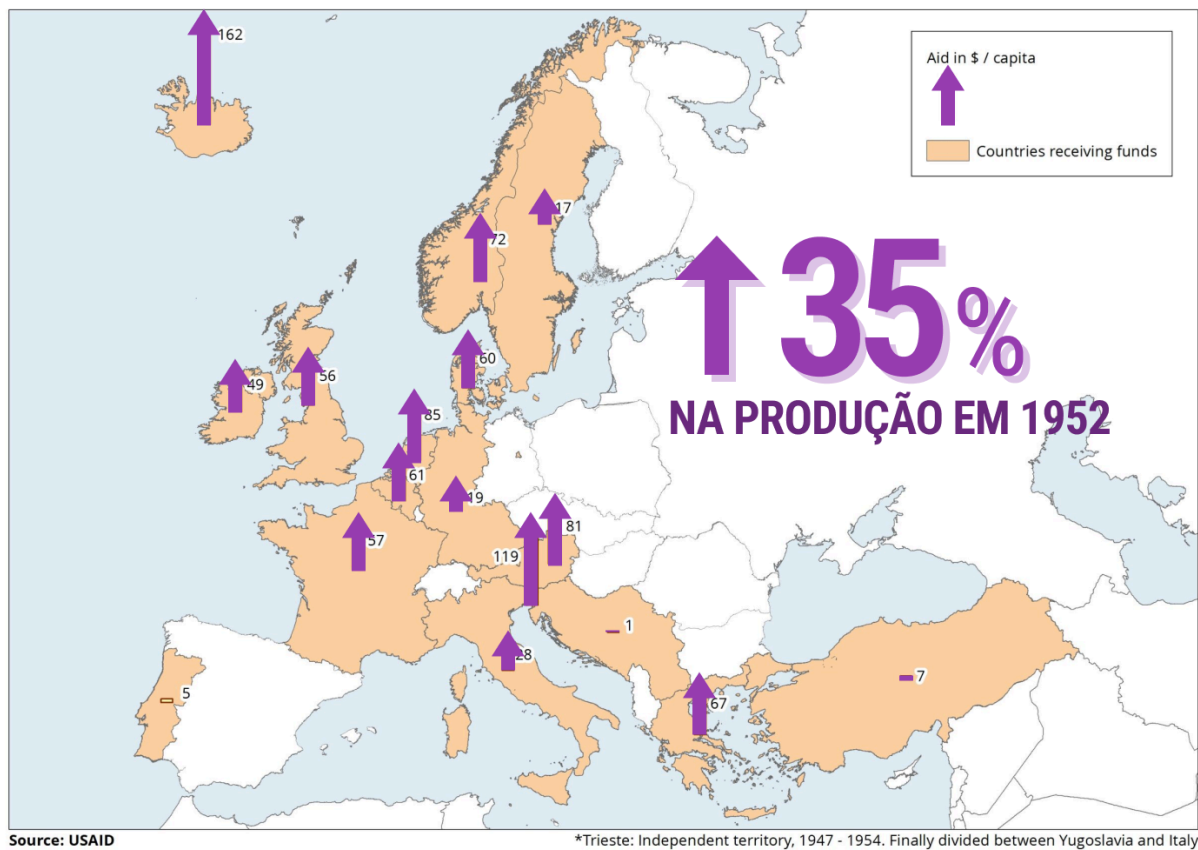
1949, que se transformou na USAID em 1961. Atualmente, a ajuda pública ao desenvolvimento – ajuda aos países em desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos – totaliza 185 mil milhões de dólares por ano, excluindo os fluxos privados e o dinheiro de doadores não tradicionais, incluindo a China, a Turquia e o Médio Oriente.



O Plano Marshall foi muito bem-sucedido em termos dos seus objectivos. Os países europeus envolvidos registaram um aumento de 35% na produção até 1952, tornando-se um baluarte contra a expansão comunista. Num ciclo virtuoso, criaram-se assim mercados crescentes e fiáveis para os produtos americanos (onde foi gasta grande parte do financiamento), melhorando a estabilidade social e política europeia e permitindo a recuperação económica.

DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS DO PLANO MARSHALL NA EUROPA, 1948-1951

Distribution of Marshall plan funds in Europe, 1948-1951



*Trieste: Território independente, 1947 - 1954, finalmente dividido entre a Jugoslávia e a Itália.

Fonte do mapa: USAID

O Plano Marshall funcionou porque se baseou na capacidade humana existente e os parceiros europeus estavam dispostos - de facto, desesperados na sequência da Segunda Guerra Mundial - a desempenhar o seu papel. A criação de fundos de contrapartida em moeda local constituiu uma fonte crucial para o investimento industrial, especialmente na Alemanha Ocidental.

O sucesso foi tal que o Plano Marshall se tornou uma metáfora para projectos de ajuda ao desenvolvimento em grande escala, dramáticos e transformadores, especialmente em África. A expressão "Precisamos de um Plano Marshall" tornou-se um padrão retórico para políticos sem imaginação que procuram uma resposta radical para uma situação de desenvolvimento difícil.

Mas aqui residem três problemas.

PRIMEIRO,

o Plano Marshall foi construído com base em competências pré-existentes. Apesar de todos os estragos causados pela guerra, havia ainda muitos alemães altamente qualificados e tecnicamente competentes, capazes de recuperar o atraso. O Plano Marshall proporcionou, numa primeira fase, liquidez para comprar alimentos essenciais, combustível e outros bens de consumo, e depois bens de capital, juntamente com o acesso aos mercados para a produção local. Esse acesso já existe em África. O que não existe é um conjunto de competências técnicas e tecnocráticas e um ambiente de governação capaz de as utilizar.

A relativa ausência destes recheios internos de competências, governação e capacidade pode ser vista no rácio máximo de ajuda em relação ao PIB para a Europa no âmbito do Plano Marshall (2,5%) em comparação com África (menos as duas maiores economias da África do Sul e da Nigéria) *por volta de 2020* (5%).¹² Mais dinheiro não resolverá por si só estas carências produtivas - especialmente a falta de capacidade institucional e de competências.

SEGUNDO,

os europeus eram parceiros dispostos a desempenhar o seu papel na recuperação. Em comparação, a ajuda a África fracassou quando os africanos a viram menos como um incentivo à reforma e um investimento na mudança do que como uma forma de reparação. Também falhou, uma vez que as tentativas externas de impor condições (que era um aspecto fundamental do Plano Marshall) se revelaram impossíveis em África. Isto deve-se, em parte, ao facto de os políticos locais se terem revelado especialmente hábeis em contrapor esta situação à culpa colonial e racial, e de os europeus não terem tido a coragem de aplicar os princípios do “pegar ou largar”. O imperativo

estratégico da Guerra Fria reduziu essas condicionalidades, em que a fiabilidade era menos determinada pela adesão às normas de governação do que pelo apoio a um ou outro lado.

TERCEIRO,

onde os actores internacionais podem desempenhar um papel útil no desenvolvimento não só através do financiamento (que é útil, se for gasto mais em capital a bom preço do que em bens de consumo), mas também através de um acesso mais barato ao mercado (uma vez que mais comércio equivale a um maior crescimento) e, especialmente, como instrumento de disciplina externa.

É neste último domínio - como instrumento de disciplina externa - que a integração tem talvez os seus maiores benefícios a curto prazo, para além da necessidade óbvia de acelerar o comércio através das fronteiras, concentrando-se mais na eliminação dos obstáculos físicos em fronteiras ineficazes do que em grandes regimes de redução pautal a longo prazo.

Um político espanhol observou sucintamente o papel de Bruxelas na política fiscal nacional no contexto dos modos despesistas da administração Zapatero (2004–2011):

"A UE é uma vacina contra os políticos nacionais irresponsáveis."



Primeiro Ministro José Luis Rodríguez Zapatero. Foto: Flickr/European Parliament (CC BY-NC-ND 2.0)

Isto é correto para a política europeia, assim como tem sido verdadeiro, também, para o México no contexto do Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA). O desafio para os de fora que trabalham com a África e outros mercados relativamente não globalizados é imaginar um sistema de vantagem recíproca além das preferências comerciais baseadas na culpa estrangeira e no desespero local, para um sistema que entrelace aspectos mais amplos de crescimento e desenvolvimento.

Essas relações devem incluir a eliminação de barreiras comerciais, mas também proteções de propriedade intelectual, proteções ambientais e laborais, bolsas de estudo universitárias, disposições de visto, ajuda para infraestrutura e saúde, e colaboração na manutenção da ordem pública.

O objetivo geral dos processos de integração tem de ser, como na Europa e no México, acessar mercados mais ricos.

Foi também assim que a Ásia se desenvolveu - fornecendo bens baratos aos mercados mais ricos inicialmente usando seu diferencial de custo de trabalho. Como 97,2% da economia global situa-se fora da África, por exemplo, e quase 40% apenas nos EUA e UE,¹³ o objetivo do continente tem de ser reduzir as barreiras ao comércio com o mundo exterior - como Marrocos conseguiu - pelo menos tanto quanto entre si.

Historicamente, durante a era imperial, os interesses externos em relação à África eram conduzidos por um caucus e a interseção de interesses de políticos, funcionários públicos e homens de negócios. Durante essa era, a política era orientada para a manutenção da lei e da ordem, a arrecadação de impostos para pagar pela administração da colônia, o estímulo à produção de matérias-primas para exportação para a potência colonial e o estabelecimento de um mercado consumidor para a compra de bens manufaturados em troca. Estes países representavam, como Frederick Forsyth nos recorda em seu tratamento da insensibilidade da hierarquia britânica na guerra civil nigeriana, 'não uma terra com uma população de pessoas reais, mas um mercado'.

Quaisquer ameaças ao mercado deviam ser desencorajadas, mesmo que isso implicasse ignorar o processo democrático e os direitos humanos.¹⁴

Essa indiferença tem-se perpetuado no período pós-colonial. A política não se baseia normalmente no apoio às populações locais e às suas necessidades, mas na manutenção dos interesses externos através do regime local no poder. Isso não deveria surpreender a África; não é da responsabilidade dos estrangeiros estarem mais interessados na sorte e no bem-estar dos africanos do que na manutenção dos seus próprios interesses estratégicos e comerciais.

A isto se junta a realização, por parte dos estrangeiros, de que você pode se safar apenas lidando com uma pequena elite, que se você

controlasse (ou influenciasse) a capital, você controlaria o país. Portanto, havia pouco interesse em promover a governança, especialmente a governança representativa, e a administração que a acompanha nas províncias.

Na era contemporânea, o otimismo em relação a esquemas de desenvolvimento impulsionados pelo exterior raramente é informado sobre o que é melhor para as populações locais. Afinal de contas, esta não é o principal eleitorado dos poderes externos. Em vez disso, centra-se em assegurar os interesses dessas potências externas. Que os africanos, por exemplo, não sejam prejudicados no processo recai em certa medida sobre seus governos e, quando essa salvaguarda falha, como rotineiramente acontece, sobre a sociedade civil africana. Os mesmos provisos são verdadeiros para o papel das empresas; as empresas raramente encontraram um governo de que não gostassem. Cabe aos democratas pedir-lhes contas, não menos através das instituições estabelecidas para este fim: os tribunais, o parlamento e os meios de comunicação.

Assim, aqueles extremos que acreditam que a salvação virá de fora, ou que o problema está fora do continente, estão fora de rumo. A África, em particular, gasta muita energia nesta área de política, não menos porque externalizar a solução (como o problema) ajuda a desviar a atenção das falhas de atores domésticos. Daí a desproporcionalidade do tempo gasto em evasão fiscal e narrativas de conspiração sobre o papel das empresas multinacionais e a externalização de lucros. Em vez disso, a atenção deve centrar-se nas coisas mais facilmente alteráveis pelos atores domésticos, não menos na melhoria da produtividade e redução das fricções empresariais.

Isso requer alinhar tanto a política quanto a execução dela com uma agenda de crescimento econômico.

O fraco desempenho criado pela incompetência e falta de responsabilização não tem nada (ou tem muito pouco) a ver com práticas e atores externos. E pressionar os atores externos por uma parcela maior não é o caminho para uma maior prosperidade; ao contrário, garantirá uma maior miséria. Mesmo se os impostos corporativos fossem aumentados para 100%, o cumprimento fiscal universal e a externalização de quaisquer lucros fosse zero, a produtividade não melhoraria e nem o crescimento econômico, pois 'uma economia não cresce com impostos, ela cresce com a produção de bens e serviços.'¹⁵ Os constrangimentos políticos, e custos, de fazer melhores escolhas e melhorar os incentivos e avançar das desculpas para uma agenda de crescimento permanecem, desta forma, o impedimento significativo ao desenvolvimento.

Existem outros limites para o papel dos de fora. Seus interesses em corrigir o fracasso não podem ser maiores do que os interesses dos locais se qualquer processo de reforma for sustentável.

Ao fazê-lo, a África também precisa confiar menos na caridade de atores externos do que nos seus interesses em ganhar dinheiro.

O colonialismo, que tinha sua própria rotina de extração e desempoderamento local, sem dúvida contribuiu para a forma como os interesses locais veem os benefícios da mudança e o papel dos de fora. Ações que contribuem para essa falta de confiança e percepções de falta de respeito não são suscetíveis de ajudar. A culpa também está na tendência das elites locais de ver o mundo através de uma lente de suspeita e conspiração, uma perspectiva neo-mercantilista que é precisamente o oposto do funcionamento da economia global, como indicam os casos de estudo positivos neste volume. De qualquer forma, esses interesses enraizados e essas visões contrárias à reforma



EXEMPLO DE PAÍS



ÁFRICA DO SUL

O QUE FAZER QUANDO ESTIVER NO PODER

por Mayor Geordin Hill-Lewis

A foto de capa mostra Geordin Hill-Lewis, Presidente da Cidade do Cabo, na África do Sul. Foto: Democratic Alliance (CC BY-SA 3.0 ZA)

Uma afirmação frequentemente repetida no meu sector de trabalho é que a única coisa pior do que perder uma eleição é ganhá-la e depois governar mal. Apoio plenamente este sentimento - não há mensagem mais poderosa do que a da demonstração. Mas gostaria de acrescentar a isto a importância crucial de comunicar bem no governo.

Se querem que a vossa marca de governação perdure nos corações e nas mentes dos eleitores, então é crucial que encontrem uma forma de comunicar claramente essa marca - a vossa visão, as vossas prioridades e, em última análise, também os vossos êxitos. Este tipo de comunicação estratégica, que se concentra na repetição de uma série de mensagens-chave em oposição aos anúncios governamentais correntes, tem como objectivo responder a uma pergunta simples: o que quero que os residentes ou eleitores pensem e sintam sobre este governo?

Para o nosso governo na Cidade do Cabo, a ênfase foi colocada em três áreas: criar um sentimento de otimismo e orgulho, restaurando a esperança na nossa cidade; tranquilizar os residentes de que os protegeremos dos fracassos do Estado nacional; e prometer fazer mais através de melhores serviços básicos, mais inovação no governo, uma atitude mais atenciosa e mais transparência.

Sob uma promessa de marca abrangente com um sentido muito claro de objectivo superior - "Uma Cidade de Esperança para Todos" - identificámos sete áreas prioritárias e assumimos um compromisso quantificável para cada uma delas. Estas promessas tornaram-se parte integrante do nosso Plano de Desenvolvimento Integrado quinquenal e cada uma delas tornou-se também um programa prioritário autónomo, dependente do meu gabinete.

O mantra para uma boa comunicação estratégica é ser coerente com a mensagem, em volume, ao longo do tempo. Comunicar apenas sobre as coisas que ganham votos (na mensagem), garantir que esta mensagem chegue ao maior número possível de pessoas (em volume) e reforçar a sua mensagem através da repetição frequente (ao longo do tempo).

Também é importante ligar a sua mensagem a questões - por outras palavras, a um assunto específico de interesse público, como a fome infantil, a segurança da comunidade ou a qualidade da água - por oposição a temas mais vastos. Uma questão específica não só demonstra claramente aquilo com que se preocupa, como também é aquilo que os meios de comunicação social estão interessados em cobrir. É então necessário manter as suas questões no ciclo de notícias durante o máximo de tempo possível através de novos ângulos e medidas de acção.

É crucial lembrar que os nossos eleitores ou residentes não têm necessariamente o mesmo interesse que nós nestas questões e nas nossas mensagens. Quando nos sentimos saturados com uma história, eles podem estar a ouvi-la pela primeira vez. É por isso que a parte "ao longo do tempo" do mantra exige não só disciplina mas também um planeamento cuidadoso dos meios de comunicação. Terá de gerir uma grelha de meios de comunicação, realizar reuniões de comunicação regulares, contratar profissionais no terreno e estar sempre disponível e recetivo na sua comunicação.

Mantenha sempre a linguagem das suas mensagens clara e simples, apoie sempre esta mensagem com uma pequena lista de provas e lembre-se sempre de que não está apenas a transmitir informações, mas que também quer evocar um

sentimento em relação ao seu governo, seja ele de optimismo, orgulho ou uma sensação de carinho.



EXEMPLO DE PAÍS



SPAIN

DANÇAR COM OS SEPARATISTAS: LIÇÕES DA COLIGAÇÃO ESPANHOLA

por Greg Mills

A imagem de capa mostra Pedro Sánchez Pérez-Castejón, Primeiro-Ministro de Espanha. Foto: Flickr/NATO (CC BY-NC-ND 2.0)

As eleições legislativas de Julho de 2023 na Espanha não conseguiram dar a maioria a nenhum partido político. Pedro Sánchez, o primeiro-ministro em exercício no poder desde 2018, conseguiu reunir uma coligação para se manter no

governo. Este complexo agrupamento tinha como principal objectivo manter-se no poder e não a governação.

¹ Instituto Juan de Mariana, 'El impacto de la inflación sobre las familias españolas', 2024, <https://juandemariana.org/wp-content/uploads/2024/01/Informe-impacto-de-la-inflacion-en-las-familias-en-Espana-B7.pdf>.

² 'Spain Needs Immigrants. But Does It Still Want Them?' *The Economist*, 4 December 2021, https://www.economist.com/europe/2021/12/04/spain-needs-immigrants-but-does-it-still-want-them?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=18151738051&ppcadID=&response.anonymous&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwk6SwBhDPArlsAJ59GwcTRZsXhDanvU



EXEMPLO DE PAÍS



MALAWI

PODERÁ O MALAWI “DESENCALHAR-SE”?

por Greg Mills

Foto de capa: Silhueta de Pessoas por Keith Wako

O Malawi está bloqueado. Entre os cinco países mais pobres aquando da independência, em 2021 ocupava o segundo lugar

a contar do último lugar a nível mundial. As suas estatísticas vitais assemelham-se a um dia mau no Somme.

O seu rendimento per capita é de 390 dólares, um quarto da média subsariana, ou seja, sete vezes menos do que a média mundial. Os malawianos eram muito pobres aquando da sua independência, em 1964, e o seu rendimento médio correspondia apenas a 5% da média mundial; actualmente, o seu rendimento desceu ainda mais, de forma inimaginável, para uns míseros 3,5%. Por outras palavras, os malawianos são quase 30 vezes mais pobres do que o cidadão médio a nível mundial, uma estatística espantosa quando se contemplam as suas vantagens em termos de desenvolvimento (um lago que cobre um quarto da sua área total e terras agrícolas ricas) e a forma como compreendemos actualmente as escolhas, os desafios e as opções de desenvolvimento.

Após a independência, os padrões de crescimento do Malawi acompanharam inicialmente os da África Subsariana, com um aumento anual de 3,7%. No entanto, a partir de 1980, começou a ficar atrás do resto do continente, que, nessa altura, não tinha um desempenho brilhante. O PIB real per capita do Malawi cresceu em média apenas 1,5%, por exemplo, entre 1995 e 2015, muito abaixo da média de 2,7% das economias africanas não ricas em recursos naturais.

Há poucos países tão pobres que não estejam em guerra. Pelo menos isso o Malawi tem a seu favor. Para agravar ainda mais a situação, o Malawi tem-se mantido vulnerável a crises financeiras episódicas, caracterizadas por problemas de balança de pagamentos, indisponibilidade de divisas, aumento da inflação, elevados níveis de endividamento e um colapso das taxas de crescimento. Porque é que o Malawi é tão pobre

e porque é que a tendência para a crise é recorrente e o retrocesso constante?

Esta situação resulta, evidentemente, de muitos factores. Muitos malawianos sublinham a combinação de uma herança colonial pobre, o facto de o país não ter acesso ao mar, a pobreza e condições de comércio desfavoráveis. Outros preferem apontar para o duro regime de Kamuzu (Hastings) Banda, o autoritário de educação escocesa que governou o país com mão de ferro até ao advento do multipartidarismo em 1994 - embora os malawianos estejam divididos na sua lealdade em relação ao legado de um homem que se referia ao seu próprio povo como "crianças na política".

Apesar de as coisas terem começado a desmoronar-se durante o governo de Banda, especialmente no final da década de 1980, forçando a chegada do Banco Mundial e a imposição de uma série de reformas pró-mercado, e de o crescimento ter sido baixo, ele era temido e, conseqüentemente, continua a ser venerado.

O tipo de política de homem grande de Banda realça um elemento consistente ao longo das últimas seis décadas: as más escolhas feitas pela liderança e a natureza corrosiva da governação. Não é que o Malawi não tenha governação, mas sim que o objectivo do governo é enriquecer uma elite à custa dos pobres. O que está em causa é a preferência por um pacto político entre as elites para extrair rendas - até ao ponto de provocar a macro-instabilidade. De acordo com este argumento, não existe consenso para fazer crescer o bolo para todos. Em vez disso, o bolo é partilhado entre poucos. Esta afirmação é corroborada pela resistência em assegurar uma rede ferroviária adequada (actuando no interesse de uma máfia dos transportes), pela resistência à reforma agrária

(mantendo o povo pobre e os interesses da elite assegurados), pela resistência à reforma dos subsídios aos fertilizantes (para os que vendem e distribuem) e pela variedade de intermediários estatais em quase todas as áreas da economia, desde as leiloeiras de tabaco aos agentes de compra de milho.

Em cada uma destas áreas há rendas a proteger e círculos eleitorais a manter. Este argumento é utilizado para explicar a razão pela qual o governo manteve o estilo de intervenção do Estado na economia, quando este, mesmo no final da década de 1980, supostamente relativamente próspera, se revelou pouco flexível, ao ponto de o governo ter de pedir assistência ao Banco Mundial. Esclarece também por que razão o Malawi continua a aplicar regimes de subsídios aos factores de produção agrícola e a evitar as oportunidades do mercado regional, e por que razão a função pública é comparativamente grande (180 000), mas orientada menos pelo desempenho do que pela lealdade e por uma cultura perniciosa de subsídios "per diem" para aumentar os baixos salários.

A maior realização dos dez anos de governo de Bakili Muluzi foi a transição para a democracia em 1994. O seu mandato, marcado por alegações de corrupção e pela escassez de milho, poderia, na melhor das hipóteses, ser descrito como uma versão mais amável e simpática das três décadas de governo duro de Banda, mas também sem a sua governação e probidade. O sucessor escolhido a dedo por Muluzi, Bingu wa Mutharika (nascido Brightson Webster Ryson Thom), pode ter parecido um reformador e alguém que compreendia, pelo menos no papel, as leis da economia, tendo em conta os seus anos como Secretário-Geral do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), mas revelou-se um presidente errático. As suas tentativas de aumentar a segurança alimentar

e a produção de milho no Malawi através da subsidiação de factores de produção resultaram num aumento maciço da produção, mas também alimentaram a corrupção e desviaram fundos de outras áreas. Os protestos nacionais de 2011, desencadeados pelo agravamento da escassez de combustível, pela subida dos preços, pelo desperdício do governo (incluindo a compra de um jato presidencial) e pelo elevado desemprego, foram alvo de uma violenta repressão, uma vez que Mutharika afirmou que iria "expulsar" os seus inimigos. Este facto só veio agravar a escassez de divisas e de combustível, uma vez que os doadores retiveram fundos. Após a morte de Mutharika de um ataque cardíaco, um golpe palaciano, liderado pelo seu irmão Peter Mutharika, para tentar afastar a vice-presidente afastada de Binu, Joyce Banda, falhou e esta tornou-se presidente em abril de 2012. As impressionantes reformas iniciais para estabilizar a moeda, normalizar as relações internacionais e reduzir as despesas excessivas foram ultrapassadas pelo escândalo de corrupção governamental "Cashgate", e Joyce Banda perdeu facilmente as eleições presidenciais de 2014 para Peter Mutharika. Num padrão semelhante ao dos seus antecessores, o mandato de Mutharika foi marcado pelo descontentamento popular, com escassez de alimentos e de energia eléctrica e alegações de corrupção. A sua vitória nas eleições de Maio de 2019 foi amplamente contestada, com uma adulteração generalizada dos resultados que levou ao apelido de "Tipp-Ex Election". Na sequência do pedido do Partido do Congresso do Maláui (MCP) e do Movimento de Transformação Unida (UTM), da oposição, ao Tribunal Superior para anular os resultados e realizar novas eleições, o Tribunal Constitucional do Maláui decidiu anular as eleições, ordenando a realização de novas eleições dentro de 150 dias. Mutharika obteve apenas 40%

dos votos e foi derrotado por Lazarus Chakwera, do MCP. No entanto, o mandato de Chakwera demorou muito tempo a entrar no seu ritmo, com poucos progressos nas reformas fundamentais necessárias e desgastado pelos crescentes escândalos de corrupção.

Como quebrar este ciclo repetitivo de “promessas iniciais seguidas de corrupção e desilusão esmagadora” para que o Malawi progrida de forma a ajudar as suas crescentes fileiras de pessoas a saírem da pobreza? Poderão os de fora ajudar?

Neste caso, há várias escolas de pensamento, pontuadas por um espectro de optimismo. Uma delas é que isto nunca poderá acontecer e que os doadores, entre outros, estão simplesmente a agravar o problema. A prova disso é que os 26 mil milhões de dólares gastos em financiamentos de doadores desde 1964 não conseguiram mudar o sistema de governação e a pobreza cíclica e bloqueada (baixo rendimento, finanças públicas fracas, educação e saúde deficientes, infra-estruturas limitadas, baixo investimento e baixo crescimento). Pelo contrário, incentivou o comportamento de procura de rendimentos e desincentivou as reformas ao fornecer uma rede de segurança. Embora os doadores argumentem contra isto - em parte porque os perus raramente votam no Natal e porque existem preocupações humanitárias válidas quanto ao corte da ajuda - as provas sugerem que, na melhor das hipóteses, as despesas dos doadores tornaram as coisas “menos más”.

Outra versão deste argumento do “desenvolvimento através da ajuda” é a de que é preciso mais dinheiro dos doadores - que os actuais mil milhões de dólares anuais para o Malawi são muito pouco para fazer a diferença, e que apenas oferecem um penso rápido para o que é uma ferida no peito, em termos

de desenvolvimento. Os perigos desta abordagem podem ser vistos no fracasso catastrófico de projectos que provam este argumento, incluindo os esquemas falhados das Aldeias do Milénio de Jeffrey Sachs, que funcionaram em dois locais no Malawi.

A terceira é que a mudança é possível, e é preciso procurar os rebentos verdes nos próprios malawianos, no sistema judicial (que se manteve firme contra o regime do Presidente Peter Mutharika na repetição das eleições), nas ONG e no sector privado.

Em muitas outras áreas, os esforços de reforma orientados para o exterior criaram incentivos para que os actores estabelecessem a forma - mas não a função - das instituições, ao mesmo tempo que minavam a voz dos reformadores nacionais. A pressão externa gerou uma reacção "newtoniana" por parte dos reformadores nacionais, que se moveram na direcção oposta, uma tendência alimentada por instintos populistas e respostas fáceis. Mal gerida, demasiada pressão pode cortar o diálogo e perturbar as relações - e sem um mensageiro de confiança, não pode haver mensagem.

Começando por pequenas acções, reforçando as vozes locais nos locais onde a mudança é necessária e mantendo-se firme durante muito tempo, as circunstâncias mais desesperadas e aparentemente impossíveis podem ser alteradas. Se as pessoas de fora conseguirem fazer isto e evitarem amplificar as suas próprias vozes para fazer avançar as suas carreiras e interesses, então a confiança pode ser reforçada e podem ser feitos progressos.

No Malawi, isto exige uma liderança capaz não só de identificar os problemas, mas também de dar prioridade e

executar as soluções, ser capaz de evitar escolhas económicas autodestrutivas (ainda que populistas) (como a lei da reforma agrária, que efectivamente retira terras a estrangeiros, ou a proibição da exportação de milho), e estar disposta a abandonar o controlo - ou pelo menos partilhar os benefícios da mudança.

¹ Este capítulo foi retirado de Greg Mills, *Rich State, Poor State: Why Some Countries Succeed and Others Fail*. Joanesburgo: Penguin Random House, 2023.

² Entrevista, Vice-Primeiro-Ministro Artis Pabriks, Riga, outubro de 2022.

³ Agradeço ao Tommy Koh por este ponto.

⁴ Sergei Guriev e Daniel Treisman, *Spin Dictators: The Changing Face of Tyranny in the 21st Century*. Princeton: Princeton University Press, 2022.

⁵ "Os africanos querem democracia - e acham que a estão a ter?" *Afrobarómetro*, 2 de Novembro de 2021, <https://www.afrobarometer.org/articles/do-africans-want-democracy-and-do-they-think-theyre-getting-it/>.

⁶ Ver David Remnick, "The Weakness of the Despot: An Expert on Stalin Discusses Putin, Russia, and the West", *The New Yorker*, 11 de Março de 2022, <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/stephen-kotkin-putin-russia-ukraine-stalin>.

⁷ Al Murray, *Command: How the Allies Learned to Win the Second World War*. Londres: Headline, 2022. Ver também James Holland, *Together We Stand: North Africa, 1942–1943: Turning the Tide in the West*. Londres: HarperCollins, 2005, especialmente pp. 674–6.

⁸ Ver <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/DavidPetraeusTranscript.pdf>.

⁹ Os meus agradecimentos ao Dr. James Sherr pelas suas ideias.

¹⁰ Esta afirmação foi transmitida pelo Presidente Olusegun Obasanjo durante a sua visita a Singapura, em Novembro de 1993, com o Fórum de Liderança Africana.

¹¹ Murray, *Command*, p. 163.

¹² Esta comparação é destacada em Greg Mills, *Expensive Poverty: Why Aid Fails and How It Can Work*. Joanesburgo: Pan Macmillan, 2021.

¹³ Ver <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>.

¹⁴ Frederick Forsyth, *The Biafra Story: The Making of an African Legend*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2015.

¹⁵ Estou grato a Sydney Matamwandi por este ponto.

POSFÁCIO



by **ADALBERTO COSTA JR.**
Membro da Assembleia Nacional de Angola



O juiz-chefe sul-africano Raymond Zondo (E) dá posse a John Steenhuisen como Ministro da Agricultura, em uma sessão do Parlamento sul-africano em 3 de julho de 2024, na Cidade do Cabo. O novo governo de unidade da África do Sul, sob o presidente Cyril Ramaphosa, é o primeiro do tipo no país após 30 anos de governo do ANC. Foto: RODGER BOSCH/AFP via Getty Images

A ascensão da democracia na África Austral pode ser dolorosamente lenta, mas está em curso, como demonstram as recentes eleições. Em 2024, na África do Sul, após 30 anos no poder, o ANC foi reduzido a 40% dos votos e forçado a unir-se com outros partidos para formar governo, descrito como um “governo de unidade nacional”. Isso causou um forte impacto na região, dando sinergia aos partidos na oposição e eleitores.

Em Moçambique, em Outubro, os eleitores rejeitaram a FRELIMO, que tentou permanecer no poder gerando caos pós-eleitoral e declarando-se vencedora, com os aliados ideológicos a apoiar rapidamente o resultado fraudulento. Uma contagem paralela dos resultados das assembleias de voto mostrou claramente que a oposição tinha ganho as eleições. Isto mesmo foi reforçado pelo grande número de pessoas que têm saído às ruas para protestar.

O que se seguiu no Botsuana, no mesmo mês de Outubro, foi notável. O Partido Democrático do Botsuana (BDP), no poder desde 1966, foi derrotado pela Umbrella for Democratic Change, que empurrou o partido governante para o quarto lugar. Lá, o desvio em direcção ao autoritarismo e à perseguição injustificada do ex-presidente Ian Khama levaram a uma reacção generalizada dos eleitores.



O recém-eleito presidente do Botsuana, Duma Boko (C), ladeado pela Primeira-Dama Kaone Boko (D) e pelo Chefe de Justiça Terence Rannowane (E), gesticula enquanto presta juramento durante sua posse no Estádio Nacional em Gaborone em 8 de novembro de 2024. A tomada de posse de Boko consolida uma mudança turbulenta de governo após sua vitória eleitoral esmagadora, expulsando o partido no poder há quase 60 anos. Foto: MONIRUL BHUIYAN/AFP via Getty Images

Na Namíbia, em Novembro, o partido governante SWAPO caiu de 86% dos votos em 2014 para apenas 57% em 2024, pelo menos oficialmente. No entanto, há sérias dúvidas sobre como esse resultado foi alcançado, já que as urnas permaneceram abertas para além do prazo previsto, enquanto o partido governante buscava mais votos, levando a oposição a contestar o processo.

Na Tanzânia, líderes da oposição, entre eles Tundu Lissu, foram presos em várias ocasiões durante o período que culminou com eleições locais em Novembro. O resultado – impressionantes 98% dos assentos conquistados pelo partido governante Chama Cha Mapinduzi (CCM) – foi seriamente questionado, considerando a desqualificação de candidatos e membros da oposição.

Também em Novembro, nas Maurícias, a voz do povo foi ouvida nas eleições gerais, em que a Aliança Lepep, no poder, foi praticamente eliminada pela oposição, a Alliance du Changement, que venceu nas 21 circunscrições. Na maior margem de vitória em quase três décadas, as questões centrais da campanha foram aquelas que impactaram a população: o custo de vida, a criminalidade e a corrupção.

Mais ao norte, no Uganda, Yoweri Museveni completa quatro décadas de governo ininterrupto marcado por repressões brutais à oposição e eleições manipuladas. Também em Novembro, o líder da oposição, Dr. Kizza Besigye, foi levado a um tribunal militar sob acusações absurdas. Está claro que, no Uganda, também o povo manifesta estar farto.

No meu próprio país, Angola, já vimos esse filme antes. Nas últimas eleições, em Agosto de 2022, observadores independentes afirmaram amplamente que a oposição ganhou. No entanto, após inúmeras irregularidades e decisões judiciais sem credibilidade, o partido governante MPLA manteve-se no poder, alegando 51% dos votos. Aprendemos com este episódio e com outros golpes contra a democracia. Mas agora enfrentamos novos desafios. Em Angola, João Lourenço está a tentar forçar uma mudança constitucional e também alterações nos estatutos do seu próprio partido para eliminar os limites de dois mandatos previstos em ambos os casos.



Vários milhares de apoiantes da oposição angolana realizaram uma marcha pacífica na capital Luanda em 23 de novembro de 2024, na primeira grande manifestação desde uma votação disputada em 2022. O protesto foi organizado pelo partido União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que perdeu as últimas eleições gerais para o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que governa o país há quase cinco décadas. Foto: JULIO PACHECO NTELA/AFP via Getty Images

Outros ditadores africanos estão a tentar fazer o mesmo. Eles querem permanecer no poder pelo maior tempo possível, mesmo que isso signifique recorrer a golpes constitucionais, que deveriam ser motivo para sanções e isolamento por parte das nações democráticas.

O que fica claro em todos esses casos é que há uma crescente ousadia por parte de governos autoritários diante de uma onda crescente de impaciência e revolta nas suas populações devido ao fracasso daqueles em oferecer uma vida melhor.

A democracia tem sido utilizada para transferir o poder em alguns países e abusada para mantê-lo em outros.

O adiamento da inevitável mudança de liderança em África não durará, mesmo que alguns dos autocratas tenham estranhos amigos no

Ocidente, que parecem colocar os seus interesses acima dos direitos do povo.

As grandes potências vêm África como um reservatório de votos multilaterais para serem manipulados como fichas de um jogo. Isso pode gerar ganhos a curto prazo, mas, quando a mudança chegar, esse investimento de capital diplomático em regimes falidos voltará para assombrá-los.

Quando as pessoas arriscam as suas vidas para lutar pela democracia, elas deveriam merecer o apoio de outras democracias. Estão na linha de frente de uma luta global para devolver ao povo o centro do poder, mas, em vez de receberem o apoio da comunidade de nações democráticas, têm que olhar por cima do ombro enquanto aqueles que deveriam fazer mais, aliam-se aos autocratas contra os quais deveriam agir.

Mas não se enganem: venceremos essa luta para trazer abertura, transparência e democracia à governança.

É o que a maioria dos africanos, especialmente jovens deseja, e é o único caminho para acelerar o tão necessário crescimento e inclusão económica. O histórico africano é claro: independentemente da tentação de acreditar nos resultados “eficientes” de ditaduras. O único caminho confiável para a boa governança e crescimento é através da democracia.

Este manual delineia como chegar lá.

EM CONCLUSÃO



by **PETER OBI**

Ex-Governador, Estado de Anambra, Nigéria



Os democratas precisam de trabalhar em conjunto para garantir que o nosso povo tenha os governos que merece e em que votou. A nossa experiência na Nigéria é a de um governo representativo ausente, as reformas continuam a ser uma ilusão distante e as expectativas de gerações continuam por cumprir. A experiência democrática na Nigéria, por exemplo, tem sido repugnante para o povo porque a sua vontade é sempre descartada na governação e nos processos de recrutamento de líderes.

Na África Ocidental, enfrentamos sérios desafios à democracia. Nos últimos 15 anos, ocorreram mais de 10 golpes de Estado na África Ocidental e Central. Os líderes democraticamente eleitos foram destituídos e substituídos por governantes militares que, normalmente, não são responsáveis perante o povo.

As consequências para o desenvolvimento económico e as oportunidades para os cidadãos têm sido graves, tanto na era militar como na civil, devido à aparente falta de responsabilidade dos dirigentes.

Como referiu o economista Daron Acemoglu, galardoado com o Prémio Nobel: "As provas sugerem que a democracia provoca efetivamente crescimento e que o seu efeito é significativo e considerável. As nossas estimativas implicam que um país que transita da não-democracia para a democracia atinge um PIB per capita cerca de 20% mais elevado nos 25 anos seguintes do que um país que continua a ser uma não-democracia." A democracia proporciona estabilidade, segurança jurídica e responsabilidade, o que, por sua vez, é essencial para incentivar o investimento de capital necessário para infra-estruturas e indústrias críticas.

Mas também é necessário sublinhar aqui que a democracia a que nos referimos é aquela em que os princípios são religiosamente respeitados.

Alcançar o crescimento inclusivo que cria empregos e oferece esperança aos marginalizados deve ser o objetivo de todos os africanos, e isso raramente é conseguido em regimes autoritários, onde a vontade do povo dificilmente prevalece e onde bandos de criminosos políticos mascarados de democratas se apoderam do poder pelos seus motivos egoístas.

Quando o poder está concentrado nas mãos de uns poucos que não respondem perante o eleitorado, as consequências são geralmente

desastrosas para o cidadão comum. A vida torna-se uma luta amarga para ganhar a vida nas margens e, quando isso é posto em causa, a resposta é a repressão violenta.

Quando estes regimes acabam por ceder à pressão e realizam eleições, estas ocorrem frequentemente num ambiente em que é negada a liberdade de expressão à oposição e em que a fraude eleitoral é frequente. Infelizmente, a comunidade internacional olha com demasiada frequência para o outro lado, preferindo favorecer o diabo que conhece a falar a favor da liberdade e da justiça.

O que é fundamental - e está bem patente nesta publicação dinâmica - é que os Democratas não desistam. Fazê-lo é condenar gerações à pobreza e à opressão. Em vez disso, devem lutar para que as eleições sejam livres e justas e, nos casos em que não o consigam fazer, expô-las pelas tentativas fraudulentas de tomada de poder que são.

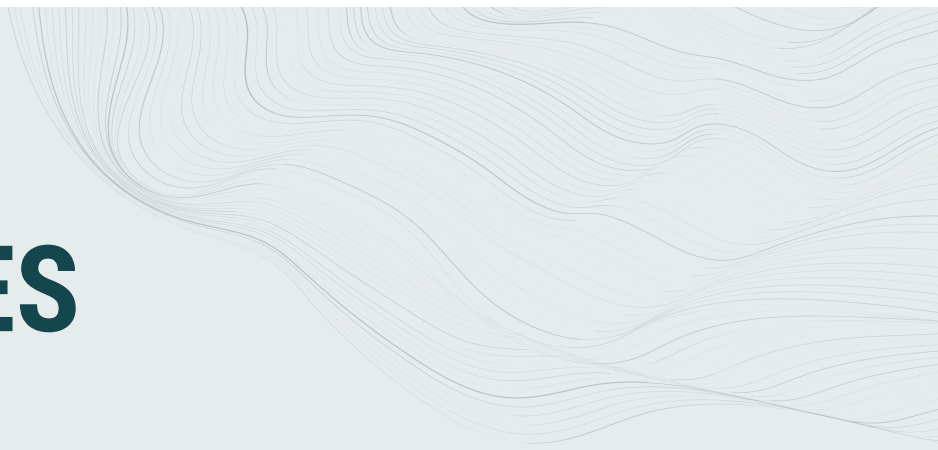
Devem lutar para ganhar o voto popular de forma tão convincente quanto possível, de modo a dificultar que o resultado seja manipulado sem que isso seja perfeitamente claro para o mundo observador.

Este apelo à ação para os democratas fornece a análise, as ferramentas e os exemplos de países para encorajar uma campanha eficaz com esse objetivo.

África precisa desesperadamente de renovação. Os velhos regimes e as suas velhas ideias suprimiram a energia jovem do continente e fecharam as vias para a inovação. Esta mudança já está em curso, mas precisa de ser encorajada e acelerada.

Não há atalhos. Assegurar as melhores práticas na realização de campanhas eleitorais é um elemento fundamental da resposta ao desafio democrático de África. A alternativa - tropeçar na pobreza e no fracasso - tem um custo elevado em vidas danificadas e oportunidades

perdidas. Este vibrante manual é um roteiro para a renovação política africana. Leia-o e aprenda.



Sobre os **AUTORES**



BOBI WINE

Líder da Oposição, Uganda

Robert Kyagulanyi Ssentamu, conhecido pelo seu nome artístico H.E. Bobi Wine, é um político, ativista, cantor, ator, empresário e filantropo ugandense. Desde 11 de julho de 2017, ele atua como membro do parlamento representando o distrito de Kyadondo East, no Distrito de Wakiso, na Região Central de Uganda. Ele lidera o movimento People Power, Our Power em oposição ao Presidente Yoweri Museveni.

Em 24 de julho de 2019, Kyagulanyi anunciou formalmente sua candidatura à presidência nas eleições gerais de 2021. Em 22 de julho de 2020, ele anunciou que havia se juntado ao partido político de oposição Plataforma da Unidade Nacional, cujo porta-voz é Joel Ssenyonyi, e que foi eleito seu Presidente e candidato presidencial na eleição nacional de fevereiro de 2021. Atualmente, ele é o líder do proeminente partido político, NUP, Plataforma da Unidade Nacional em Uganda.



GREG MILLS

Diretor da Fundação Brenthurst

Dr. Greg Mills lidera a Brenthurst Foundation, com sede em Joanesburgo, estabelecida em 2005 pela família Oppenheimer para fortalecer o desempenho econômico africano.

Ele possui diplomas das Universidades de Cape Town (BA Hons) e Lancaster (MA cum laude e PhD), e foi, primeiro, Diretor de Estudos e depois Diretor Nacional do Instituto Sul-Africano de Assuntos

Internacionais de 1994-2005.

Com a Brenthurst, ele liderou vários projetos de reforma com chefes de estado africanos, incluindo Ruanda (2007-8), Moçambique (2005-11), Suazilândia (2010-11), Malauí (2012-14, e novamente em 2020/1), Quênia (2012 e 2020), Lesoto (2008; 2019-20), Libéria (2006/7), Zâmbia (2010; 2016), Zimbábue (2009-13), Gana (2017), Etiópia (2019- 20), Nigéria (2017-18), e quase continuamente em vários níveis de governo na África do Sul desde o início da Fundação.

Ele também participou da Comissão Africana da Dinamarca e do painel de alto nível sobre estados frágeis do Banco Africano de Desenvolvimento, além de ter servido em quatro missões no Afeganistão com o Exército Britânico como conselheiro do comandante. Ele também trabalhou extensivamente na Colômbia e com uma variedade de governos africanos na melhoria das condições para a consolidação da paz e investimento, inclusive por meio do Protocolo do Zambeze no setor de recursos naturais.

Integrante do conselho consultivo do Royal United Services Institute, ele é autor dos livros de sucesso *Why Africa Is Poor* e *Africa's Third Liberation*, e juntamente com o Presidente Olusegun Obasanjo, *Making Africa Work: A Handbook for Economic Success*. Em 2018, completou um segundo período como pesquisador visitante na Universidade de Cambridge, produzindo um livro sobre o estado da democracia africana, publicado como *Democracy Works* em 2019. *The Asian Aspiration: Why and How Africa Should Emulate Asia* (novamente com o Presidente Obasanjo e o ex-primeiro-ministro etíope Hailemariam Desalegn) foi publicado em 2020, identificando as lições relevantes da história de desenvolvimento e crescimento da Ásia. Seus escritos lhe renderam o Prêmio Recht Malan de Trabalhos de Não-Ficção na África do Sul.

Seus últimos livros – *Expensive Poverty* – que detalham as falhas da ajuda e sugerem várias maneiras de melhorar os resultados de desenvolvimento, foram publicados pela Pan Macmillan em outubro de 2021; enquanto *The Ledger: Accounting for Failure in Afghanistan* foi publicado por Hurst/Oxford University Press no início de 2022. Um compêndio editado sobre Melhores Escolhas para a economia sul-africana também foi publicado pela Pan Macmillan em março de 2022, outro sobre Populismo em agosto de 2022; e um volume sobre cenários sul-africanos *The Good, the Bad and the Ugly* em agosto de 2023.



NIC CHEESEMAN

Nic Cheeseman (@fromagehomme) é Professor de Democracia na Universidade de Birmingham. Anteriormente, foi Diretor do Centro de Estudos Africanos na Universidade de Oxford e é o Diretor Fundador do Centro de Eleições, Democracia, Responsabilidade e Representação (CEDAR) de Birmingham.

Seu trabalho é focado principalmente em democracia, eleições e desenvolvimento e ele conduziu pesquisas em diversos países africanos, incluindo Gana, Quênia, Malawi, Nigéria, Uganda, Zâmbia e Zimbábue, mas também publicou sobre a América Latina e a Europa pós-comunista. Atualmente, está trabalhando em dois projetos: um que busca entender e apoiar a resiliência democrática em uma era de autocratização e o outro para produzir uma história do pensamento político africano.

Os artigos que publicou com base nesta pesquisa ganharam diversos prêmios, incluindo o prêmio GIGA para o melhor artigo em Estudos de Área Comparativa (2013) e o Prêmio Frank Cass para o melhor artigo em Democratização (2015). O Professor Cheeseman também é autor ou editor de mais de dez livros, incluindo Democracia na África (2015), Instituições e Democracia na África (2017), Como Manipular uma Eleição (2018) – escolhido como um dos livros do ano pela revista Spectator – e Presidencialismo de Coalizão em Perspectiva Comparativa (2018), África Autoritária (2020), A Economia Moral das Eleições na África (2020) e o Manual de Política Queniana (2020). Além disso, é editor fundador da Enciclopédia Oxford de Política Africana, ex-editor do jornal Assuntos Africanos, e foi conselheiro e escritor para o Painel de Progresso Africano criado por Kofi Annan.

Em reconhecimento a essa contribuição acadêmica e pública, a

Associação de Estudos Políticos do Reino Unido concedeu-lhe o prestigioso Prêmio Joni Lovenduski por conquista profissional excepcional em 2019. Nos últimos anos, ele também ganhou o prêmio Celebrating Impact do Conselho de Pesquisa Econômica e Social por "impacto internacional excepcional" e o Prêmio Josiah Mason para Avanço Acadêmico.

Comentador frequente de eventos africanos e globais, o Professor Cheeseman já participou do programa de assuntos globais da CNN One World, enquanto suas análises foram destaque no Economist, Le Monde, Financial Times, Newsweek, Washington Post, New York Times, BBC e no Daily Nation, além de suas colunas regulares para o Mail & Guardian e The Africa Report. No total, seus artigos foram lidos mais de dois milhões de vezes. Muitas de suas entrevistas e insights podem ser encontrados no site que fundou e coedita, www.democracyinafrica.org. Mais recentemente, o Professor Cheeseman foi parte da equipe que lançou o Resistance Bureau, um novo espaço de webinar e discussão que reúne palestrantes de toda a África para discutir como a democracia e a liberdade podem ser melhor fortalecidas e defendidas. Confira This is the Resistance Bureau para mais detalhes e episódios passados.



RAY HARTLEY

Diretor de Pesquisa da Fundação Brenthurst

Ray Hartley é o Diretor de Pesquisa da Brenthurst Foundation. Ray possui um diploma de pós-graduação com honras pela Rhodes University, onde estudou política africana e jornalismo.

Ray foi um ativista anti-apartheid na Frente Democrática Unida enquanto servia no executivo da União Nacional de Estudantes da África do Sul. Mais tarde, trabalhou para o Human Awareness Programme, uma ONG

que oferecia treinamento e aconselhamento a ativistas. Ele então trabalhou como administrador nas negociações constitucionais da CODESA que encerraram o apartheid. Após uma temporada como correspondente de boxe do então Weekly Mail, ele se juntou ao Business Day e depois ao Sunday Times. Cobriu a presidência de Nelson Mandela, viajando o mundo com ele e testemunhando o nascimento da nova, democrática África do Sul.

Ele editou vários jornais e publicações online proeminentes da África do Sul, incluindo o Sunday Times, The Times, Rand Daily Mail e BusinessLIVE.

Ray é o autor de *Ragged Glory: The Rainbow Nation in Black and White*, que conta a história das duas primeiras turbulentas décadas da democracia na África do Sul. Ele escreveu *The Big Fix: How South Africa Stole the 2010 World Cup* e *Ramaphosa: The Man Who Would be King*. Ray também foi autor de capítulos em *Better Choices* e *In The Name of the People* e é coautor de *The Good, The Bad, and the Ugly: Scenarios for South Africa's Uncertain Future*.



ADALBERTO COSTA JR.

Membro da Assembleia Nacional de Angola

Presidente da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola); Vice-Presidente da IDC-CDI (Internacional Democrata Centrista); Membro do Parlamento Pan-Africano.

Foto: Lwenapithekus Samussuku (CC BY-SA 4.0)



LEOPOLDO LÓPEZ

Político Venezuelano

Venezuelano. Pai, marido. Líder Nacional da Vontade Popular (Voluntad Popular). Co-fundador e Secretário-Geral do Congresso Mundial pela

Liberdade. Comprometido com a Liberdade da Venezuela.



PAULA ROQUE

Autor e Analista Sênior sobre a África Austral

Paula Cristina Roque, PhD, é a autora de *Governing in the Shadows: Angola's Securitised State* (African Arguments/Hurst, 2021). Ela tem sido consultora sobre a África Subsaariana para a Crisis Management Initiative, analista sênior sobre o sul da África no International Crisis Group e pesquisadora sênior no Instituto de Estudos de Segurança.



TENDAI BITI

Ex-Ministro das Finanças do Zimbábue

Tendai Biti é o Vice-Presidente do Movimento para a Mudança Democrática (MDC), o principal partido de oposição do Zimbábue e ex-Ministro das Finanças.

Ele recentemente co-escreveu o livro *Democracy Works*, com Sua Excelência Olusegun Obasanjo, Dr. Greg Mills e Jeffrey Herbst. *Democracy Works* é a sequência do best-seller da Fundação Brenthurst *Making Africa Work*. Baseia-se em mais de 300 entrevistas em toda a África, Ásia, Américas e Europa com formuladores de políticas, políticos e analistas, e explora como podemos aprender a cultivar e aprofundar a democracia na África para garantir o crescimento econômico e a estabilidade política. Neste momento, eles estão lançando o livro em Washington DC.

Agradecimento especial a todos os nossos colaboradores adicionais de "Exemplos de Países": Alex Vines, Bradford Machila,

Felix Nkongho, Geordin Hill-Lewis, John Githongo, Marcus Pena,
Marie-Noelle Nwokolo, Pape Samba Kane e Sherif Ismail.